



Leandro Ramos Pereira

**Rentismo e Capital Financeiro, Reforma e
Revolução: As Diferenças de Interpretação sobre o
“Novo Capitalismo” entre Keynes e a Tradição
Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.**

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

LEANDRO RAMOS PEREIRA

**Rentismo e Capital Financeiro, Reforma e Revolução: As
Diferenças de Interpretação sobre o “Novo Capitalismo”
entre Keynes e a Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e
Lênin**

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO
LEANDRO RAMOS PEREIRA E ORIENTADO PELO
PROF. DR. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO
JUNIOR.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior". The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

Orientador

CAMPINAS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

P414r	Pereira, Leandro Ramos, 1985- Rentismo e capital financeiro, reforma e revolução: as diferenças de interpretação sobre o novo capitalismo entre Keynes e a tradição marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin / Leandro Ramos Pereira. – Campinas, SP: [s.n.], 2013. Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Keynes, John Maynard , 1883-1946. 2. Marxismo. 3. Capitalismo. I. Sampaio Junior, Plínio Soares de Arruda, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia . III. Título.
13-11-BIE	

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Rent-seeking and financial capital, reform and revolution: the differences of interpretation on the New Capitalism between Keynes and the marxist tradition of Bukharin, Hilferding and Lenin

Palavras-chave em inglês:

Keynes, John Maynard, 1883-1946

Marxismo

Capitalismo

Área de Concentração: Ciências econômicas

Titulação: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Fabio Antonio de Campos

Claus Magno Germer

Data da defesa: 27-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LEANDRO RAMOS PEREIRA

Rentismo e Capital Financeiro, Reforma e Revolução: As Diferenças de Interpretação sobre o “Novo Capitalismo” entre Keynes e a Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin

Defendida em 27/02/2013

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior".

Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Antonio de Campos".

Prof. Dr. FÁBIO ANTONIO DE CAMPOS
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Claus Magno Germer".

Prof. Dr. CLAUD MAGNO GERMER
Universidade Federal do Paraná / UFPR

Dedico esta dissertação, na figura de Gabriela Chiarelli, a todos e todas que se mantêm na luta por uma sociedade livre, justa e igualitária, apesar de todos os problemas e dificuldades de ordem individual, de classe, de cor, de gênero e de orientação sexual, criadas por esta sociedade doentia.

Agradecimentos:

Com a apresentação desta dissertação se encerra um ciclo de nove anos de vivência e formação pessoal, política e intelectual que se deu nos marcos do Instituto de Economia da Unicamp, de Barão Geraldo e de Campinas. Este processo só foi possível pela existência de pessoas queridas; amigos; colegas; familiares e companheiros que compartilharam comigo alegrias, experiências e angústias, fortalecendo-me.

Agradeço, primeiramente, a todos os trabalhadores, e em especial aos funcionários da Unicamp, por criarem as condições necessárias para que pudesse desenvolver meu trabalho. Agradeço a Fátima, Cida, Regina, Marinete, Régis, Pedro, Wilson, Júnior, Greisi, Eduardo, Mirian, Kelly, Thiago, Rúbia, Ademir e Cleiton.

Faço um agradecimento mais que especial a meu orientador, Plínio de Arruda Sampaio Jr, cuja postura intelectual e enfrentamento analítico radical dos principais problemas que permeiam nossa sociedade se tornaram a base para meus estudos e indagações. Agradeço também à banca examinadora desta dissertação – Fábio Campos e Claus Germer – e aos professores que contribuíram mais diretamente para a minha formação intelectual: Nelson Prado, José Carlos Braga, Ricardo Carneiro, Eduardo Mariutti.

Agradeço aos amigos e colegas do Instituto de Economia pelos anos de convivência e debate, principalmente ao Grupo de Estudos Florestan Fernandes pela força na análise da dissertação: Rodrigo Almeida, Artur Monte Cardoso, Henrique Braga, João Paulo Camargo, Jean Peres, Lucas Andrietta, Theo Martins, Rodrigo Taufic, Franco Villalta, Gustavo Zullo, Fábio Pádua, Mauricio Esposito, Tatiana Henriques. Agradeço especialmente à Thalita Cruz pela revisão gramatical e ortográfica da dissertação.

Aos meus grandes amigos de São Paulo: Paulo Eduardo, Rodrigo Gimenez, Hugo, Leonel, Pedro, Rodrigo Silva, Matheus, Tiago Figueira, Tiago de Castro, Philiphi, e meu irmão de alma, Eduardo Hydes. Aos meus bons e velhos amigos de Campinas: Adalberto, Felipe Scama, Miguel, André Wally, Alex, Carlão, Cleo, Joice, Júlio César, Cleyton, Simone, Allan Reid, Walquíria, Henrique, Lívia Cucato, Caio Camargo, Guilherme, Márcio, Gisele e Isadora. Aos novos e queridos amigos de Campinas: Eduardo Gaspareto, Lívia Li, Douglas Garzo, Maíra Sampaio, Patrícia Kasai, Simone Silva e Juliana Lopes.

Agradeço ao Samba e ao Choro, que deram momentos de reflexão, alegria e descontração nesta longa empreitada e abriram o caminho para a construção de novas amizades e espaços autênticos de sociabilidade. Faço aqui meus agradecimentos ao Pagode do Souza – em especial a André “Mali”, Thiaguinho, Raul, Aline, Fernando “Souza”, Gabriela Murua, Danilo Félix, Pedro Pinho, Thaís Tkatchuk, “Maestro” João Carlos Rocha, Carolina Pinho, Rodrigo Dutra, Claudinei Calixto e Anisha Vetter – à Roda de Choro do “Borda de Ouro” – Guilherme Lamas, Guilherme Araújo, Rodrigo Eisinger, Esther Alves, Rogério Guarapiran, Ronaldo Gomes, Eder Monteiro, Gustavo de Medeiros, Daniel Bueno e Eduardo Pereira – ao Bloco União Altaneira – em especial a Chico Santana, Kurts Campos, Samuel Bussunda, Iago, Doni, André Rangel, Inácio Berra-Vaca, Alexandre D’Ávila, Dona Edna, Seu Djalma, Verônica Borges, Lello di Sarno, Gabriel Toledo, Queila Dias, Livia Carolina, Cassiano, André Santos, Edu Guimarães, Júlia Cabral, Bruna Barbieri, Desirré Meireles e Thayana Cardoso – à Saudosa Clotilde – Rodolfo Gomes, Pedro Rossi, Paulo Henrique, Rafael “Macaco” e Roberta Oliveira – à Maíra Guedes e aos Baluartes – Diogo Nazareth, Rafael Yasuda e Fernando Roberti – e ao Projeto de Samba Sibipiruna – uma mistura de todos estes grupos.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a quatro grandes amigos que estiveram muito próximos de mim neste último ano: Rilk Roger, Marcelo Campos, Thiago “Peixe” Franco, e Fernando Lemos Rodrigues (FH). Todos eles acompanharam de perto os momentos pessoais de dificuldades e superação, e devo-lhes muito pelas conversas e ensinamentos. Deixo registrado também todo o apoio de revisão da dissertação feito por FH, ao qual sempre serei grato.

Agradeço aos meus familiares pela base e estrutura que me deram, pelos valores recebidos e pelo amor incondicional, que me ensinaram a ser um homem feliz e pessoalmente realizado não pelo que se tem, mas por aquilo em que se acredita. Agradeço a meus pais Wanderley e Solange, a meus irmãos Leonardo Ramos e Renato Costa, a meus tios Joaquim, Rose, Beti e Mariquiha e a minhas primas Juliana e Renata.

Por fim, faço um agradecimento final à Gabriella Chiarelli, companheira que nestes últimos cinco anos me ajudou incondicionalmente, em todos os sentidos, a realizar este objetivo. Se o destino nos separou, a luta e o desejo de mudança nos manterá sempre unidos. A você serei eternamente grato! “Valeu por tudo ...”

“Cantem todos como eu faço, perdoem os fracassos, a vida é tão curta, enquanto se luta se samba também (...)”

Antônio Candeia Filho

“Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam, esta é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos. De desumanização. Não que não seja fundamental – repitamos – ter para ser. Precisamente porque é, não pode o ter de alguns converter-se na obstaculização ao ter dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder”.

Paulo Freire

“El verdadero hombre no mira de qué lado se vive mejor, sino de qué lado está el deber”.

José Martí

Resumo:

Esta dissertação compara as interpretações sobre o “novo capitalismo” que emerge a partir do final do século XIX entre Keynes e a Tradição Marxista que relaciona o capital financeiro e o Imperialismo (Lênin, Hilferding e Bukhárin), e suas implicações no que se refere às características do Estado Nacional, a natureza da ordem internacional, e as relações políticas. Procuramos demonstrar que a interpretação de Keynes diverge qualitativamente do pensamento desta Tradição Marxista. Enquanto Keynes via o capitalismo enquanto um economia monetária da produção cujo problema seria o aprofundamento do grau de incerteza e instabilidade associada à uma “hipertrofia” das finanças, esta Tradição Marxista via o capital enquanto um modo de produção e dominação específico, antagônico e transitório, no qual a categoria capital financeiro representaria a fusão entre as formas parciais de capital sobre a forma monopolista, constituindo uma oligarquia financeira, concentrando poder econômico e político. Enquanto Keynes acreditava na autonomia absoluta do Estado em resolver, sob formas persuasivas, mediante uma elite esclarecida, os problemas da época, conduzindo a sociedade ao reino da abundância, esta Tradição Marxista via uma maior aglutinação subordinada do Estado aos interesses incontroláveis de expansão do capital financeiro, fazendo com que o Imperialismo, uma relação de força e dominação exercida necessariamente pela violência, se imponha como necessidade histórica, intensificando a barbárie em escala mundial.

Palavras Chaves: Keynes, Marxistas, Capitalismo.

Abstract:

This work compares the interpretations of the "new capitalism" that emerges from the late nineteenth century between Keynes and the Marxist Tradition that relates the finance capital and Imperialism (Lenin, Bukharin and Hilferding), and its implications with regard to the characteristics of National State, the nature of the international order, and political relations. We demonstrated that the interpretation of Keynes differs qualitatively in relation on the Marxist Tradition's thinking. As Keynes looked for the capitalism as a monetary production economy whose problem would deepen the degree of uncertainty and instability associated with a "hypertrophy" of finance, this Marxist Tradition looked for the capital as a mode of production and domination specifically antagonist and transitory, in which the financial capital category represents the fusion between the partial forms of capital on the monopolist phase, constituting a financial oligarchy, concentrating economic and political power. While Keynes believed in the absolute autonomy of the State in solve, under persuasive forms, by an enlightened elite, the problems of the time, leading the society into the realm of abundance, this Marxist Tradition looked for a greater agglutination subordinated of the State to the uncontrollable interesting of capital financial expansion, causing Imperialism, a relation of power and domination exercised necessarily by violence, imposes itself as historical necessity, intensifying barbarism worldwide.

Key-Words: Keynes, Marxists, Capitalism.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O “Novo Capitalismo” em Keynes.....	10
2.1. Características Básicas do Pensamento Keynesiano	11
2.2. O Capitalismo em Keynes.....	19
2.3. Tendências do Capitalismo em Keynes.....	24
2.4. O Estado em Keynes.....	34
2.5. A Ordem Internacional em Keynes.....	39
2.6. Implicações Políticas em Keynes.....	45
3. O “Novo Capitalismo” na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.....	54
3.1. Características Básicas do Pensamento Marxista	55
3.2. O Capitalismo na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.....	61
3.3. Tendências do Capitalismo na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.....	67
3.4. O Estado na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.....	76
3.5. A Ordem Internacional na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.....	81
3.6. Implicações Políticas na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding, e Lênin.....	91
4. O Encontro Impossível.....	100
4.1. Capitalismo: Economia Monetária da Produção x Relação Social de Produção e Dominação.....	101
4.2. Hipertrofia do Sistema Financeiro x Constituição do Capital Financeiro.,.....	106
4.3. Estado e Classes Sociais: Autonomia Absoluta x Autonomia Restrita.....	118
4.4. Ordem Internacional: Paz como Possibilidade x Imperialismo como Necessidade.....	127
4.5. Tendência Última: Abundância x Barbárie.....	131
5. Conclusão: As Utopias do Keynesianismo na Fase Superior do Capitalismo.....	137
6. Bibliografia.....	144

1. Introdução.

Como compreender as transformações do capitalismo na transição do século XIX para o século XX? Como analisá-las logicamente e historicamente a fim de estabelecer uma interpretação clara e coerente sobre os principais fatos e acontecimentos que alteraram a forma como pensamos e entendemos a economia e a sociedade? Certamente não se trata de uma atividade fácil e muitos foram aqueles que se arriscaram nesta tarefa árdua e labiríntica.

Não há dúvida que o século XIX foi o século da soberania da ordem liberal burguesa, em que o modelo de nação-Estado-liberal-constitucional foi o exemplo a ser seguido por todos os Estados formalmente autônomos, e que o padrão cultural liberal ocidental se impôs, seja pela força, seja pelos interesses subjacentes, nas mais variadas regiões ao redor do mundo (Hobsbawm, E., 1998, p. 37-40).

A ideia de progresso como aspiração universal, baseada nas potencialidades tecnológicas e no crescimento material como meio para resolver, por si só, os problemas da humanidade pareciam bem difundidas no último quartel do século XIX, e a aparente calma que rondava o padrão cultural cosmopolita de vida das elites dos ocidentais – *Belle Époque* –, numa época de comemorações do centenário das revoluções que instauraram a ordem liberal-burguesa – Revolução Francesa e Independência Norte Americana –, escondia profundas transformações e erupções de natureza econômica e política que emergiam calmamente das contradições desta ordem, e que encontrariam seu clímax¹.

Quanto aos elementos de natureza política, observamos a ascensão de movimentos populares de massa, organizações sindicais e partidos políticos que passariam a abalar as estruturas de poder do capitalismo *laissez-faire*, e cuja bandeira fincava-se em reivindicações que, em última instância, remetiam às premissas ideológicas que balizaram politicamente as revoluções burguesas do final do século XVIII: liberdade, igualdade e fraternidade. Segundo Polany (1990) o equilíbrio de poder, o padrão ouro e a estabilidade

¹ “Por volta dos anos de 1870, o progresso do mundo burguês chegara a um ponto em que vozes mais céticas, ou mesmo mais pessimistas começaram a ser ouvidas. E eles eram reforçadas pela situação em que o mundo se encontrava nos anos de 1870, e que poucos haviam previstos. Os alicerces econômicos da civilização que avançava sob foram abaladas por tremores. Após uma geração de expansão sem precedentes, a economia mundial estava em crise” (Hobsbawm, E., 1998, p. 56).

liberal não eram compatíveis com a civilização que surge a partir do início do século XX, que se baseava nas mudanças de caráter social, incompatíveis com o mercado autorregulável (p. 47-48). Adicionalmente, estas mesmas ideias de autonomia e soberania nacional foram alguns dos elementos que estimularam os movimentos de independência política e econômica de caráter nacional ao redor do mundo².

Do ponto de vista econômico, o período em questão apresentou profundas transformações na estrutura empresarial. Chandler (1990) observou mudanças nas técnicas produtivas, nas formas de administração empresarial, nas escalas de produção. Tendo como premissa alterações no sistema de comunicações e transportes – construção de estradas de ferro, barco a vapor, cabos e telégrafos, que encurtaram os espaços e expandiu o mercado para além das fronteiras regionais e nacionais – e os melhoramentos técnicos nos processos produtivos – que abriria a possibilidade efetiva das empresas líderes alcançarem economias de escala e escopo –, o autor apresentou a constituição do empreendimento industrial moderno, cujas características basearam-se na formação de empresas oligopolistas, concentradas vertical e horizontalmente, com um número de operações distintas e com uma estrutura gerencial hierárquica a partir de uma nova estrutura de governança (pp. 8-17). No que tange a aspectos organizacionais, a separação entre propriedade e gestão mediante a formação de sociedades anônimas e a compartimentalização dos diferentes segmentos da empresa – produção, comércio, administração, pesquisa e desenvolvimento (P&D), etc – foram aspectos relevantes para a constituição de uma estrutura administrativa e gerencial mais eficiente (p. 33-34)³.

Este modelo empresarial, por sua vez, desenvolveu-se com maior ênfase em países em ascensão na época: Estados Unidos e Alemanha. Estes dois países tiveram um crescimento econômico vigoroso durante toda a segunda metade do século XIX, comandados pela forte intervenção de seus Estados, fundamentais ao garantir e expandir mercados – formas de protecionismo –, criar mão-de-obra especializada e estruturar formas de financiamento de longo prazo, estimulando a concentração bancária e industrial. Já no

² “As origens do cataclismo repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável” (Polany, K., 1990, p. 47).

³ Observa-se a racionalização da gestão, mediante a formação e contratação de gestores altamente qualificados para coordenar, monitorar os fluxos, e alocar mais eficientemente os recursos materiais e humanos da empresa. Ademais, expande a formação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) dentro das empresas de setores tecnologicamente mais avançadas, como forma de assegurar a liderança do empreendimento e o bom controle dos produtos e processos.

início do século XX estes países apresentavam uma estrutura produtiva e uma dinâmica econômica que superavam a inglesa, cuja base do poder econômico passaria a concentra-se no estoque acumulado de riqueza espalhado ao redor do mundo – principalmente em suas colônias – durante todo o século XIX. O acelerado crescimento industrial nos países supracitados – e nos países historicamente mais tradicionais, tais como a França e a Rússia –, e as necessidades de expansão de suas empresas – à procura de investimentos mais lucrativos e novos mercados – transformaram a estrutura de concorrência herdada da ordem liberal-burguesa sob a hegemonia britânica no século XIX, tornando-se a base das rivalidades entre Estados Nacionais que passam a se intensificar no final daquele século e início do século XX (Hobsbawm, E., 1998, p. 80).

Estas transformações de natureza política e econômica podem ser vistas como os fundamentos que explicam, de maneira geral, a instabilidade econômica e as grandes convulsões sociais que abalaram a sociedade a partir de 1914. Às consequências políticas da I Guerra Mundial – e de seus rígidos e impraticáveis acordos de paz – seguiram-se revoltas e revoluções que, sejam elitistas, seja de massa, instauraram regimes “alternativos” ao liberalismo burguês – tal como a União Soviética e, posteriormente, o totalitarismo de Hitler e Mussolini –, cujos processos políticos de transição causaram tanto sacrifício humano quanto causou a I Guerra.

Também neste período observou-se uma profunda instabilidade macroeconômica internacional – inexistência de um padrão monetário e financeiro internacional unitário, coeso e protegido política, militar e economicamente por um país capaz de impor sua hegemonia –, e a emergência da pior crise econômica já sofrida pelo capitalismo até então, a Crise de 1929. Esta crise se espalhou pelo mundo à fora, contagiando um amplo espectro de países e regiões, cujos efeitos foram deletérios: queda relevante do PIB, desemprego em massa e miséria absoluta.

As tensões e instabilidades econômicas e políticas apresentadas acima, não solucionadas durante a I Guerra Mundial, e acumuladas após o seu fim, estão no centro dos motivos que explicam, por fim, a II Guerra Mundial, tão violenta quanto a primeira.

A profundidade dos acontecimentos ocorridos entre o início do XX e a sua primeira metade fez o próprio Hobsbawm (1995) chamar este período de Era da Catástrofe. Esta época não poderia ser marcada senão pelo descontentamento e desilusão frente as

potencialidades anunciadas pelo capitalismo. A ideologia liberal burguesa parecia não ser mais compatível com o antagonismo crescente entre a ascensão popular das massas e suas reivindicações democráticas e igualitárias, e a concentração de poder político e econômico manifestado pela a ascensão da grande empresa monopolista e sua estreita relação com os Estados Nacionais.

Pois bem, a pergunta que ressurge, deste panorama geral apresentado acima, é como entender, lógica e historicamente, as profundas transformações passadas pelo capitalismo na transição do século XIX para XX, que nos permita compreender as instabilidades econômicas e convulsões sociais anunciadas?

Não faltaram autores, teóricos e políticos que já no início do século XX apontavam para a possibilidade de uma profunda instabilidade política e econômica deste “novo capitalismo”⁴. Com muita coragem teórica e elevada sagacidade, alguns, de certa forma, até previram a possibilidade de guerras, crises econômicas e catástrofes humanas. E é justamente nestes momentos de crise da humanidade que as posições políticas e análises teóricas se polarizam. Neste caso evidencia-se a oposição teórica entre aqueles que acreditavam nas possibilidades de se reformar o capitalismo guiando-o num sentido social mais coletivo e harmonioso, e aqueles que viam a impossibilidade intrínseca de reformá-lo, visto que sua tendência geral apontava no sentido da barbárie humana.

Tentaremos assim entender como duas importantes vertentes teóricas críticas e contrapostas da primeira metade do século XX interpretaram esta nova fase do capitalismo, e quais foram as suas implicações prática. Mais precisamente, teremos como objeto a análise de duas interpretações teóricas que se debruçaram sobre este “novo capitalismo” que surge a partir do final do século XIX, e relacioná-las às consequências práticas e políticas apresentadas pelas mesmas.

As intepretações que serão destacadas neste trabalho serão: a) a de Keynes; e b) a Tradição Marxista que estabeleceu a relação entre o capital financeiro e o Imperialismo, mais precisamente, Hilferding, Bukharin e Lênin. Em ambos os casos, a análise teórica destes autores foram muito influentes, tornando-se a base para o surgimento de distintas escolas de pensamento e distintas formas de enxergar a realidade. A Teoria Econômica Keynesiana e a Teoria Marxista, a partir destes autores, passam a ser os principais polos

⁴ Ver por exemplo o estudo de John Hobson de 1902: *Imperialism, A Study*.

críticos do modo de funcionamento do capitalismo em geral e do capitalismo no seu estágio mais avançado, em particular. É sob este prisma e tendo como pano de fundo as transformações do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, que iremos abordar estes grandes autores.

Nosso objetivo, portanto, será comparar a forma como Keynes e esta Tradição Marxista (Hilferding, Lênin e Bukharin) interpretaram este novo capitalismo e quais as suas implicações. Para tanto, acreditamos que as etapas necessárias para alcançarmos nossos objetivos passarão por responder as seguintes perguntas:

➤ Qual a interpretação que estes autores tiveram sobre o capitalismo em geral? Qual o conceito de capitalismo e como eles enxergam a sua dinâmica?

➤ Quais são as tendências estruturais e históricas do capitalismo? Quais foram as transformações que ocorreram no capitalismo no momento histórico recortado acima? Qual o fim esperado destas tendências?

➤ Qual o impacto das transformações quantitativas e qualitativas estabelecidas neste “novo capitalismo” na estrutura dos Estados Nacionais, na natureza da ordem internacional, e nas relações entre as classes sociais?

Acreditamos que a resposta a tais questões nos permite entender não apenas a forma como estes autores pensaram o capitalismo de seu tempo, mas também encontrar o grau de distanciamento teórico e político destas interpretações.

Conforme descrito anteriormente, a matriz keynesiana e a matriz marxista são as principais correntes críticas do modo de funcionamento do capitalismo em geral. Suas formulações teóricas e proposições políticas formaram a base para posteriores desenvolvimentos de escolas de pensamento e movimentos políticos. A originalidade destas interpretações está na capacidade de darem resposta analítica á complexidade deste novo período histórico. Assim, trata-se de trajetórias teóricas muito ricas, cujo conhecimento ainda é inestimável para o entendimento não apenas do capitalismo em geral, mas também do capitalismo contemporâneo.

Podemos afirmar que, em ambos os casos, os autores estavam preocupados com os problemas de sua época, não se isentando nem do debate teórico, nem da atuação

política, tornando-se figuras muito mais próximas dos problemas concretos vividos pela sociedade da época, diferenciando-os de diversos outros autores cuja capacidade analítica não conseguiu superar as barreiras do academicismo.

Keynes, nascido em 1883, ano da morte de Karl Marx, época de crise econômica e moral da Era Vitoriana, é tido como o maior economista de século XX. De origem neoclássica, em sua obra de maior relevância, “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”, o autor rompe, teoricamente, com a forma interpretativa e com as proposições de política econômica preconizada pela escola anterior, ruptura esta que já estava se dando no terreno político durante toda a década de 1920⁵. Suas novas interpretações teóricas e suas novas proposições políticas de intervenção Estatal na atividade econômica como forma de evitar a instabilidade econômica e amenizar os efeitos concentradores de renda, fruto da dinâmica do capitalismo *laissez-faire*, formaram os fundamentos para políticas do tipo *Welfare State* após a Segunda Guerra Mundial, permitindo às economias nacionais, principalmente dos países centrais, gozarem de um longo período de crescimento econômico e relativa homogeneidade social. Ademais, suas proposições referentes a uma ordem econômica internacional baseada num sistema de cooperação entre as nações tornaram-se um marco do ponto de vista das relações internacionais. Keynes também se destaca politicamente como membro do Partido Liberal, como formulador de política econômica, como debatedor, orador, e como conselheiro econômico.

Apesar de ascensão da ordem neoliberal a partir de meados dos anos de 1970, as políticas de corte *keynesianas* nunca saíram de cena em sua totalidade, de modo que as políticas econômicas de cunho liberal sempre tiveram que conviver com algumas bases construídas pelo *welfare state* e pelas políticas diretas ou indiretas de intervenção estatal sobre o mercado.

Por sua vez, as interpretações destes autores de Tradição Marxista, mais precisamente Hilferding, Lênin e Bukharin, também tiveram grande influência no pensamento crítico da época. A preocupação dos autores no que se refere às novas tendências do capitalismo, que vinham se explicitando desde o final do século XIX, cria uma coesão teórica e política entre ambos, tendo em comum o referencial teórico fundado

⁵ Para mais detalhes, ver Skidelsky (1999), Szmerecsányi (1984), Moura da Silva (1985) e Dillard (1993).

por Marx e Engels: o materialismo histórico. É por meio desta perspectiva que tais autores formularão análises novas, na tentativa de dar resposta aos dilemas históricos apresentados pelo capitalismo naquele momento. Como consequência, surgiram novas categorias, frutos da análise concreta das tendências históricas do capital, que até hoje nos ajuda a compreender este sistema socioeconômico, tal como: capitalismo monopolista, capital financeiro, Imperialismo, capitalismo monopolista de Estado, e assim por diante.

Apesar das diferentes interpretações metodológicas e práticas no que se refere ao próprio materialismo histórico, a unidade analítica entre estes autores está na proximidade interpretativa quanto às transformações do capitalismo e suas implicações para aquele período. Em ambos os autores, há uma aproximação teórica no que tange a relação existente entre o capital financeiro e o Imperialismo. Buscamos, assim, associar autores que tivessem um corte analítico baseado nesta relação – capital financeiro e imperialismo –, levando-nos a descartar a contribuição teórica de outros autores marxistas presentes no debate da época no que se refere à natureza deste “novo capitalismo”, tais como com Rosa Luxemburg e Kautsky⁶. Se, por um lado, a coesão e aproximação teórica entre estes três autores é estreita, por outro, a análise das transformações de natureza estritamente econômicas e sua relação com as convulsões e instabilidades de natureza política são mais precisas, o que possibilita uma melhor comparação com a totalidade do pensamento de Keynes.

Estes autores também se caracterizam pela vida prático-militante. Autor de “*O Capital Financeiro*” – considerado por muitos, a maior obra de teoria econômica marxista depois de Marx –, Hilferding, nascido na Áustria, foi o principal teórico de econômica do Partido Social Democrata Alemão, partido onde travou intensos debates, seja referente à Primeira Guerra Mundial, seja referente à participação do partido na Terceira Internacional. Foi também ministro e conselheiro econômico durante a República de Weimar na Alemanha, sendo brutalmente assassinado pelo governo nazista de Hitler⁷. Bukharin, por sua vez, também foi considerado por muitos como um dos intelectuais mais talentosos entre os teóricos socialistas bolcheviques. Sua atuação política foi intensa, contribuindo para

⁶ Se Rosa, por um lado, desenvolveu uma teoria do Imperialismo e da expansão do capitalismo para além das fronteiras nacionais sem a análise mais concreta das mudanças quantitativas e qualitativas que sofreu o capital na transição do século XIX para o século XX, a crença nas possibilidades de um monopólio único mundial levou Kautsky a desconsiderar as contradições políticas e as rivalidades econômicas e nacionais oriundas de uma política imperialista.

⁷ Para mais detalhes, ver Pinto, N. P.; (1997) e Bottomore, T. (1985).

diversas discussões de ordem prática e teórica, antes e depois da Revolução Russa, tal como: Imperialismo, internacionalismo, transição para o socialismo⁸. Lênin, por fim, foi líder político e o principal teórico do Partido Bolchevique, sendo um dos principais personagens da Revolução Russa. A envergadura de participação política – constituição e desenvolvimento do Partido Bolchevique, e um dos líderes da Revolução Russa – e teórica – estudos sobre organização política, economia russa, economia internacional, relações de classes – fez com que Lênin se tornasse um dos principais pensadores marxistas, sendo considerado por muitos uma das principais figuras históricas do século XX⁹.

Ressaltamos novamente, e com maior ênfase, a importância de se levantar e comparar a totalidade do pensamento destas duas matrizes teóricas. É muito comum entre certos grupos de economistas progressistas tentar aproximar Keynes e Marx no que se refere à crítica do capitalismo. Tentam, de certa forma, associar suas análises no que tange à lógica de funcionamento deste sistema econômico, à ênfase que dão ao aspecto monetário, à instabilidade crônica, e assim por diante¹⁰. No entanto, nos indagamos se é realmente possível associar estas duas matrizes teóricas sem anular parcial ou totalmente a coesão analítica e proposições políticas oriundas desta teoria. Será que é possível ser keynesiano e marxista ao mesmo tempo? Em que sentido é possível associá-los e quais as implicações práticas e teóricas deste movimento?

Defenderemos, neste trabalho, a hipótese de que é impossível aproximar estas matrizes teóricas, visto as diferenças em seus fundamentos, suas interpretações quanto ao capitalismo e suas tendências, seu modo de interpretar a ordem internacional, e suas interpretações no que tange a autonomia do Estado e as relações entre as classes sociais. Enquanto Keynes, um reformador social, associava, em última instância, a instabilidade do capitalismo – economia monetária da produção baseado num contexto de incerteza – e a constituição de uma “hipertrofia” do setor financeiro a problemas de origem moral e individual – patologia e irracionalidade – relacionadas ao amor ao dinheiro, que dificultava, mas não impedia totalmente, a sociedade em alcançar o reino da abundância; esta Tradição Marxista, partindo de Marx, via no capitalismo um modo de produção específico, socialmente antagônico e historicamente transitório, em que a constituição do capital

⁸ Ver mais detalhes em Gorender, J. (1990).

⁹ Ver mais detalhes em Sampaio Jr. (2010) e Gruppi, A. (1979).

¹⁰ Ver por exemplo Belluzzo (2000) e Dillard (1984).

financeiro representava o próprio clímax das contradições econômicas, sociais e políticas deste modo de produção em escala internacional, e cuja implicação seria o aprofundamento da barbárie social. Enquanto o primeiro pregava a reforma mediada por um Estado autônomo e dirigido por uma elite intelectual, o segundo não via outra solução senão a revolução de caráter socialista, ou seja, a própria expropriação dos expropriadores pela classe trabalhadora.

Portanto, outra hipótese que defenderemos neste trabalho será a de que esta Tradição Marxista (Lênin, Bukhárin e Hilferding) representa uma continuidade teórica e prática do materialismo histórico fundado por Marx e Engels, cuja perspectiva teórica e metodológica é qualitativamente diferente daquela adotada por Keynes.

O aparato metodológico a ser utilizado nesta pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico das principais obras destes autores, além da leitura das principais referências autorais que trataram destes pensadores ou de suas teorias. A leitura destas obras visou captar, nos textos lidos, os elementos centrais que buscassem responder as perguntas levantadas nos objetivos deste trabalho. Neste sentido, a revisão bibliográfica foi base paramétrica para o levantamento de informações relevantes permitindo a comparação e a contraposição de ideias. A partir desta metodologia, procuraremos sintetizar a essência da interpretação de Keynes e desta Tradição Marxista em questão sobre a natureza deste “novo capitalismo”.

Quanto à estrutura do trabalho, partiremos, primeiramente, de uma leitura da obra de Keynes, procurando, conforme descrito acima, responder as perguntas elencadas no objetivo. Posteriormente, iremos tratar exclusivamente da teoria elaborada por esta Tradição Marxista, traçando a mesma meta. Na terceira parte, tentaremos estabelecer um processo de síntese, distinguindo os principais posicionamentos destes autores, analisando em que medida estes se distanciam. Por fim, terminaremos com um capítulo conclusivo, explicitando os resultados alcançados pelo trabalho.

1. O “Novo Capitalismo” em Keynes.

“Eu também quero enfatizar fortemente o ponto sobre a economia ser uma ciência moral. Eu mencionei anteriormente que ela debruçava-se sobre introspecção e valores. Eu poderia ter acrescentado que se trata de motivos, expectativas, incertezas psicológicas”.

“Uma economia monetária, iremos ver, é essencialmente uma economia em que as mudanças de pontos de vista sobre o futuro são capazes de influenciar sobre o volume de emprego e não meramente a sua direção. Mas o nosso método de analisar o comportamento econômico do presente sob a influência das mudanças de ideias sobre o futuro é um método que depende da interação da oferta e da demanda, ligando-se dessa forma a nossa teoria fundamental do valor”.

“(…) as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando estão certos como quando estão errados, são muito mais poderosas do que normalmente se imagina. Na verdade, o mundo é governado quase que exclusivamente por elas. Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista já falecido”.

John Maynard Keynes

O objetivo deste capítulo será analisar a forma como Keynes enxergou o capitalismo de seu tempo, seu desenvolvimento, e suas relações com a ordem internacional, o Estado e as classes sociais.

Demonstraremos que, para o autor, o capitalismo é visto como uma economia monetária da produção, em que o dinheiro, ativo específico e especial, afetaria motivos e decisões, implicando no aprofundamento dos elementos de incerteza que regem as decisões de alocação de ativos por parte dos detentores da riqueza, levando a instabilidades e volatilidades no nível de emprego e renda. Por sua vez, o autor via, em seu tempo, um processo de “hipertrofia” da esfera financeira, criada pelo padrão político baseado no *laissez-faire* e pela ascensão econômica dos inversionistas e rentistas, cuja lógica de valorização especulativa e de curto prazo diminuiria o horizonte de cálculo dos empreendedores, aprofundando consideravelmente a instabilidade e a incerteza deste sistema econômico.

O autor via as mazelas – desemprego e desigualdades sociais – criadas por esta ordem social como um problema moral e individual, ou de irracionalidade, ligado ao “amor ao dinheiro”, e acreditava que a solução passaria por uma aliança harmônica entre empreendedores e trabalhadores, na busca da eutanásia persuasiva do *rentier*. Esta aliança passava pela crença nas potencialidades do Estado (o meio) em se colocar acima e afrente dos interesses particulares de classe, corrigindo as assimetrias e desajustes do sistema econômico mediante critérios técnicos/rationais estabelecidos por uma elite intelectual, capaz de conduzir a sociedade, mediante crescimento econômico acelerado, ao reino da abundância, onde seria possível gozar plenamente das coisas que tivessem “valores intrínsecos” (o fim).

2.1. Introdução: Características Básicas do Pensamento de Keynes.

Teremos como meta, nesta seção, apresentar de forma sintética a base do pensamento de Keynes, por meio da exposição das principais influências absorvidas pelo autor, na sua evolução pessoal e intelectual. Em princípio, anunciar, como elementos constitutivos do pensamento de Keynes, cinco aspectos: a) epistemológico; b) psico-

filosófico; c) ético; d) político; e) econômico. A visão de Keynes pode ser entendida como uma síntese das suas influências intelectuais nestas áreas.

Podemos afirmar, de início, que a base do seu pensamento é constituída fundamentalmente pelo impacto das ideias de Edward Moore, principalmente durante o período em que o autor participava dos “Apóstolos”¹¹. Keynes explicitou relevância de Moore num texto de 1938, “*My Early Beliefs*”¹², caracterizando seu livro de filosofia-ética – “*Principia Etica*” – como emocionante, excitante, início de uma nova renascença, abertura de um novo paraíso na terra, apontando que não teria conhecido um livro tão excitante desde Platão (Keynes, J. M., 1938 [1972], p. 435).

Destacamos três elementos do pensamento de Moore que contribuiu para a formação intelectual de Keynes, explicitados em “*Principia Ética*”: (I) a base epistemológica, por meio da metodologia da unicidade orgânica, que desaguará na insuficiência de fundamentos na previsão do devir, dado a incapacidade de saber a priori todos os nexos causais decorrentes da nossa ação e seu efeito final; (II) a base comportamental, ou seja, busca de fundamentos para o entendimento de como os agentes se comportam e as escolhas que eles fazem; (III) a base ética, à medida que indica o fim a ser buscado (elevados estados de consciência)¹³.

O livro “*Principia Ética*” é um ensaio em que o autor busca encontrar e defender um padrão ideal de conduta, tentando definir e separar aqueles comportamentos vistos como bons, daqueles vistos como maus¹⁴. Para tanto o autor parte da própria definição daquilo que é bom ou mau em geral, visto que o comportamento visto como “bom” e o resultado final do mesmo não necessariamente se identificariam. Assim, ele passa a definir Ética como um estudo do entendimento daquilo que se considera “bom” e o

¹¹ Tratava-se de um grupo com tradição em discussões filosóficas, que se reunia semanalmente, e cujos debates variavam entre questões existenciais, significado da vida, moralidade, sexualidade, religião, arte, literatura e filosofia. A relação com o estudo e com o debate, por sua vez, deveria ser franca, na busca sincera e desinteressada pela verdade. Diversos intelectuais passaram por este grupo, principalmente, Edward Moore e Bertrand Russel, homens que influenciariam diretamente o pensamento de Keynes (Dostaller, 2007, p. 28-29; O’Donnel, R. M, p. 12). Por sua vez, a base dos “Apóstolos” juntamente com as irmãs Virgínia (Wolf) e Vanessa Stephan, formará em 1905 – ano da graduação de Keynes – o *Bloomsbury*, um círculo de jovens, escritores e artistas que dividiam certos valores e definitivamente marcaram a vida cultural britânica. Tal grupo buscava a elevação dos “estados espirituais” por meio de doutrinas que pretendiam alcançar os elementos vistos como bons em si mesmos, tal como a beleza estética, a arte, e o amor. É neste espaço que Keynes formará a base do seu pensamento social, político e filosófico. A participação de Keynes em tal grupo foi central para o ecletismo de sua formação pessoal e intelectual.

¹² “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”, vol X, Macmillan Cambridge University Press (1972).

¹³ Para mais detalhes sobre a influência de Edward Moore sobre a obra de Keynes, ver: Dostaller, G. (2007), Terra, F & Ferrari Filho, F. (2010) e O’Donnel, R. M. (1992).

¹⁴ Moore (1999) afirmará que o mais comum e mais interessante dos juízos éticos tem a ver com nosso próprio comportamento (p. 82).

que se considera “mau” (Moore, E., 1999, p.82-83). Neste sentido, Moore diferencia duas espécies de coisas boas: a) o bom enquanto meio (valor como meio), referente às relações causais, dependendo de um certo período para determinar que o efeito de tais relações seja bom em si mesmo; b) o bom em si mesmo (valor intrínseco), referente à coisa que em si mesma possui a propriedade que conferimos aos efeitos. Portanto, nosso comportamento – bom enquanto meio –, nossa ação, dependeria do juízo acerca daquilo que seria “bom em si”¹⁵.

Portanto, a problemática apontada por Moore estaria em compreender o que seria um comportamento bom ou mau do ser humano. Para o autor, o comportamento nunca seria bom em si mesmo (fim), mas poderia ser bom ou mau enquanto meio, não em função da sua intencionalidade, mas em função dos seus efeitos. O problema é que não haveria condições de saber a priori todos os elos possíveis e os nexos causais das consequências dos nossos atos, dependendo de circunstâncias históricas específicas e do desenrolar de uma trama complexa, desencadeando outras ações e outros efeitos. O futuro resultado dos atos seria, portanto, “*incerto*”¹⁶. E será a partir desta questão fundamental, que Moore apresentará seu método de análise: o princípio da Unicidade Orgânica, ou seja, a relação, a interação que a parte (ação humana), tem com o todo (efeito final, resultado da interação das partes, ação inicial e outras ações daí resultantes). A primeira tese daí resultante, é que o todo não é a somatória das partes, mas antes a consequência desta interação. Desta forma, um comportamento visto como mau (meio) pode ter como efeito final um todo bom (fim), e um comportamento visto como bom (meio) pode ter como efeito final um todo mau (fim). Mas apesar do todo não ser a soma das partes, as partes são necessárias para constituir o todo. Ademais, as partes não poderiam ter maior valor intrínseco (bom em si mesmo) em

¹⁵ Assim, enquanto a ética, para Moore, estaria ligada ao comportamento humano em geral, a moral seria uma ética correta com relação a seus efeitos, a saber, o alcance do “bom”.

¹⁶ “Em relação, portanto, àquilo que com maior frequência é objeto de juízos éticos, a saber, as ações, é óbvio que não podemos ter qualquer certeza quanto à veracidade de nenhum dos nossos juízos causais universais nem mesmo no sentido em que se pode dizer que as leis científicas são verdadeiras. Nem sequer conseguimos formular leis hipotéticas de gênero: ‘Exatamente esta ação produzirá sempre, nas mesmas condições, exatamente este efeito’. Mas, em juízo ético correto em relação a certas ações, requer mais do que isto em dois sentidos. (1) Precisamos de saber que uma dada ação irá produzir determinado efeito, seja, quais forem as circunstâncias em que ocorram. Mas isto é seguramente impossível. É sabido que a circunstâncias diferentes, a mesma ação pode produzir efeitos que são totalmente diferentes em todos aqueles aspectos que depende o valor dos efeitos (...). Mas (2) precisamos saber não apenas que se irá conseguir em bom resultado, mas ainda que, entre todos os acontecimentos subsequentes afetados pela ação em causa, o saldo do bem será maior do que se tivesse praticado qualquer outra ação possível. Por outras palavras, decidir que uma ação é geralmente um meio para alcançar o bem; é decidir não só que ele geralmente produz algum bem, mas que geralmente produz o maior bem que as circunstâncias admitem” (Moore, 1999, pg 105-106).

relação ao todo, visto que o valor intrínseco é o resultado expresso neste todo (Moore, E., 1999, pp. 114 – 120)¹⁷.

Este aspecto filosófico foi, por sua vez, a base para a construção da teoria ético-comportamental *mooreana*. Os agentes deveriam guiar sua escolha com base no princípio da busca do maior valor intrínseco possível – dado um conjunto de alternativas – guiado por relações lógicas, probabilísticas¹⁸ (p. 257). No entanto, a imprevisibilidade das atitudes humanas fez do filósofo refém de posicionamentos conservadores, argumentando que as regras e as leis deveriam ser respeitadas, pois seriam guardiãs do bem universal, sendo o seu cumprimento bom enquanto meio (p. 260). A certeza do presente se tornaria, assim, mais confiável à incerteza probabilística do futuro, visto que um “efeito menos ‘bom’, mas provável de ser alcançado é preferível a um efeito melhor mas menos provável, se a diferença de probabilidade ser suficientemente forte para sobrepor à diferença de bondade” (p. 270).

Por fim Moore define aquilo que seria bom em si, ou seja, que tivesse maior valor intrínseco possível: aquilo que estimulasse certos estados de consciência, ou estados mentais – *states of mind* (Moore, E. 1999, p. 295). Para o filósofo, as coisas que teriam maior valor intrínseco, ou seja, aquelas que levariam ao maior estado de consciência possível, era o afeto pessoal e a apreciação do belo na arte e na natureza. A busca destes valores seria a verdade última e fundamental da filosofia moral. Por estas coisas é que qualquer um deveria cumprir o dever público e particular, constituindo o fim último, racional da ação humana e o critério único do progresso social (Moore, E., 1999, p. 295)¹⁹.

É possível constatar a importância de Edward Moore em quase todas as obras de Keynes, desde o *Treatise on Probability (TP)* até a *Teoria Geral (TG)*. A análise epistemológica da realidade, a ênfase no comportamento dos agentes frente a um ambiente

¹⁷ Cabe ressaltar que seu o princípio da unicidade orgânica não pode e nem deve ser confundida com a dialética hegeliana. Segundo o próprio Moore, a teoria da totalidade orgânica de Hegel teria 3 propriedades: a) as partes estariam relacionadas entre si e com o todo como meio e como fim; b) estas partes não teriam sentido ou significado separado do todo; c) o todo é tratado como se tivesse a tal propriedade a qual pretendemos atribuir o nome (Moore, E., 1999, p. 115). O autor discordará destas proposições e princípios na medida em que afirmará: (I) o todo e as partes não são necessariamente fins e meio, ou seja, existe independência entre as partes e entre as partes e o todo; (II) o todo tem um valor superior às partes, portanto fim, resultado, e as partes, meio, resultante; (III) as partes podem existir independentemente do todo, já o todo não pode existir independente das partes. Logo, o filósofo critica a hipótese de que a partes de um todo é diferente da parte sem o todo, ou seja, critica o todo como “parte da parte” (Moore, E. 1999, p. 116-120).

¹⁸ Grifos nossos.

¹⁹ “A coisa mais valiosas que conhecemos ou podemos imaginar são, sem dúvida, certos estados e consciência que se podem descrever como prazeres das relações humanas e gozo dos objetos belos” (Moore, E. 1999, p. 295).

incerto e os fins últimos buscados pela política e economia permearam todo o seu pensamento²⁰.

Mas as teorias sobre o comportamento humano absorvidas por Keynes não estão fundamentadas apenas em teses lógico-objetivas, mas também em hipóteses irracionais subjetivas. Existem algumas evidências sobre certas influências da teoria psicanalítica no pensamento de Keynes. Apesar de não haver nenhuma indicação explícita sobre as premissas psicológicas na obra de Keynes, em diversos momentos da mesma – como iremos apontar mais adiante –, o autor apela para elementos psicológicos, seja para entender a dinâmica do capitalismo, seja para entender a importância do dinheiro, seja para analisar a sociedade.

Em muitas passagens da obra de Keynes, é possível perceber que o mesmo tinha certo conhecimento sobre as ideias psicanalíticas²¹. Dostaller, G & Marris, B (2002) relatam que o estudo da psicanálise já ocorria bem antes do *Bloomsbury* se aproximar das ideias mesmas de Keynes. Por sua vez, tais autores apontam que tal grupo passou a se aproxima de forma mais estreita das teses de Freud através de uma organização inglesa – *Society for Psychological Research* – em que os trabalhos de Freud passaram a ser lidos e comentados (p. 239)²². Essa aproximação é evidenciada em uma das passagens do “*Treatise on Money*” (TM) quando Keynes confere a Freud a tese do “amor ao dinheiro” como um processo de sublimação sexual²³. Portanto, as novas ideias e teses que analisavam

²⁰ Resumidamente, o *TP* não é nada mais do que uma teoria da ação, do comportamento, da crença racional, em função do ambiente no qual se desconhece é o objeto cognoscível, e cujos elementos passíveis de conhecimento são insuficientes para que se haja plena certeza sobre o objeto cognoscível, o que não implica impossibilidade de obter certo nível de crença sobre o mesmo, ou mesmo de agir sobre certa forma. Segundo Dostaller, G. (2007), O *TP* teria sido uma resposta de Keynes à posição conservadora de Moore quanto ao comportamento passivo num ambiente cujo resultado da nossa ação é desconhecida. Para Keynes, esta conclusão seria equivocada visto que seríamos capazes de julgar a retidão de uma ação e, portanto, atuar, sem conhecimento certo sobre suas consequências (p. 56-57). No Capítulo 26 – “*Some Philosophical Applications of Probability to Conduct*” – Keynes refuta diretamente tal argumento de Moore, afirmando que tratar-se-ia de um equívoco de interpretação filosófica sobre probabilidade, dadas as posições conservadoras do autor (Keynes, K. M., 1921 [1973], p. 343)..

²¹ Ver, por exemplo: “*Clissold*” (1927a), p.319-320; “Short View of Russia (1926a), p. 268-269; “*Treatise on Money*” 1930[1971], vol II, p. 258-259.

²² James Strachey, membro do *Bloomsbury* e amigo íntimo de Keynes, foi um dos principais difusores das ideias de Freud na Inglaterra, traduzindo e publicando seus trabalhos, além de manter contato direto com o mesmo em sessões de análise. Em 1925 Strachey publica os cinco volumes do “*Collected Works*” de Freud, considerado pelos membros do *Bloomsbury*, um dos seus principais trabalhos. Para Dostaller, G & Marris, B (2002), tal obra forneceu algumas abordagens que Keynes usaria em certas passagens da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” – TG – e do “*Treatise on Money*” – TM – (p. 241). Em 1925, Keynes teceu um comentário, na revista “*National and Athenaeum*”, sobre Freud, vendo-o como um dos maiores gênios perturbadores e inovadores daquela época, cuja teoria apela para a intuição, contendo algo de novo e verdadeiro sobre a forma como a psicologia humana trabalha (Winslow, E. G., 1986, p. 550).

²³ “*Treatise on Money*” 1930[1971], vol II, p. 258. A relação entre o dinheiro e o processo de sublimação é explicado por Freud em seu texto “*Character and Anal Erotism*” (1908). Neste pequeno artigo Freud associa certos traços

a mente humana também foram importantes para moldar o modo como Keynes enxergava a sociedade e o comportamento individual, tornando-se um dos pilares de seu pensamento²⁴.

Quanto aos aspectos políticos, observamos que o liberalismo inspirado em Platão, Bentham e J. S. Mill é uma influência decisiva para Keynes (Dostaller, 2007). Adicionalmente, o “Novo Liberalismo” surgido durante a depressão de 1873-1895, também foi importante para a formação do pensamento político do autor, principalmente no que se refere à relação entre o indivíduo, a economia e o Estado (p. 96). Figuras como J. A. Hobson, Leonard Hobhouse, S. Rowtree e S. P. Scott foram os principais precursores deste “Novo Liberalismo” que buscava fazer a crítica à liberdade individual enquanto valor último e universal, independentemente dos aspectos socioeconômico.

No entanto, foi Edmund Burke (1729 – 1797) o autor político mais importante na vida de Keynes. Esta influência fica explícita em um texto de Keynes, na época ainda da graduação chamado “*The Political Doctrine of Edmund Burke*”, de 1904 (Dostaller, 2006, p. 19). A influência de Burke na concepção política de Keynes pode ser sintetizada em cinco aspectos: (I) pacifismo reformador, anti-radical; (II) crença na razão como forma de solucionar conflitos; (III) hierarquia social como uma característica necessária; (IV) Defesa da propriedade privada; (V) Estado como um meio para alcançar o bem-estar comum²⁵.

Tendo como base os acontecimentos ocorridos entre 1789-1798, Burke teceu um conjunto de comentários e defendeu uma série de proposições políticas, publicadas sobre o nome de “*Reflexões sobre a Revolução em França*” (de 1790), onde se encontram a maioria das ideias absorvidas por Keynes. De modo geral este livro faz duras críticas à subversão social causada pela Revolução Francesa. Por detrás de sua análise está a concepção de que as rupturas traumáticas desencadeadas por esta Revolução, ao ser encabeçada pelas massas populares (qualitativamente inferiores), ao subverter a ordem e suprimir o poder dos soberanos (cujas virtudes educacionais, morais e religiosas eram superiores), ao serem guiadas por interesses particulares e não por critérios gerais e

característicos daqueles desejosos e apaixonados por dinheiro – ordem, parcimônia e obstinação – à transferência de seu impulso sexual, ligado ao caráter erógeno excepcionalmente forte da zona anal. A reação contra este impulso erótico, simbolizado pela sujeira – fezes – seria a busca por algo que representasse limpeza e preciosidade: o dinheiro.

²⁴ E isto fica explícito em outra passagem do “*My Earlier Beliefs*”, onde Keynes afirma que a teoria da racionalidade humana deixou de lado alguns aspectos fortes e importantes sobre o sentimento. Alguns aspectos de espontaneidade, de atributos de irracionalidade da natureza humana poderiam ter certo valor que certos esquemas de pensamento não perceberam (Keynes, 1938 [1972], p. 448).

²⁵ Para mais detalhes sobre a influência de Burke sobre Keynes, ver: Dostaller, G (2007; p.87-88); O’Donnel, R. M. (1992; p. 276 – 280); Dostaller, G. (2006; p.19-21) e Skidelsky, R. (1999; p. 48-55).

coletivos em função da parcimônia e sabedoria, teriam subvertido todas as bases e concepções historicamente construídas as quais se erguiam os pilares de uma sociedade histórica e moralmente justa (Burke, E., 1982, pp. 69,75-77, 88-89). Ao contrário das revoluções que apontariam necessariamente para horizontes desconhecidos, Burke acreditava nas reformas das instituições, sendo a forma mais segura de mudança, visto que se apoiariam em bases mais sólidas (no passado) para a construção do futuro.

Burke também se colocou a favor da soberania do Estado frente às instituições privadas em função dos objetivos do bem-estar comum, como explicitado em “*Mr Burke’s Speech, on the 1st December 1873*”²⁶, o que não significava negação das liberdades e direitos privados e individuais. Burke era um defensor incondicional da propriedade privada, baseado nos princípios da aquisição, conservação e manutenção da desigualdade legítima (Burke, E. 1982, p. 83)²⁷.

E aqui voltamos a Platão, que acreditava que o Estado/cidade ideal (modelo) seria aquele em que cada grupo social exerceria suas funções a partir de suas qualidades. Assim, a classe militar, cuja qualidade seria a coragem, se encarregaria de cuidar da proteção da cidade; a classe econômica, cuja característica seria a temperança e a concupiscência, deveria encarregar-se da sobrevivência da cidade mediante a produção de riquezas; e a classe dos magistrados, cuja qualidade seria a capacidade de usar o conhecimento, a sabedoria e a razão, deveria governar a cidade, encarregando-se de criar as leis e fazer cumpri-las (Chauí, M., 2002, p.308-309). A cada qualidade específica de cada grupo social Platão associava a uma parte do corpo. A classe militar movia-se segundo o coração; a classe econômica, segundo o baixo ventre; e os magistrados segundo a cabeça, ou seja, a razão. Dessa forma, Platão acreditava nas elites intelectuais capazes de conduzir e organizar a sociedade mediante critérios justos e através do Estado²⁸.

Por fim, apresentaremos as influências teóricas para o pensamento econômico de Keynes *stricto senso*. O primeiro aspecto de seu pensamento é a abordagem da ciência econômica como uma ciência moral. Tanto seu pai – John Neville Keynes – quanto Alfred

²⁶ Burke, E., 1990 (<http://www.econlib.org/library/LFBooks/Burke/brkSWv4c5.html>).

²⁷ Como veremos, apesar da crítica de Keynes à posição passiva de Moore frente às incertezas das nossas atitudes, o primeiro não adere às imprecisões de qualquer atitude. Frente a este ambiente complexo, Keynes adota a postura burkeana de uma ação racional, reformadora e gradual, guiada pelos mais aptos.

²⁸ “Os dirigentes políticos, conhecedores das ideias, portadores da ciência política e da mais alta racionalidade, formam a pequena elite intelectual que governa a cidade segundo a justiça. A razão domina a coragem que domina a concupiscência. A cidade justa é, pois, aquela onde o filósofo governa, o militar defende, e os que estão ligados à atividade econômica provêm a sociedade” (Chauí, M., 2002, p. 309).

Marshall enfatizavam que a economia tratava de problemas complexos, relacionados a padrões morais e sociais²⁹. A ciência econômica era uma doutrina dos meios e, portanto, era subordinada à Ética, como uma forma de entender e justificar a condição humana. Assim, as habilidades necessárias a um bom economista seriam a combinação de talentos raros, como o conhecimento da história, filosofia, política e matemática, além da capacidade de abstração e intuição (Keynes, 1933[1972], p.173-174).

De Marshall, Keynes também absorve a metodologia de análise econômica, que, apesar de certas rupturas, ainda se encontram presentes até a “*Teoria Geral*” (TG), abarcando os seguintes aspectos: (I) formalismo teórico; (II) princípio da substituição de todos os bens entre si; (III) princípio marginalista, ou seja, dos rendimento ou ganhos decrescentes da produção ou posse adicional de algum bem; (IV) tendência para o equilíbrio (Shackle, 1976, p. 448, 451, 456-457; Keynes, J. M., 1930a[1971], p. 325).

Em contrapartida, os textos anteriores à TG demonstram que Keynes estava longe de se encaixar na teoria estigmatizada do equilíbrio neoclássico. Desde “*Indian Currency and Finance*” (ICM) de 1919, passando por “*A Tract on Monetary Reform*” (TMR) de 1923, e chegando, por fim, em “*Treatise on Money*” (TM) de 1930, Keynes coloca as questões monetárias como centro não apenas das variações dos preços mas também determinante dos ciclos reais econômicos. Nestes textos – ambos discutindo teoria monetária e os efeitos sobre a realidade dentro de perspectivas específicas – fica explícita a tradição monetária de Cambridge, que de certa forma, não é idêntica ao quantitativismo monetário de Fisher. Portanto, Keynes esteve muito além das descrições mecanicistas de transmissão da variação de dinheiro ao nível geral de preço. Já naquela época o autor defendia a hipótese de variação na quantidade da moeda via mecanismos alternativos – como os encaixes monetários – e apresentava a possibilidade de expansão dos investimentos via política monetária, dada a diferença entre as taxas de juros naturais e de mercado, sob inspiração wickselliana (Belluzzo, 2000, pp. 33-37). Aproximava-se, assim, de uma teoria econômica em que o equilíbrio era cíclico e não estável.

Por fim, podemos afirmar que Keynes também tinha aproximações teóricas com alguns economistas vistos como “hereges” em função do modo como tratavam a teoria

²⁹ Ver Annauti Metto, 2000.

econômica, tal como Sismondi e Malthus³⁰. Keynes escreveu, inclusive, um texto biográfico sobre Malthus, chamando-o de o primeiro economista de Cambridge, sendo um dos pioneiros a analisar os problemas de produção e emprego via falta de “demanda efetiva” (Keynes, 1933[1972], vol X, pp. 97-98).

Portanto, podemos apresentar a base do pensamento de Keynes por meio da síntese entre aspectos políticos, filosóficos, comportamentais e econômicos de uma miscelânea considerável de autores e teóricos, tais como Moore, Burke, Platão, Freud, Marshall, Malthus e outros. Como veremos adiante, esta base foi fundamental para a formação de seu pensamento intelectual.

2.2 O Capitalismo em Keynes

Nesta seção, nosso objetivo é apresentar a forma como Keynes enxerga o capitalismo em geral. Para tanto buscaremos demonstrar sua visão sobre a especificidade de capitalismo e sua definição de capital.

Tendo como base suas críticas frente à forma como a teoria clássica buscava resolver os problema econômicos vividos durante o período do entreguerras – principalmente a grande depressão – Keynes passa a reinterpretar o capitalismo, visto agora como uma “economia monetária da produção”, ou melhor, “uma economia empresarial monetária”, cuja especificidade residiria no fato do dinheiro ser o elemento central e essencial deste sistema econômico, afetando todos os motivos e decisões. Neste sentido, seus textos de 1933, “*A Monetary Theory of Production*” e “*The distinction between a cooperative economy and an entrepreneur economy*”, já demonstram uma distinção fundamental na sua interpretação da economia capitalista, em relação a seus antecessores. Para Keynes, o capitalismo é, antes de mais nada, uma economia monetária, cuja finalidade do empresário é aumentar sua quantidade de dinheiro em termos de lucro em relação à quantidade de dinheiro que se iniciou a produção. Não se trata de uma simples economia cooperativa, ou uma economia de trocas reais onde os fatores de produção são trocados pelas suas respectivas produtividades, onde o dinheiro é um mero facilitador das trocas, já

³⁰ Ver Salles, A. O. T.; Arthman, R. & Brady, M. E. “*Dos Clássicos aos Hereges: Keynes e a Economia do seu Tempo*”; Encontro Nacional da Anpec, 2010.

que seria, em si, neutra. Assim, se a moeda afeta os motivos e decisões, dadas suas características intrínsecas, o nível de produto e emprego não poderia ser pré-determinado.

“The Theory which I desire would deal, in contradistinction to this, with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decision and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that, the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behavior of money between the first state and the last. And it is this which we ought mean when speak of a monetary economy” (Keynes, 1933a [1972], vol XIII; p. 411).

Citando uma passagem de “*Value Theory and Business Cycles*”, de H. L. MacCraken, Keynes teria ratificado a tese de Marx – apesar de considerá-lo descendente da ortodoxia ricardiana³¹ – sobre a especificidade das trocas numa economia capitalista.

“The distinction between co-operative and an entrepreneur bear some relation to pregnant observation made by Karl Marx, - though subsequence use to which he puts his observation was highly illogical. He is not, as economists seem often to suppose, a case of C-M-C, i.e., of exchanging commodity (or effort) for money in order to obtain another commodity (or effort). That may be stand point of the private consumer. But it is not the attitude of the business, which is a case of M-C-M', i.e., of parting with money for commodity (or effort) in order to obtain more money”. (Keynes, 1933b[1972], pg 81).

Nesta interpretação, há uma relação de mútua complementaridade entre as características do dinheiro e seu impacto sobre a economia e sua concepção de realidade, baseada na incerteza frente aos acontecimentos futuros. Em suas palavras “temos apenas via de regra, a mais vaga das ideias de quaisquer consequências de nossos atos que não sejam as mais diretas. Às vezes não estamos muito interessados nas suas consequências remotas, embora o tempo e a oportunidade muito possa fazer por elas” (Keynes, J.M., 1937a[1984], p. 170-171). Assim o conhecimento sobre o futuro é oscilante, vago e incerto, se tornando um problema sério no processo de acumulação de riqueza no capitalismo, baseado nas expectativas sobre um futuro relativamente distante.

“O sentido em que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e com a taxa de juros daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários particulares da riqueza no sistema social de 1970. Sobre estes problemas não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico” (Keynes, J.M., 1937a[1984], p. 170).

³¹Ver por exemplo, Keynes, J. M., (1934 [1972], vol XIII, p. 488).

Nesta perspectiva, o dinheiro e a sua posse se tornam a causa e o efeito da potencialização do nível de incerteza numa economia capitalista. Enquanto efeito, a posse do dinheiro é, em Keynes, um barômetro, um medidor das nossas desconfianças, nossos cálculos e convenções futuras, tranquilizando nossas inquietações. Enquanto causa, a sua posse – dada as especificidades do dinheiro – potencializa as instabilidades da economia capitalista. O dinheiro se torna, portanto, um elo entre o presente e o futuro.

Entendemos que é somente a partir desta perspectiva mais geral sobre a especificidade do capitalismo que se torna possível compreender como Keynes analisa o processo de produção e distribuição da riqueza nesta sociedade. E, para tanto, o autor recorre à teoria da alocação de ativos³², explícita no capítulo 17 da *TG*. Nesta perspectiva, os agentes alocariam sua riqueza (ativo) com base no retorno específico – direto e/ou indireto, objetivo e/ou subjetivo –, na conveniência de sua posse, ou no ganho de capital pela venda do mesmo. Logo, tais ativos teriam, cada qual, uma espécie de taxa interna de juros³³, o que possibilitaria a comparação entre alocação x retorno dos mesmos, influenciando a demanda dos agentes (capitalistas) na busca do ativo mais rentável possível, como forma de valorização da riqueza. Em última instância, tal teoria explicitaria a subordinação do processo produtivo (construção de empresas, compra de máquinas e equipamentos, contratação de pessoal) à dinâmica da alocação dos agentes na busca sua valorização dos ativos.

Vale aqui adiantarmos a relação entre o processo de valorização dos ativos e o significado que Keynes atribui ao termo “*capital*”. No capítulo 16 da *TG*, o autor não define capital como um elemento produtivo, nem como uma relação social. Para Keynes, capital é todo ativo que fornece ao longo de sua existência um rendimento excedente sobre o custo original. Em suas palavras, “à medida que o capital se torna menos escasso o excedente de rendimento diminuirá sem que ele se torne por isso menos produtivo – pelo menos no sentido físico” (Keynes, J.M., 1936[1985], p. 151).

³² Para mais detalhes sobre esta interpretação ver: Cardim de Carvalho, C. (1992); Belluzzo, L. G. (2002); Minsky, H. P. (2008); e Davidson, P. (2007).

³³ A taxa interna de juros de cada ativo dependeria dos rendimentos esperados em termos de si mesmo (q), do custo de manutenção em função do desgaste ou despesas decorridos do tempo de posse do ativo (c), e do prêmio de liquidez (l) sendo algo pelo qual as pessoas estariam dispostas a pagar um preço, em termos de si mesmo, em função da conveniência e segurança potencial dada pela posse de um certo ativo. Ademais, como as taxas internas de juros seriam avaliadas não em função de si mesmas, mas em referência à sua expressão monetária, a expectativa de variação monetária do valor dos ativos (a) também entraria na contabilidade dos rendimentos esperados de cada ativo.

Keynes não nega o fato de que toda riqueza produzida venha do trabalho. Ressalte-se que o autor inclui enquanto geradores de valor tanto as participações dos empresários quanto a dos trabalhadores no processo de produção (p. 151). Isso não impede o autor de acentuar uma assimetria entre empresários e trabalhadores do ponto de vista das decisões de alocação da riqueza, o que justificaria, entre outros motivos, o lucro. Assim, a renda do empresário, oriunda do trabalho (do empresário e dos trabalhadores), seria dado pela interação entre oferta e demanda³⁴ – ou seja, grau de escassez –, tornando-se uma espécie de taxa de rentabilidade sobre a riqueza acumulada pelos capitalistas (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 160).

E se é a escassez que governa o rendimento do capital, a expansão de nova riqueza aconteceria até que o preço de demanda se igualasse ao preço de oferta, o que implicaria na plena utilização dos fatores de produção e na supressão mesma da escassez.

No entanto, é exatamente o contexto de incerteza potencializado pela existência do dinheiro que impediria o perfeito desenvolvimento do processo alocativo e da eficiente expansão de nova riqueza. O dinheiro seria, assim, um ativo específico e especial em função dos seus atributos únicos: a) ativo com maior prêmio de liquidez possível; b) inelasticidade de produção; c) inelasticidade de substituição. Se por inelasticidade de produção entende-se a incapacidade da iniciativa privada de aumentar a quantidade de dinheiro (oferta monetária) mediante uso de mão-de-obra, a medida em que seu preço de demanda sobe, então se deduz que sua taxa específica de juros se torna pouco susceptível a baixa³⁵. E se por inelasticidade de substituição entende-se o fato de não existir nenhum ativo, passível de produção, que possa substituir e cumprir as funções do dinheiro, isto significa que não haverá outra alternativa ao dinheiro quando sua taxa interna de juros – seu prêmio de liquidez – estiver relutante a cair. E é o seu próprio atributo de liquidez, sua capacidade de metamorfosear-se, em qualquer lugar e em qualquer tempo, em outro bem, por firmar e saldar contratos, por ser a unidade de conta e meio de troca básico, que confere

³⁴ O preço de demanda dos ativos em Keynes seria dado por: $q - c + l + a$.

³⁵ “Ora, no caso dos bens cuja produção demonstre elasticidade, a razão pela qual admitimos que a sua taxa específica de juros declina decorre do fato de supormos que o seu estoque aumenta em consequência do maior volume da produção. No caso do dinheiro, entretanto (...) a oferta é fixa. Assim, a característica segundo o qual a moeda não pode produzir-se facilmente pelo trabalho leva, imediatamente, a sua *prima facie* ser correto o ponto de vista de que a sua taxa específica de juros será relativamente refratária à baixa; ao passo que se a moeda pudesse ser cultivada como um cereal ou fabricada como um automóvel, as depressões poderiam ser evitadas ou atenuadas, porque se o preço de outros bens tendesse a baixar em termos de moeda mais trabalho seria desviado para a produção de dinheiro, como vemos ser o caso nos países de mineração de ouro, embora para o mundo, em conjunto, o desvio máximo neste sentido seja quase insignificante” (Keynes, J.M., 1936[1985], p. 162)

ao mesmo uma demanda necessária e permanente, emergindo característica de ser um elo entre o presente e o futuro, e, portanto, ser o principal ativo cuja função central é ser reserva de valor.

O significado destas características é que o processo de alocação e criação de ativos por parte dos agentes detentores da riqueza que buscam valorizá-las, pode ser interrompido pela existência do dinheiro, que não cria nova riqueza, e cuja taxa interna de juros não é propenso à baixa, tornando-se um ativo, um estoque de riqueza, que estipula um teto para a criação de novos ativos, novos fluxos de riqueza. O problema, então, passa a residir no fato da possibilidade do prêmio de liquidez ser tão alto que poderia interromper o pleno emprego dos fatores produtivos. Portanto, a própria existência do dinheiro como ativo se torna causa e efeito da incapacidade do capitalismo em alcançar e manter-se no nível de emprego e renda em que todos estariam empregados. Em outras palavras, o processo produtivo que gera emprego e renda pode interromper-se visto que a demanda dos agentes pode concentrar-se em um ativo especial, o dinheiro. Haverá assim uma oposição entre a posse do dinheiro em função do seu prêmio de liquidez e sua segurança, e o desejo em criar nova riqueza, em arriscar.

“Parece agora que nossa afirmação anterior de que a taxa monetária de juros marca um limite ao volume da produção não era estritamente correta. Deveríamos ter dito que a taxa de juros do bem, que declina mais lentamente à medida que o estoque de bens geral aumenta, é a que, eventualmente, elimina a produção vantajosa de cada um dos outros – salvo no caso mencionado de uma relação entre os custos presentes e os custos prováveis de produção. À medida que a produção aumenta, as taxas específicas de juros baixam a níveis nos quais um bem após o outro cai abaixo do que corresponde à produção vantajosa, até que, finalmente, uma ou mais taxas específicas de juros se fixam num nível superior à eficiência marginal de qualquer bem” (Keynes, J.M., 1936[1985], p. 161).

Portanto, nesta economia, o processo de alocação, criação e valorização dos ativos passa a ser governado pelas expectativas sobre o futuro, que por sua vez determinará o nível de demanda efetiva – nível geral de gasto na economia, relacionado ao quanto os empresários esperam receber por um dado volume de produção – e, portanto, o nível de investimento – processo de aquisição de um novo ativo de capital. Ou seja, neste ambiente de incerteza, os agentes não têm senão expectativas futuras principalmente quanto aos rendimentos frente à alocação da riqueza em um ativo de capital e quanto ao futuro das taxas de juros. A instabilidade do capitalismo, portanto, passa a estar referenciada ao

comportamento dos detentores da riqueza frente ao futuro incerto, a saber, as expectativas futuras. Estas expectativas – principalmente as de longo prazo – dependem, assim, do estado de confiança³⁶ sobre os prognósticos possíveis que possam ser formuladas sobre o futuro. No entanto, pelo fato de nosso conhecimento sobre os cálculos esperados serem muito precários, os fatores que governam o rendimento esperado dos ativos se tornam limitados e desprezíveis (Keynes, J. M. 1936[1985]; p. 112). Logo, a instabilidade se torna um elemento crônico e permanente neste sistema econômico.

Assim, em Keynes o capitalismo é visto como uma economia monetária da produção, onde os agentes buscam alocar e valorizar sua riqueza sob as formas mais rentáveis possíveis, dado o grau relativo de escassez das mesmas; e dado um ambiente de incerteza, este processo de alocação passa a estar baseado em expectativas por meio dos graus de confiança frente ao futuro. Haja vista os atributos do dinheiro acima apontados, e o próprio contexto de incerteza, o sistema capitalista passa a ter uma dinâmica instável.

2.3. Tendências do Capitalismo em Keynes.

Mostraremos, nesta seção, a forma como Keynes via a evolução do capitalismo de seu tempo e a sua possível evolução futura. Para isso, analisaremos as especificidades teóricas construídas e evidenciadas pelo autor, assim como os prognósticos futuros daí decorrentes.

As tendências do capitalismo podem ser divididas, segundo Keynes, em dois momentos: i) tendência de curto prazo, ou seja, refere-se aos problemas vividos pelo sistema econômico no período em que o autor escreve seus principais textos; e ii) a de

³⁶ Keynes aponta que este estado de confiança depende de um conjunto de convenções, sendo, esta última, a forma como se apresenta o comportamento dos homens racionais e econômicos num ambiente de incerteza. De modo geral, o comportamento dos agentes estaria pautado pelas seguintes convenções: (I) o presente é o melhor guia para o futuro, ignorando subjetivamente a perspectiva de mudança; (II) o estado de opinião vigente sobre as perspectivas futuras seriam um sumário correto para nossas atitudes; (III) nossas atitudes estariam voltadas a seguir o comportamento médio, voltando-se para a opinião do resto do mundo, da maioria (Keynes, 1937[1984]; p.172). Neste contexto, Keynes também aponta a possibilidade de ações coletivamente menos racionais e mais individuais tais como a especulação – cujo objetivo é antecipar a psicologia das massas – e o animal spirits – o otimismo espontâneo, o entusiasmo, inerente à natureza humana, cujo impulso é dado por um instinto espontâneo a agir ao invés de fazer nada (Keynes, J. M. 1985; p. 116-117). Neste ambiente, qualquer alteração nos fatores econômicos, por menor que sejam, quaisquer que sejam – poderiam fazer ruir o estado de confiança, sendo, portanto, uma variável volátil. Mudanças violentas e repentinas são passíveis de ocorrer neste mundo incerto, alterando as expectativas futuras, seja das taxas de juros, seja do retorno esperado do ativo de capital, alterando o processo de alocação da riqueza e, desta forma, o nível de emprego e renda.

longo prazo, ou seja, referente a prognósticos sobre um futuro distante, resultante do próprio movimento deste sistema econômico.

A principal tendência de curto prazo do capitalismo não deixaria de ser uma continuidade teórica, e refere-se à intensificação da volatilidade e instabilidade do capitalismo em decorrência dos seguintes fatores:

(I) Implicações da natureza do capitalismo no nível de demanda efetiva: o significado da existência de uma economia em que dinheiro é o ativo mais importante (em um processo em que os agentes buscam valorizar sua riqueza num ambiente de incerteza) é o de que os agentes podem concentrar sua renda não gasta em certos ativos não passíveis de produção ou substituição. Em outras palavras, parte da renda não consumida, ou seja, poupada, pode não se transformar em investimento. Não há, segundo Keynes, nenhuma ligação entre o ato de poupar e o ato de investir. Enquanto o ato de poupar depende de características psicológicas, mas que no curto prazo são estáveis, o investimento – a compra de um ativo de capital – depende das expectativas sobre o rendimento futuro deste ativo comparada com a taxa e juros. Não é, desta forma, um problema de insuficiência de oferta e nem de custo do trabalho, que impediria plena alocação dos recursos produtivos, mas de demanda, principalmente de investimentos – visto que o consumo seria uma variável estável no curto prazo – cuja volatilidade dependeria das expectativas. Keynes chamará a expectativa de ganho futuro trazido a valores presentes pela taxa de juros de eficiência marginal do capital (Keynes, J.M., 1936[1985], p.47,71-101, 101-109). Assim, a demanda agregada composta por consumo e investimento varia em função da própria flutuação da eficiência marginal do capital, tanto por causa da variação da taxa de juros quanto por causa de mudanças nas próprias expectativas. Portanto, a flutuação do nível de emprego e de renda é intrínseca a este tipo de economia, em que as expectativas tornam volátil o nível de demanda agregada da economia. Ademais, o nível de expectativas pode manter-se abaixo do nível de pleno emprego, da plena ocupação da capacidade produtiva, e, desta forma, criar taxas de desemprego involuntárias crônicas que podem perdurar anos e até décadas, estimulando a instabilidade social³⁷.

³⁷ “Essa análise nos oferece uma explicação do paradoxo da pobreza em meio a abundância, pois a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção (...)” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 33).

(II) Crescente hiato entre renda e consumo: Existiria uma lei psicológica na comunidade segundo a qual os “homens estão dispostos de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento da sua renda”. (Keynes, J. M., 1985, p. 75). Assim, a propensão a consumir seria menor que a unidade e decrescente. Portanto, a brecha entre a renda e o consumo tenderia a aumentar com a expansão da economia, aumentando por sua vez, a propensão a poupar da sociedade. Logo, a manutenção do pleno emprego só seria possível com a expansão dos investimentos – componente da demanda agregada mais volátil e instável da economia – de magnitude igual à diferença entre a renda e o consumo agregados. O problema é grave para Keynes porque de um lado temos que o consumo aumenta numa taxa decrescente e “se alimenta” cada vez mais dos bens produzidos anteriormente (desinvestidos) e do outro, todo o investimento em capital “está destinado a resultar, mais cedo ou mais tarde em desinvestimentos de capital”³⁸, ou seja destinados a produção de uma boa parcela de bens de consumo. Ademais, conforme os investimentos vão se expandindo, aumenta o estoque de capital existente, interferindo negativamente nas expectativas de ganhos futuros, determinando a queda na eficiência marginal do capital³⁹.

(III) Caráter cíclico da dinâmica do capitalismo: para o autor, o elemento fundamental para a explicação do ciclo econômico está na flutuação da eficiência marginal do capital – taxa de retorno esperado dos investimentos de capital. Existiria, assim, uma certa regularidade na sequência e duração dos movimento ascendentes e descendentes, em que a substituição da fase ascendente para a descendente geralmente ocorreria de modo repentino e violento. Em última instância, as crises seriam explicadas pelo colapso na eficiência marginal do capital, cuja gravidade negaria a possibilidade de que uma queda expressiva da taxa de juros revertesse tal processo, ou seja, o remédio puramente monetário não poderia ser capaz, por si só, de reverter a crise. Portanto, poderia existir um lapso

³⁸ Keynes, J. M., 1985, p. 80.

³⁹ “Destarte, o problema de conseguir que os novos investimentos de capital excedam sempre o desinvestimento de capital, na medida necessária para preencher a lacuna que separa a renda líquida do consumo, apresenta dificuldade crescente à medida em que o capital aumenta. Os novos investimentos de capital só podem realizar-se em excesso ao desinvestimento atual quando se espera a um aumento dos gastos futuros em consumo. Cada vez que garantimos o equilíbrio de hoje aumentando o investimento, estamos agravando a dificuldade de assegurar o equilíbrio de amanhã. Uma diminuição na propensão a consumir de hoje só pode conformar-se com o interesse público se esperarmos que haja algum dia maior propensão a consumir. Isso nos faz recordar a ‘Fábula das Abelhas’: as satisfação de amanhã são absolutamente indispensáveis para justificar as provações de hoje. (Keynes, L. M., 1936[1985], p. 81).

considerável de tempo – daí o caráter cíclico – até o reestabelecimento do grau de confiança necessário para uma nova expansão dos investimentos.

Por isso, no início da crise, “existe provavelmente uma boa parte do capital que apresenta uma eficiência marginal ínfima ou mesmo negativa, mas o intervalo de tempo que deverá decorrer antes que a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência se tornem bastante óbvias para aumentar a eficiência marginal pode ser uma função relativamente estável da duração média do capital numa época dada” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 220). Portanto, a duração do ciclo pode estar relacionada tanto à vida útil do estoque de capital existente, quanto ao seu custo de manutenção, sendo que, se a ascensão do ciclo é caracterizada pelas baixas taxas de juros, elevada eficiência marginal do capital e expansão dos empregos, o auge do ciclo e sua inflexão são caracterizados por elevadas taxas de juros, baixa eficiência marginal do capital e retração no nível de emprego e renda. O auge do ciclo carrega em si os germes do seu contrário, e vice-versa.

Além do mais, Keynes não relaciona o ciclo econômico com os sobreinvestimentos. Para o autor, um sobreinvestimento pressupunha abundância de capital em que as novas aplicações em capital fixo, mesmo em condições de pleno emprego, teriam retornos totais abaixo dos custos de reposição deste capital. Apesar de existirem sobreinvestimentos em alguns setores, os quais Keynes chama de investimentos mal orientados, destinados a malograr – influenciando negativamente o estado de confiança dos possuidores de riqueza – o ciclo econômico seria fruto de variações nas expectativas futuras.

(VI) Hipertrofia do sistema financeiro: a hipótese da “hipertrofia do sistema financeiro e suas implicações” está desenvolvida de forma muito dispersa na *TG*, sendo melhor abordada no “*Treatise on Money*” (*TM*). Como mencionado anteriormente, Keynes teve uma profunda experiência sobre questões monetárias e financeiras, trabalhando no tesouro britânico, no departamento indiano, e atuando enquanto investidor financeiro na bolsa de valores. Uma das originalidades de seu pensamento foi acoplar à sua teoria do emprego e da renda, a análise dos bancos, do mercado de capitais e das bolsas de valores, mostrando como estas últimas influenciam os primeiros. Assim, acreditamos ser fundamental aprofundarmos em sua teoria econômica no que tange a importância do

sistema financeiro. Quanto a isto faremos uma digressão sobre a importância dos bancos, das bolsas de valores, e do comportamento dos agentes neste mercado.

A importância dos bancos é desenvolvida de forma sistemática no *TM*, onde, nos primeiros capítulos, o autor descreve o processo de constituição e supremacia do dinheiro bancário, analisa a capacidade dos bancos em criar dinheiro via depósitos, e aponta o processo de centralização do dinheiro de toda a economia por meio de depósitos nestas instituições. Neste livro Keynes tenta construir uma teoria monetária no qual o dinheiro que circula na economia passa necessariamente pelos bancos, influenciando os termos segundo o qual o dinheiro circula na economia, ou seja, as taxas de juros. Nos capítulos finais do *TM*, Keynes aponta a função dual dos bancos: i) ofertar dinheiro (bancário), por meio de compensações, e transferência de pagamentos correntes entre os diferentes clientes, através de seus livros contábeis – ou seja, lado passivo; ii) receber depósitos do público, empregando-os na compra de *securities*, ou fazendo empréstimos à indústria ou ao comércio em função da demanda por capital – lado ativo. Keynes aponta que não haveria nenhuma conexão íntima entre a oferta de dinheiro (lado passivo) e o tipo particular de empréstimo (lado ativo), visto a possibilidade dos bancos em expandir suas emissões por meio do dinheiro representativo. Isto significa que a ação dos bancos não estaria governada pela necessidade nem de manter o padrão de valor do dinheiro, nem de estimular em si mesmo o investimento, mas antes de buscar o maior lucro possível. Assim, os bancos poderiam, em função de suas estratégias, recusar a emprestar certa quantidade de dinheiro a uma certa taxa de juros, haja vista seu o monopólio sobre a capacidade de criar crédito, limitadas apenas, em última instância, pelas reservas cambiais (Keynes, J. M., 1930a[1971], livro II, p. 191-196).

Portanto os bancos se tornarão, nesta análise, o intermediário imprescindível da interação entre os diferentes tipos de demanda monetária (*finance*, transação, precaução e especulação), relacionados a diferentes formas de depósito (de renda, de negócios e de poupança), com os diferentes tipos de aplicação-circulação monetária (industrial e financeira).

A relevância da bolsa de valores em Keynes se explicita por meio desta diferenciação entre estes dois tipos distintos e bem definidos de circulação monetária⁴⁰: a

⁴⁰ Ver Keynes, J. M., 1930a[1996], p. 215.

circulação industrial e a circulação financeira. A circulação industrial comportaria todos aqueles negócios que se ocupam em manter o processo de produção, distribuição e intercâmbio de bens assim como o pagamento de suas rendas aos fatores de produção desde as fases iniciais até a fase final do consumo. Já na circulação financeira estariam inseridos os negócios que se ocupavam da manutenção e negociação de toda a classe de títulos e direitos sobre a riqueza existente, incluindo as transações que tem lugar na bolsa de valores e nos mercados monetários, toda a especulação, assim como todo o processo de canalização das poupanças correntes e dos lucros à mão dos empresários. O diferencial entre os dois tipos de circulação é que enquanto o circuito industrial – circulação dos fluxos, ou seja, de riqueza nova – está relacionado ao nível de produção e renda corrente, o circuito financeiro – circulação de riqueza velha, os estoques – não teria relação direta com o nível de produção corrente. Pelo contrário, o volume da circulação financeira é variável e depende do processo de avaliação dos detentores da riqueza frente aos valores negociados (Keynes, J. M., 1936[1996], livro I, 215-216).

É na circulação financeira que se encontram os mercados de valores, as bolsas e os mercados futuros. É neste espaço que se determina o preço das ações e títulos, e, portanto, da taxa de juro de longo prazo, referência para o investimento produtivo. É neste espaço que residem os especuladores, os rentistas, arbitradores e os “*inversionistas*”. A circulação financeira seria hipertrofiada e subordinaria a circulação industrial. O volume de negociação na circulação financeira seria muito maior e mais volátil que o da circulação industrial. Ou seja, seria na definição do preço dos títulos e das taxas de juros que se estabelece o nível de emprego e renda⁴¹.

Assim, a transformação do capitalismo do século XIX para o século XX teria como característica principal a mutação das formas de aplicação e negociação da riqueza, em que as bolsas se tornariam o espaço para a avaliação e organização do investimento, e negociação das taxas de remuneração das aplicações. Os antigos investimentos foram substituídos por formas de aplicação mais líquidas, com a separação da propriedade e gestão, e o desenvolvimento dos mercados acionários e de títulos altamente profundos e

⁴¹ “(...) it forgets the financial circulation in its concern for the industrial circulation, and overlooks the statistical fact that the former may be quite as large as latter and much more capable of sharp variation” (Keynes, J. M., 1930a[1970], livro II, p. 332).

desenvolvidos (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 111-112)⁴². Também é neste mercado que as taxas de juros (principalmente a de longo prazo voltada à ampliação da capacidade produtiva), fundamental para o horizonte de cálculo capitalista (visto que estabelece um teto ao investimento via impacto na eficiência marginal do capital e via custos financeiros), seriam estabelecidas, via compra e venda de títulos⁴³.

E isto significa que, em outras palavras, seria o valor do estoque de riqueza velha – de todo ativo sobre a forma de ações e títulos, que gera um valor excedente ao seu custo de produção –, negociado em mercados organizado, o determinante do fluxo da nova riqueza, ou seja, produção e emprego.

Mas se, por um lado, as bolsas facilitariam os investimentos, por outro, elas poderiam aumentar a instabilidade do sistema, em função da forma como a riqueza era avaliada pelos agentes participantes destes mercados.

Nestes mercados, existiriam dois tipos principais de agentes: i) as pessoas que possuíam ações mas não teriam conhecimento das circunstâncias reais ou esperadas dos negócios; e ii) a emergência dos investidores profissionais, especuladores e rentistas, preocupados não com o investimento de longo prazo, mas como as variações de curto

⁴² Nestes marcos as aplicações seriam categorias líquidas com reavaliações diárias, sendo reguladas pelas “expectativas médias dos que negociam na bolsa de valores, tal como se manifesta no preço das ações” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 111-112). Desta forma, a bolsa de valores, ao mesmo tempo que facilitaria os investimentos, poderia contribuir efetivamente para o aumento da instabilidade do sistema. Nas palavras de Keynes “as reavaliações diárias das bolsas de valores, embora se destinem, principalmente, a facilitar a transferência de investimentos já realizados entre indivíduos, exercem, inevitavelmente, uma influência decisiva sobre o montante do investimento corrente. Isso porque não há nenhum sentido em se criar uma empresa nova a um custo maior quando se pode adquirir uma empresa similar existente por um preço menor, ao passo que há uma indução para se aplicarem recursos em um novo projeto que possa parecer exigir uma soma exorbitante, desde que esse empreendimento possa ser liquidado com um lucro imediato” (Keynes, 1936[1985], p. 111).

⁴³ Em sua interpretação, a taxa de juros era um fenômeno eminentemente monetário, sendo uma recompensa por abrir mão da liquidez, ou seja, recompensa frente à segurança que a posse do dinheiro traz em função dos seus atributos. Assim, a taxa de juros mede o grau de confiança dos agentes frente ao futuro próximo. Em suas palavras, ela não seria o ‘preço’ “que equilibra a demanda por recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o preço mediante o qual o desejo de manter riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível” (Keynes, 1936[1985], p.122). Isto implica que a taxa de juros é formada pela relação entre oferta de moeda e a demanda por moeda, cujos motivos foram apontados acima: transação, precaução e especulação. No TM, Keynes diferencia as taxas de juros que prevalecem no mercado. O autor diferencia dois tipos de taxas de juros: a taxa de juros bancária, ou seja, um complexo de taxas de juros que prevalece no mercado de empréstimos de curto prazo; e a taxa de juros dos títulos, ou seja, um complexo de taxa de juros efetivos que se formam nos mercados de empréstimos de mais longo prazo. Assim, a taxa de juros vigente de mercado seria composta pelo complexo das taxas de juros bancárias e das taxas de juros dos títulos. Ademais, existiria uma relação direta entre as taxas de juros bancárias e as taxas de juros dos títulos. Esta relação seria dada pelo fato de que se os rendimentos dos títulos de longo prazo fossem maiores do que os de curto, haveria um estímulo em pegar emprestado no curto prazo para aplicar no longo, levando a uma queda da taxa de juros de longo prazo. O inverso também seria verdadeiro. Assim, haveria uma curva ascendente que relacionava risco e retorno dos títulos e empréstimos de diferentes prazos maturação (Keynes, J. M., 1930a[1972], livro II, p. 319). O significado disto é que as taxas de juros dos títulos de longo prazo, aqueles que influenciam os investimentos, são susceptíveis a alterações em função de alterações na preferência pela liquidez do público e nas condições de empréstimo que regem o mercado monetário.

prazo dos ativos financeiros, na tentativa de influenciar a psicologia das massas⁴⁴, na busca acelera pelo maior lucro no menor tempo possível. Como consequência deste processo, o horizonte de cálculo capitalista se torna bem curto, baseado em fatores transitórios, criando ademais, um comportamento de manada baseado em posições infundadas. Ou seja, a organização deste mercado, fundada numa psicologia socialmente irracional, levava à intensificação da instabilidade do sistema econômico em função da maior volatilidade das principais variáveis determinantes do investimento: eficiência marginal do capital e taxa de juro. Em outras palavras a preferência pela liquidez e a incerteza imanente se aprofundam em função da existência de especuladores, rentista, “*inversionistas*”, altistas e baixistas⁴⁵, que na busca especulativa de ganho, irão influenciar toda uma gama de investimentos.

Portanto, o caráter “hipertrofiado” do sistema financeiro, ou seja, a importância dos bancos e das bolsas no processo de alocação da riqueza capitalista, com predominância dos especuladores e rentistas, aumentaria a instabilidade dos investimentos, logo, do emprego e da renda, visto o comportamento líquido e de curto prazo destes mercados, acarretando, em última instância, uma oposição entre ganho financeiro – especulativo – e o ganho produtivo – do empreendimento – em que o primeiro passa a subordinar completamente este último.

São estas características econômicas – tendência de curto prazo – que explicariam, para Keynes, a existência de pobreza e desemprego em meio ao acúmulo

⁴⁴ Ver Keynes, J. M., 1936[1985], p. 113 e 114.

⁴⁵ A preferência pela liquidez está, deste modo, estritamente relacionada à existência dos especuladores, à demanda especulativa pela moeda. A posse do dinheiro segundo este motivo dependerá das expectativas sobre as taxas de juros que prevalecerá no futuro. Partindo do fato de que a taxa de juros varia inversamente ao valor dos títulos – já que a taxa de juros é determinada em função da razão entre o valor de face do título, ou seja, o preço de resgate do mesmo, e o seu valor presente – Keynes argumenta que, se os agentes esperam que a taxa de juros dos títulos irá cair, então haverá uma corrida pela posse dos títulos, aumentando o seu preço, e, portanto, caindo as taxas de juros. Estes seriam os altistas. Se os agentes esperam que a taxa de juros irá subir, haverá uma queda na demanda por títulos e um aumento na demanda por moeda, diminuindo a circulação financeira, fazendo cair o preço dos mesmos e aumentando, de fato, a taxa de juros. Estes seriam os baixistas. O “equilíbrio” deste mercado ocorreria quando houvesse posições divergentes na mesma intensidade, ou seja, os altistas – também conhecidos como touros – compensassem completamente os baixistas – também conhecidos como ursos. No entanto, o equilíbrio entre estas duas tendências não significa que a taxa de juros irá situar-se numa posição compatível como o pleno emprego. Ademais, em certas ocasiões, pode prevalecer a tendência altista ou a tendência baixista (Keynes, J. M., [1936]1985, p. 124-125 e Keynes, 1936[1996], livro I, p. 221-224). Se prevalecesse, por exemplo, consensualmente, a tendência altista, haveria simultaneamente um aumento dos preços dos títulos e ações – via aumento da eficiência marginal do capital –, queda nas taxas de juros, diminuição de demanda especulativa por moeda, logo, uma diminuição dos depósitos de poupança, aumento nos depósitos de negócio, ou seja, aumento na circulação industrial, aumentando a atratividade sobre nova inversão. Do contrário, caso prevalecesse consensualmente a posição baixista, ocorreria queda do preço dos títulos e ações – via queda da eficiência marginal do capital –, aumento da demanda especulativa por moeda, aumento dos depósitos de poupança, diminuindo os depósitos de negócios, levando a quedada circulação industrial e diminuindo a atratividade dos novos investimentos.

histórico de bens de capital nos últimos séculos⁴⁶. Assim, a existência de pobreza e trabalhadores desempregados de um lado, e capital ocioso, do outro – apesar da escassez relativa do mesmo – não deveria ser solucionado através da queima de capital – tornando-o ainda mais escasso. Pelo contrário, seria necessário ampliá-lo em demasia, tornando-o abundante. E esta seria a tendência principal do capitalismo no longo prazo⁴⁷.

Keynes via nos aspectos positivos do capitalismo a possibilidade de solucionar de vez o problema econômico. Se para Keynes o capitalismo se apresentava, por um lado, praticamente incapaz, de alcançar e manter, por si só, o pleno emprego, por outro, ele não via nenhum sistema com uma capacidade de gerar riquezas e de ser economicamente eficiente como o capitalismo. Ele acreditava nos elementos progressistas do capitalismo. Este fato fica visível num dos seus principais ensaios sobre o tema: “*As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*”, de 1930. Nele Keynes relata sua visão histórica, afirmando que até o século XVIII, não teria ocorrido nenhuma mudança substancial no padrão de vida do cidadão médio em função da ausência de melhoramento técnico e da deficiência de acumulação de capital. No entanto, a partir do mesmo século, em função das invenções técnicas e científicas, o padrão de acumulação teria avançado expressivamente, levando ao aumento do padrão de vida médio da população europeia e norte-americana. As estatísticas do autor apontavam para o fato de que, em mais cem anos, com uma taxa de acumulação de capital de 2%, a economia mundial poderia crescer sete vezes e meio, o que representaria uma profunda expansão em termos materiais tal como construção de casas, meios de produção e meios de transporte. Neste sentido, o capitalismo, apesar de seus problemas, poderia resolver o problema econômico.

Portanto, a utopia keynesiana – explicitada também em outros textos como a *TG*, “*Poverty in Plenty: is the Economic System Self-Adjusting ?*” (1932), e “*The Dilemma of Modern Socialism*” (1932) – seria a de que, na ausência de guerras e grandes aumentos populacionais, o problema econômico, a luta pela sobrevivência – problema fundamental da espécie humana e de todos os seres biológicos – estaria superado na faixa de

⁴⁶ “O fato de ser o mundo tão pobre como é em termos de bens de capital acumulados, apesar da ininterrupta poupança individual durante vários milênios, não deve ser explicado, na minha opinião, pela tendência da humanidade para a imprevidência, nem mesmo pelas destruições das guerras, mas, antes, pelos prêmios de liquidez que outrora tinha a propriedade da terra e que agora tem a moeda” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 168).

⁴⁷ Ver Keynes, J. M., (1933[1972], 485-86) e Keynes, J. M (1985, p. 255)

aproximadamente cem anos, deixando de ser um problema permanente da raça humana⁴⁸. A tarefa, portanto, seria estimular o crescimento econômico através da elevada acumulação de capital. O objetivo seria o de tornar o capital tão abundante que de um lado, geraria uma riqueza material altamente expressiva e, de outro lado, os privilégios da propriedade deste capital desapareceriam. Chegaríamos, enfim, a uma nova era, a era da abundância⁴⁹.

Seguindo os ensinamentos de Edward Moore, Keynes acreditava que, “quando a acumulação de riqueza não tiver mais uma grande importância social, haverá grandes alterações no código de moralidade” (Keynes, J. M., 1930c[1984], p. 157). Os princípios pseudomoraes seriam desfeitos, o amor ao dinheiro – aspecto que veremos mais adiante – deixaria de ser o fim, e passaria a ser o meio para o gozo e para a realização, e a sociedade se livraria por fim dos costumes sociais e práticas econômicas necessárias à acumulação de capital⁵⁰. A sociedade, portanto, deveria se concentrar naquilo que fosse ‘economicamente eficiente⁵¹’.

“Economic welfare and social well-being will be increased in the long run by a policy which tends to make capital goods so abundant, that the reward which can be gained from owning them falls to so modest a figure as to be no longer a serious burden on anyone” (Keynes, J. M., 1934[1972], p. 491).

“Pois, pelo menos mais cem anos, precisamos fingir, para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo não. Ainda por algum tempo, nossos deuses continuarão sendo a avareza, a usura e a precaução. Pois somente eles poderão conduzir-nos dentro do túnel da necessidade econômica para a luz” (Keynes, J. M., 1930c[1984], p. 159).

“(…) for the next twenty-year in my belief, economists, at present the most incompetent, will be nevertheless the most important, group of scientists in the world. And it is to be hoped – if they are successful- that after that they will never be important again” (Keynes, J. M., 1932[1971], p. 37).

⁴⁸ “A minha conclusão é que, se não houver grandes guerras e um grande aumento da população, o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos, ter uma solução à vista nos próximos cem anos. Isto significa que o problema econômico não constitui – se olharmos para o futuro – o problema permanente da raça humana” (Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 155).

⁴⁹ “Valorizaremos novamente os fins acima dos meios, e preferiremos o bem ao útil. Honraremos o que puder nos ensinar a passar virtuosamente e bem a hora e o dia, as pessoas agradáveis, capazes de ter um prazer direto nas coisas, os lírios do campo, que não mourejam nem fiam” (Keynes, J. M., 1930c[1984], p. 158).

⁵⁰ O fim, portanto, seria a superação das necessidades absolutas – necessidades tais como as sentimos, qualquer que seja a situação dos nossos semelhantes – embora reconhecesse que as necessidades relativas – necessidades que sentimos quando sua satisfação se torna superior aos nossos semelhantes – poderiam ser insaciáveis.

⁵¹ A frase original, em inglês, é “*economically sound*”, tirado do texto de Keynes, “*The Dilemma of Modern Socialism*”, de 1932.

Desta forma, apesar da instabilidade crônica do capitalismo, o seu processo de acumulação permanente seria o elemento necessário para acabar com a escassez do ativo de capital, e assim, com o ganho excedente. A eficiência marginal do capital chegaria a zero, e alcançaríamos uma sociedade da fartura, em que os problemas materiais seriam superados, eliminando a maioria das características repreensivas do capitalismo. Nesta nova sociedade, qualquer pessoa poderia ainda acumular o rendimento do seu trabalho, com a intenção de gastar posteriormente. Mas tal acumulação não cresceria (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 155). Ainda assim, haveria rendimentos positivos para investimentos sensatos em determinados valores patrimoniais. Ademais, o reino da abundância, ou seja, época do excesso absoluto de acumulação de capital, é visto como condição necessária para superar o rentismo e o elemento especulador do capitalismo, visto que, nesta sociedade, o rendimento pela posse do capital seria muito baixo (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 255)⁵². Não há, assim, uma negação da importância das sociedades por ações e das bolsas, visto que apontavam uma tendência da grande empresa a socializar-se. Com a separação entre a propriedade e a gestão, o interesse direto do proprietário em produzir grande lucro se tornaria secundário. Assim, em certo estágio, a estabilidade e a reputação da grande empresa e das instituições seriam mais importantes do que a maximização dos lucros por parte dos acionistas (Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 122). A meta, portanto, seria concentrar as atividades humanas naquilo que fosse economicamente mais saudável e eficiente.

“Our prime task, therefore, is to discover, and then to do, what is economically sound. This temporary concentration on the practical is the best contribution which we of today can make towards the attainment of the ideal” (Keynes, J.M., 1932[1971], p. 38).

2.4. O Estado em Keynes

Nesta seção identificaremos a interpretação de Keynes sobre o Estado a partir dos problemas apontados pelo autor no que tange ao sistema econômico. Em síntese,

⁵² “Consequentemente, eu considero o aspecto do *rentier* do capitalismo como sendo uma fase transitória, que desaparecerá logo que tenha desempenhado sua função. E com o desaparecimento deste aspecto, muitas outras transformações deverão ocorrer. Além disso, uma grande vantagem na ordem dos acontecimentos que preconizo consiste em que a eutanásia do *rentier*, do investidor sem função, nada terá de repentino, mas será meramente uma continuação gradual e prolongada (...), sem carecer de qualquer revolução” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 255).

podemos corroborar a hipótese de que, para Keynes, o Estado é visto como uma instituição acima e a frente das classes sociais, passível de tornar-se um meio, um condutor em direção aos fins definidos previamente por critérios técnicos/rationais com vista ao bem estar comum. Neste sentido suas formulações sobre o Estado repousam muito mais em propostas políticas que corrigissem os desajustes do capitalismo, influenciando nas tendências progressistas do sistema, do que numa teoria do Estado *strictu sensu*.

Conforme demonstrado acima, Keynes tinha, por um lado, uma profunda crítica ao *modus operandi* do capitalismo; e por outro, acreditava que o mesmo era o mais eficiente para a superação do problema econômico.

Keynes não colocava em xeque a possibilidade hipotética da economia atingir o equilíbrio em pleno emprego, porém achava improvável que o sistema se ajustasse automaticamente e permanecesse nesta posição sem a necessidade de influências externas, dados os problemas descritos acima. Ao longo dos anos de 1920 a posição de Keynes alterou-se quanto às possíveis soluções para o desemprego. Partindo de uma reforma monetária nacional Keynes vai se aproximando das políticas mais diretas de intervenção pública. Nos anos de 1930, aumentam as dúvidas por parte de Keynes do poder auto-restaurador do capitalismo. Obviamente a Grande Depressão teve um impacto relevante neste pensamento, tornando-o mais pessimista quanto ao *Laissez-Faire* e à própria sobrevivência do capitalismo.

Em meados dos anos de 1920, Keynes acreditava numa forma de organização econômica que ficasse em algum ponto entre o indivíduo e o Estado Moderno. No plano mais genérico e abstrato, a solução estaria no desenvolvimento de entidades semi-autônomas dentro do Estado, cujos critérios de ação seriam o bem público e de cujas deliberações estariam excluídas os motivos das vantagens particulares. Estas entidades, na prática, seriam basicamente autônomas, mas dentre certas limitações prescritas, podendo ser sujeita às deliberações e à soberania do Estado Parlamentar⁵³. Aliás, Keynes achava que este processo já estava ocorrendo em função dos progressos econômicos que estimulavam o crescimento da grande empresa, e cujo tamanho poderia ser comparado às corporações públicas.

⁵³ Ver Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 121 e 122.

Se o que foi descrito acima relata um panorama mais geral, abstrato e de longo prazo dos elementos que poderiam resolver os problemas “estruturais” do capitalismo, no curto prazo o desemprego e o volátil nível de atividade econômica ainda não estão solucionados. Desta forma, o objetivo a ser atingido era alcançar o pleno emprego e, portanto, uma elevada acumulação de capital, com uma distribuição de renda mais equitativa.

Um dos problemas da instabilidade do capitalismo estaria, para Keynes, na elevada e crescente propensão a poupar da comunidade. Esta característica exigiria um nível de investimento cada vez maior, o que poderia afetar negativamente as expectativas de longo prazo dos agentes, já que, em algum momento, estes investimentos de elevada escala teriam que se descapitalizar⁵⁴. A solução proposta por Keynes era estimular a propensão a consumir da comunidade. Como a divisão entre o consumo e a poupança dependia de fatores objetivos e subjetivos não passíveis de serem mudados no curto prazo, o autor propõe a redistribuição de renda para solucionar este problema, através de impostos progressivos e investimentos públicos em serviços sociais⁵⁵ (Dillard, D.,1996, 297). Sendo assim, uma tributação direta sobre a renda e sobre a herança teria forte efeito distributivo. Por sua vez, o governo deveria se concentrar nos serviços que fossem *tecnicamente sociais*, abrindo mão daqueles que fossem *tecnicamente individuais*⁵⁶ (J. M., 1926b[1984], p. 123).

O autor tinha preferência aos serviços sociais ao invés de salários monetários elevados como meio de elevar o nível de vida da classe assalariada. Ele acreditava, em meados da década de 1930, que aumentos salariais expandiriam os custos empresariais a um nível antieconômico do ponto de vista internacional, estimulando a saída de capitais. Como será demonstrado mais adiante a distribuição de renda teria fundamentos muito mais econômicos do que morais e ideológicos.

Do ponto de vista estritamente econômico, ele propunha controle deliberado sobre a moeda e sobre o crédito. Conforme argumentado anteriormente, a visão de capitalismo de J. M. Keynes é a de uma economia monetária da produção, onde o

⁵⁴ Tornar-se bens de consumo (Keynes, J. M., 1985, p. 75)

⁵⁵ Em suas palavras, “as medidas destinadas a redistribuir a renda no sentido de aumentar a propensão a consumir podem ser muito favoráveis ao crescimento econômico” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 253).

⁵⁶ O Estado, portanto, deveria focar-se em atividades e funções que estivessem fora do âmbito individual, e que nenhum outro agente pudesse fazer (Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 123).

dinheiro⁵⁷ afeta “motivos e decisões”⁵⁸. Como a taxa de juros é um fenômeno monetário e não real, o controle da oferta de moeda seria um dos fatores essenciais para administrar a taxa de juros e deixá-la num patamar relativamente baixo. O crédito deveria ser barato e abundante, característica esta que deveria ser alcançada por meio da combinação de ações do Banco Central e dos governos, cujo objetivo seria estabelecer um estado de confiança favorável, estimulando baixos juros de longo prazo e elevada oferta de crédito. Os juros extremamente baixos estimulariam a expansão dos investimentos em elevada escala, levando ao estado de abundância de capital.

Deste modo, Keynes acreditava que seria possível influenciar o preço dos títulos e dos empréstimos de capital via política monetária ativa. Nesta perspectiva, o autor via a possibilidade de influenciar a curva de juros da economia através de políticas de *open market* (dada a presença de altistas, baixistas e especuladores de modo geral), encaixes bancários (atuando assim via acordos e convenções juntamente aos bancos comerciais), ou mesmo através da compra e venda de títulos de longo prazo (Keynes, J. M. 1930a[1971], p. 325-328).

Não obstante, o autor percebia a possibilidade de convergência de opiniões dos agentes que atuavam no mercado financeiro num determinado sentido (baixista ou altista) o que poderia comprometer a possibilidade das autoridades monetárias em influenciar a formação da taxa de juros (Keynes, J. M., 1936[1985], p.124-125). Ou seja, como as taxas de juros e o investimento são, para o autor, de origens fundamentalmente psicológicas (formadas por expectativas num contexto de profunda incerteza frente aos acontecimentos futuros), tanto as taxas de juros poderiam teimar em cair (ou subir), quanto, os investimentos poderiam teimar em não se expandir (mesmo com baixas taxas de juros).

E são por esses motivos que – dada a possibilidade de ineficiência da política monetária – Keynes passa a propor, no decorrer da década de 1930, um processo de “socialização dos investimentos”. Antes de tudo, tratava-se de uma proposta para assegurar o aumento da parcela dos recursos sociais destinados à expansão constante, permanente e continuada do gasto autônomo, via estímulo direto e indireto do setor público, como forma

⁵⁷ Este aspecto pode ser teoricamente analisado através do atributo de liquidez da moeda – ativo mais líquido da economia – e da preferência pela liquidez – cujo prêmio pela liquidez é uma *proxy* da taxa de juro. Como em sua teoria os investimentos dependem da taxa de retorno esperado do ativo de capital trazido a valores presentes, a taxa de juros seria um teto para a expansão da produção dos bens de capital.

⁵⁸ Ver Keynes, J. M., 1933a[1972].

de manter um patamar mínimo de investimentos, assegurando emprego e renda⁵⁹. Portanto, sua proposta consistia, por um lado, em aumentar os gastos e investimentos públicos, onde o Estado passaria a assumir parcela relevante do orçamento de capital, seja com o objetivo de satisfazer as necessidades ‘*tecnicamente sociais*’, seja para atuar de forma anti-cíclica, e por outro, em coordenar, planejar e dar suporte aos investimentos privados.

Por sua vez, estes investimentos públicos não tinham como objetivo substituir ou concorrer com o investimento privado, mas, antes, complementar e auxiliar estes últimos, vistos, segundo Amadeo, E.(1986), como condição fundamental para o bom funcionamento da iniciativa privada (p. 09). Deste modo, a forma de intervenção pública deveria ser tal que não eliminaria as vantagens tradicionais do individualismo tal como a eficiência, as decisões descentralizadas e os jogos de interesses, mas antes ampliaria o campo para o exercício das escolhas pessoais⁶⁰. Assim Keynes via na ampliação das funções do governo a única forma de evitar a destruição das instituições econômicas do momento e manter o pleno exercício da iniciativa individual (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 257).

Não obstante, uma das formas de coordenação dos investimentos privado estaria na disseminação em larga escala das estatísticas relacionadas a negócios, com ampla e completa publicidade, se necessário até por força da lei, o que exigiria certo controle por parte do governo de algumas informações⁶¹, mas que eliminaria o investimento mal orientado. O objetivo do planejamento dos investimentos seria o de melhorar o horizonte de incertezas que rodeia as decisões de gasto dos empresários que antes estariam à lógica especulativa dos mercados⁶².

Quanto aos ciclos econômicos, Keynes demonstra-se contrário às visões de que o remédio para os mesmos estaria em refreá-los antes do seu auge, através do aumento das taxas de juro. Esta visão seria derrotista, e aceitaria as características imperfeitas do sistema

⁵⁹ Ver Keynes, J. M. , 1936[1985], p. 256.

⁶⁰ Ver Keynes, J. M., 1936[1985], p. 257.

⁶¹ Ver Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 124.

⁶² Já em “Can Lloyd George do It?”, de 1929, Keynes apresenta uma proposta ao Partido Liberal de intervenção pública muito representativa de suas ideias. Neste artigo, o autor demonstra uma forma para solucionar o problema do desemprego na Grã-Bretanha a partir de um programa de obras públicas em setores “tecnicamente sociais”. A essência do programa era o de estimular a atividade econômica por meio de gastos em setores como transportes, moradias – como meio de substituir as favelas –, sistemas elétricos e comunicações. Para o autor, as dívidas provenientes destes gastos retornariam através do crescimento econômico – dado o impacto positivo nas atividades comerciais e industriais – e, portanto, da tributação, e da queda dos benefícios dos fundos de amparo aos trabalhadores, dado que o crescimento da atividade econômica também estimularia o aumento do emprego direto, e via efeito multiplicador do emprego indireto.

econômico. Ao contrário disso, o autor propõe a manutenção dos juros em patamares mínimos, para não influenciar negativamente a eficiência marginal do capital – ou seja, as expectativas de retorno futuras – alongando assim o auge. Propõe também um processo de redistribuição de renda, para acelerar o encolhimento dos estoques, encurtando a fase recessiva.

Portanto, na perspectiva de Keynes, o Estado teria a necessária autonomia para corrigir as mazelas econômicas, sendo o instrumento que poderia guiar esta sociedade em direção a abundância. Esta solução só seria possível caso o Estado fosse guiado por critérios racionais e técnicos, direcionados pelos mais aptos. Tais mudanças dependeriam da necessidade de alterações institucionais no plano internacional, como veremos a seguir.

2. 5. A Ordem Internacional em Keynes.

Nesta seção, teremos por objetivo identificar a forma como Keynes enxergava as relações internacionais e como estas se relacionavam com o ambiente político e econômico dos Estados Nacionais. Para tanto, analisaremos sua interpretação sobre o padrão financeiro e monetário internacional (padrão ouro) e a ordem politico-econômica do período (liberalismo).

De início, podem os sintetizar que a abordagem de Keynes sobre a ordem internacional está pautada por dois temas correlatos: (I) liberalismo econômico representado pelo padrão-ouro; (II) conflito político entre países, visto por Keynes como consequência da tentativa de certos países em eliminar o desemprego via constituição de saldos externos positivos e permanentes, “exportando-o” para países deficitários. Estes dois aspectos são sintetizados na contradição vista pelo autor entre os mecanismos de funcionamento do padrão-ouro e a autonomia de política econômica nacional, presentes em seu pensamento desde “*Indian Currency and Finance*” (ICF).

O padrão-ouro era um sistema monetário internacional em que todos os países pertencentes mantinham um valor cambial fixo com o ouro, e, portanto, com todas as outras moedas internacionais, num contexto de livre mobilidade de capitais. Por sua vez, a manutenção de sua paridade dependia dos ajustes necessários entre oferta e demanda por divisas via balanço de pagamentos, seja mediante preços – alteração nos termos de troca

entre bens internos e externos, compensado por ajustes no balanço comercial – seja mediante juros – alteração na diferença entre o juro interno e o externo, compensado pela entrada/saída líquida de capitais. Assim, a atividade econômica interna ficava condicionada a dinâmica econômica internacional, por meio dos ajustes necessários no balanço de pagamentos, como forma de adequar a quantidade de divisas – ouro – existente ao valor afixado da taxa de câmbio.

Tais ajustes eram vistos por Keynes como recessivos à medida que, para equilibrar a demanda e a oferta por divisas – seja mediante saldo comercial, seja mediante fluxos de capitais –, recorria-se a políticas deflacionárias, corte de gastos, salários e investimentos. Desta forma, a rigidez do padrão ouro, ao forçar uma alteração nas taxas de juros e/ou nos preços, levava, em última instância, à interrupção dos ciclos de negócios interno, impedindo os países de alcançar, por suas próprias forças, o pleno emprego. Portanto, este sistema monetário internacional tirava a autonomia dos países em alcançar a plena alocação dos fatores produtivos, condicionando-se aos eventos econômicos externos.

Obviamente, tal crítica ao padrão-ouro vai evoluindo ao longo das três primeiras décadas do século XX, conforme avança a decadência da hegemonia britânica. Podemos observar nos textos de Keynes ao longo deste período – pelo menos desde *ICF* até a *TG* – a tese da incompatibilidade entre a uniformidade do padrão ouro, os ciclos econômicos internacionais e os ciclos nacionais, o que, por sua vez, escondia a assimetria de cada país no que tange ao tamanho e ao poder⁶³. O significado era o de que a rigidez de ajuste do padrão ouro somada à busca interna do pleno emprego – via, dentre outras coisas, à superávits permanentes no balanço de pagamentos – criava uma assimetria internacional, uma falta de sintonia entre os diversos bancos centrais, comprometendo ainda mais os países em crise, levando-os a prolongados ajustes deflacionários. A postura superavitária de certos países somada a sua política de acúmulo de reservas em ouro, por sua vez, enxugava a liquidez internacional e desestimulava o comércio como um todo⁶⁴.

Adicionalmente, os efeitos deletérios de tal arranjo eram potencializados pela plena mobilidade de capitais, que em sua visão, ia contra a rigidez e o desenvolvimento de outras variáveis internas e outros fatores de produção, como o câmbio, trabalho, os sistemas

⁶³ Ver por exemplo Keynes (1913[1971], p. 112-130) e Keynes (1930a[1971], p. 251-254).

⁶⁴ Para mais detalhes dos aspectos referentes às relações monetárias e financeiras internacionais e seus impactos na economia nacional, ver “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*” (1925b), “*The Great Slump of 1930*” (1930a), “*The End of Gold Standard*” (1931) e “*The Means to Prosperity*” (1933c) de J. M. Keynes.

bancários e os salários, aumentando a assim a assimetria entre os países (Keynes, J. M., 1930a[1971], livro II, p. 298-299)⁶⁵. Esta mobilidade propiciava, por sua vez, o distanciamento das taxas de câmbio e a paridade do poder de compra de cada moeda – dados os fluxos especulativos – implicando a maior lentidão nos ajustes cambiais via preço (Keynes, 1924[1992], p. 121-125).

Portanto, todas as políticas para alcançar o pleno emprego propostas por Keynes poderiam não atingir seus objetivos caso houvesse um arranjo internacional desfavorável⁶⁶. A escassez da moeda internacional, o entesouramento por parte dos países superavitários, os ajustes necessários – normalmente via preços e juros – para equilibrar as contas externas, a plena mobilidade de capital, e a paridade cambial da moeda nacional com a moeda internacional a qualquer custo tinham efeitos deletérios sobre a economia nacional⁶⁷. Logo, a existência do próprio padrão ouro não deixava de ser um atraso histórico frente ao avanço das disputas entre países como forma de preservação da autonomia interna.

“En realidad el patrón oro ya es una reliquia bárbara. Todos nosotros, desde el gobernador del Banco de Inglaterra para abajo, estamos hoy básicamente interesados en la preservación de la estabilidad de los negocios, de los precios y del empleo (...)” (Keynes, 1924 [1992], p. 181).

Assim, com a evolução da crise do padrão ouro, somado à própria crise de 1929 que percorre toda a década de 1930, Keynes vai convergindo com a ideia de que o crescimento econômico e o pleno emprego deveriam passar por um arranjo institucional internacional. Também no *TM* o autor passa a focar ainda mais na ampliação da esfera de decisão da política interna, por meio de um arranjo internacional que assegurasse a

⁶⁵ “Can we afford to allow a disproportionate degree of mobility to a single element in an economic system which we leave extremely rigid in several other aspects? If there was the same mobility internationally in all other respects as there is nationally, it might be a different matter. But to introduce a mobile element, highly sensitive to outside influences, as a connected part of a machine of which the others parts are much more rigid, many invite breakages” (Keynes, J. M., 1930a[1971], livro II, p. 299).

⁶⁶ Para mais detalhes, ver Ferrari Filho, F. (1994).

⁶⁷ Em “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*” (1925), Keynes mostra que manutenção da paridade cambial a qualquer custo, mesmo com um saldo comercial negativo, conforme verificado na Grã-Bretanha nos anos de 1920, exigiria uma taxa de juros elevada como forma de atração de fluxos de capitais internacionais, dado o objetivo de equilibrar o saldo externo, desajustando a atividade econômica interna por meio da queda dos investimentos e, portanto, queda do nível de emprego. Por sua vez, a melhoria do saldo comercial via queda nos preços poderia demorar e levaria a uma redistribuição regressiva da renda – já que os salários nominais dos trabalhadores do setor exportador cairiam mais rápido do que a renda nominal agregada dos outros setores econômicos e a renda da classe rentista se elevaria em função dos juros mais elevados. Ademais, a queda nos preços poderia ser um desestímulo aos investimentos, já que poderia gerar expectativas ruins quanto aos retornos esperados do capital aplicado.

elasticidade interna necessária. Nestes aspectos, a visão de Keynes vai se transformando de um simples ajuste do padrão-ouro para a criação de uma instituição supranacional com poder de emissão de uma moeda internacional. Ele vai convergindo para proposta da “criação de um Banco Central gestor da moeda internacional, capaz de dirimir a instabilidade das economias monetárias – por mais que esta seja inerente à dinâmica econômica –, na medida em que o mercado de crédito internacional, por um lado, propiciava a liquidez necessária internacional e, por outro, cobria as necessidades de ajustamento de curto prazo do balanço de pagamentos” (Ferrari Filho, F., 1994, p. 101).

É de conhecimento amplo a postura e um conjunto de propostas de Keynes na conferência de *Bretton Woods*, justamente num momento de rediscussão do processo de reconstrução dos países ao redor do mundo, dado um ambiente coletivo de críticas ao padrão-ouro e às políticas nacionais arbitrárias. Para resolver os desarranjos da ordem econômica e política internacional o autor propôs uma “*União Internacional de Compensação*”, compostas por bancos centrais nacionais que administraria uma nova moeda *escritural* internacional, o *bancor*. O objetivo desta instituição seria, de um lado manter o nível de liquidez internacional de acordo com a atividade econômica mundial e do outro, impedir o entesouramento da moeda internacional, por meio de um sistema de compensação internacional, na qual o dinheiro – contabilmente estocado nesta instituição supranacional – que um dado país acumulasse na venda de bens pudesse ser gasto na compra de qualquer outro produto de outro país. Nas palavras de Keynes, umas das consequências deste sistema seria uma “libertação dos variados e complexos recursos do bloqueio de divisas, da diversificação ou restrição do comércio, os quais, antes da guerra, foram impostos por muitos países como obstáculo adicional ao intercâmbio e à prosperidade” (Keynes, J. M, 1943[1984], p. 198). Por detrás de tal proposta, estava a convicção de que os países superavitários também eram os responsáveis pela crise macro-cambial dos deficitários, sendo, assim, convocados a diminuir, por meio da expansão externa do gasto, os custos sociais de ajuste de tais países. Logo, Keynes propunha um ajuste de viés “inflacionário”.

O autor também acreditava na importância do controle dos fluxos de capitais como forma de assegurar estabilidade do valor externo da moeda, e, portanto assegurar estabilidade no nível de preços e possibilidade de se praticar ativamente políticas

monetárias⁶⁸. Quanto aos aspectos cambiais, Keynes propusera que as taxas de cambio não deveriam ser tão rígidas como foram no padrão-ouro e suas variações também não deveriam ser unilaterais e arbitrárias como foram no entreguerras. O autor acreditava na possibilidade de uma taxa de câmbio fixa, de acordo com as necessidades de cada país, cuja alteração em sua paridade fosse feita de tempos em tempos por meio de acordos⁶⁹.

O conjunto de propostas apresentadas acima são exemplos e representações que demonstram a importância dada pelo autor de uma institucionalidade internacional que não se contrapunha – mas que antes estimulasse – ao regime central (nacional) de acumulação, condição *sine qua non* para alcançar o pleno emprego dos fatores de produção e o reino da abundância. Logo, a instância supranacional, capaz de controlar a liquidez internacional, impedir o acúmulo de reservas, arbitrar as relações comerciais e financeiras entre as nações, eliminar, em última instância, a da função reserva “universal” de valor da moeda, e estipular taxas de cambio em comum acordo, era pré-condição necessária para que internamente, se pudesse alcançar o fim estipulado via reformas e intervenção do Estado. Adicionalmente, evidencia-se que a necessidade de uma instância supranacional era também uma das formas de se alcançar a paz, a coordenação e a harmonização entre os interesses das diversas nações.

“For to seek the ultimate good via an autonomous national system would mean not only a frontal attack on the forces of conservatism, entrenched with all the advantages of passion, but it would divide the forces of intelligence and good will and separate the interest of nation” (Keynes, J. M., 1930a[1971], livro II, p. 302)

“The desirable objective can only be attained through the exercise of daily wisdom by the monetary authorities of the world” (Keynes, J. M., 1930a[1971], livro II, p. 360).

Neste ponto, vale ressaltar que Keynes não era adepto às teorias do Imperialismo, e por isso não criticava a existência de colônias por parte da Grã-Bretanha. Este aspecto remete-se ao pragmatismo com que Keynes olhava as questões políticas internacionais, no qual, ao defender os interesses internos da Inglaterra, se contrapunha às políticas hegemônicas estadunidenses e, ao mesmo tempo, pouco comentava sobre as condições de suas colônias. Não obstante ele se colocava contrário ao patriotismo e ao

⁶⁸ Para mais detalhes ver Cardim de Carvalho, F. (2004) e Keynes, J. M. (1943).

⁶⁹ Para mais detalhes, ver Keynes, J. M. (1943) e Keynes, J. M. (1944).

militarismo ortodoxo, apesar de ver a Grã-Bretanha com uma potência imperial, sendo esta uma realidade inescapável (Dostaller, G., 2007, p. 128).

O pacifismo em Keynes fica explícito em diversos momentos, como, por exemplo, em “*Consequências Econômicas da Paz*” (1919)⁷⁰, em “*Am I a Liberal?*” (1925), e no capítulo 24 da *TG* (1936). Em todos estes textos o aspecto militar da sociedade, a guerra, é visto, principalmente, como uma irracionalidade humana, patologia social, não negando, no entanto, os motivos econômicos. Assim, se do ponto de vista psicológico, a guerra era consequência da “excitação” deleitável dos ditadores, do ponto de vista econômico, ela era consequência da pressão populacional e da luta acirrada dos mercados com o objetivo de remediar o desemprego crônico, por meio de melhoramentos nas contas externas.

Os grandes culpados deste movimento econômico internacional eram o *laissez-faire* interno e o padrão ouro, que impossibilitavam políticas de pleno emprego em cada país. Assim, se as nações pudessem “aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (...) não deveria mais haver necessidade de forças econômicas destinadas a predispor um país contra seus vizinhos. (...) O comércio interno deixaria de ser o que é, um expediente, despreparado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas” (Keynes, J. M., 1985, p. 258).

⁷⁰ Neste livro Keynes opõe-se frontalmente ao Tratado de Versalhes, mostrando a incapacidade do mesmo em recuperar política e economicamente a Alemanha e os demais países derrotados pela Primeira Guerra Mundial. Assim o autor aponta os condicionantes da guerra, o acordo de paz, os interesses e fraquezas individuais de cada nação. Sinteticamente, Keynes demonstra que a conferência de paz que desaguou no Tratado de Versalhes foi subordinado pelo nacionalismo francês, dado o desinteresse dos Estados Unidos a generalidade dos 14 pontos de Wilson. Como consequência, o resultado foi uma série de resoluções drásticas contra a Alemanha e outros países derrotados. Tal Tratado, por meio das indenizações e reparações de guerra – via endividamento, ocupação e apropriação produtiva, territorial e colonial –, solapou qualquer capacidade de recuperação socioeconômica por parte da Alemanha. O custo e o peso das reparações eram totalmente desproporcionais à capacidade da mesma em se reerguer (Keynes, J. M., 1919[2002], p. 37-54). O autor assim prevê não apenas a incapacidade da Alemanha em pagar a guerra, mas que esta imposição levaria a sérios distúrbios econômicos e políticos, tais como queda de produtividade, déficit comercial, depreciação monetária e inflação, potencializando as convulsões sociais. Assim, após o Tratado, não haveria qualquer dispositivo para reabilitação econômica da Europa, nada que poderia transformar as nações derrotadas em bons vizinhos, nenhum mecanismo para salvar a Rússia, nem formas de promoção de pactos de solidariedade econômica entre os países Aliados, não restaurando as finanças e as relações entre o velho e o novo mundo. Em última instância, a paz era o caminho mais harmônico para a reconstrução da Europa, sendo a principal forma de proteção contra transformações mais radicais (Keynes, J. M., 1919[2002], p. 205).

Os desajustes, as crises nacionais, e os conflitos em escala global eram vistos por Keynes como fruto de um arcabouço institucional que entrava em contradição com as políticas nacionais autônomas na busca do pleno emprego, e favoreciam os países economicamente mais poderosos, levando a sérias tensões entre as nações. Portanto, a paz internacional passa a ser uma exigência e uma possibilidade histórica por meio da criação de uma institucionalidade supranacional que limitasse o conflito de interesses entre os países.

2.6. Implicações Políticas em Keynes.

Nesta seção iremos apresentar as implicações políticas da análise de Keynes, tanto no que tange à sua visão das relações entre as classes e o Estado quanto os elementos necessários para alcançar o pleno emprego. Assim demonstraremos a “forma” política da instabilidade econômica observada por Keynes e os passos que o mesmo acreditava ser necessário para superar ambos.

Podemos afirmar que sua perspectiva assenta-se na crítica moral ao capitalismo do tipo *laissez faire* que representava, do ponto de vista do indivíduo, um apego ao individualismo e ao amor ao dinheiro, e do ponto de vista das classes sociais, a ascensão das classes rentistas (prestamista, especuladoras e *inversionistas*), significando a própria “hipertrofia” das finanças.

Desde a década de 1920, Keynes apresentou uma posição dura frente ao capitalismo “liberal” e “individualista”, como é possível observar em seu clássico texto de 1926, chamado “*O fim do laissez faire*”. Neste artigo, o autor critica a ética do indivíduo que surge a partir do século XVII com a substituição do *direito divino* pela *liberdade natural* e pelo *contrato social*, apontando o papel do economista enquanto harmonizador do indivíduo conservador – assentado no direito à propriedade, à liberdade, e no utilitarismo – com o “socialismo” – assentado no contrato social, no altruísmo e no bem comum –, através da fusão entre o lucro privado e o bem público. O economista, portanto, teria dado pretexto científico às ideologias e às filosofias, que, por sua vez, entrara em conformidade com as necessidades e desejos do empresariado da época. Estes aspectos econômicos e filosóficos seriam fundamentais, segundo o mesmo, para ratificar a livre competição e a

não intervenção do Estado em assuntos econômicos e até mesmo sociais (Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 116)⁷¹.

Para o autor, essas teorias pecavam, de um lado, pelo grau de metafísica e, de outro, pela incapacidade de responder aos problemas do capitalismo. No centro da crítica ao individualismo, está o amor ao dinheiro e à segurança em detrimento da criação e da construção⁷². Em diversas contribuições centrais – tais como “*Clissold*” (1927), “*A Short View of Russia*” (1926) e “*Treatise on Money*” (1930) – o autor ratifica a hipótese do amor ao dinheiro enquanto uma patologia social, visto como elemento psicológico para explicar a existência da pobreza em meio à abundância. A manifestação econômica deste problema seria dada pela crescente propensão a poupar da comunidade, e também pelo atributo e prêmio de liquidez do dinheiro, dado o caráter incerto e monetário da economia capitalista, sendo este o ‘elo entre o presente e o futuro’, ‘acalmado nossas inquietudes’. Por sua vez, o rentismo e a especulação só ratificavam e estimulavam ainda mais tais características. Tanto em “*Clissold*” quanto no *TM*, Keynes relaciona o desejo de posse desta “reliquia bárbara” – o ouro – as ideias psicanalíticas freudianas relacionadas aos processos de sublimação. Seriam, assim, motivos subjetivos escondidos nos interstícios do subconsciente para a existência de certas características, tal como a parcimônia, ordem e obstinação, que desaguaria na busca incessante pela *auri sacra fames* (Keynes, J. M. 1930a[1971], livro II, p. 258)⁷³.

“(...) *the moral problem of our age is concerned with the love of money, with the habitual appeal to the money motive in nine-tenths of the activities of life, with*

⁷¹ “Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma ‘liberdade natural’ prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que, na prática, eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem sempre é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente”. (Keynes, J. M., 1926b[1984], p. 120).

⁷² Ver também Keynes, J. M. (1927a[1972]), “*Clissold*”.

⁷³ “*Of late year the auri sacra fames has sought to envelope itself in a garment of responsibility a densely respectable as was ever met with, even in the realm of sex our religion. Whether this was first put on as necessary armor to win the hard-won fight against the bimetalism and is still worn, as the gold advocates allege, because is the sole prophylactic against the plague of fiat money or whether it is a furtive Freudian cloak, we need not be curious to enquire, But before we proceed with a scientific and would-be unbiased examination of its claims, we had better remind the reader of what he well knows – namely, that gold has become part of apparatus of conservatism and is one of the matters which we cannot expect to see handled without prejudice*” (Keynes, J. M., 1930a[971], livro II, p. 259). “*Dr Freud relates that there are particular reasons deep in our subconsciousness why gold in particular should satisfy strong instincts and serve as a symbol*” (Keynes, J. M. 1930a[1971], livro II, p. 258). Ver também tópico I.1.página 18 deste trabalho.

the universal striving after individual economic security as the prime object of endeavour, with the social approbation of money as measure of constructive success, and with the social appeal to the hoarding instinct as the foundation of necessary provision for the familiar and for the future. The decaying religious around us, which have less and less interest for most people unless it be as an agreeable form of magical ceremonial or of social observance, have lost their moral significance just because – unlike some of their earlier version – they do not touch in the least degree on these essential matter. A revolution in our ways of thinking and feeling about money become the growing purpose of contemporary embodiments of the ideal. (Keynes, J. M., 1926a[1972], p. 269/268).

Por sua vez, estes problemas se manifestavam concretamente na ascensão das classes rentistas, levando às formas de concentração de renda para além dos fatores técnicos. Como abordamos anteriormente, Keynes acreditava que a relação entre lucros e salários – sendo o lucro do empresário uma forma de remuneração de um tipo específico de trabalho agregador de valor – dependia de critérios técnicos e econômicos, dado, em primeira instância pelo nível de demanda efetiva, e, em última instância, pela produtividade marginal do trabalho⁷⁴.

Keynes não contestava o sistema de propriedade privada, alegando, segundo Skidelsky (1999) que a redistribuição da propriedade não teria efeito sobre os mais pobres já que eram muito mais numerosos que os ricos, e não compensaria as vantagens sociais para o Estado da existência de pessoas pertencentes a classes superiores. Pelo contrário, acreditava que qualquer um poderia alcançar o sucesso econômico individual, por meio da habilidade, coragem, trabalho e ações bem sucedidas. Portanto, sua proposta de redistribuição de renda por meio da intervenção pública não tinha motivos ideológicos, mas basicamente econômicos. Não era um “igualitarista”, mas antes achava que existiam razões sociais e psicológicas para a diferença entre rendas auferidas entre diferentes grupos.

Logo, a ascensão das classes rentistas era a explicação principal. O autor percebe que durante todo o século XIX tal classe vai se tornando muito poderosa e respeitável – dado o desenvolvimento dos bancos e do sistema financeiro – sendo formada por pessoas acomodadas individualmente e muito ricas em seu conjunto, que não possuíam

⁷⁴ Por isso Keynes não refuta o segundo postulado clássico, o qual relaciona o salário real com a produtividade do trabalho. “Significa esse postulado que, num certo estado de organização, equipamento e técnica, os salários reais e o volume de produção (e, portanto, do emprego) estão correlacionados numa forma determinada, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais. Não contesto esse fato fundamental que os economistas clássicos muito justamente declararam inatacável (...). Este é, simplesmente, o reverso da proposição familiar segundo a qual a indústria normalmente está sujeita a rendimentos decrescentes no curto prazo.” (Keynes, TG, 1936[1985], p.25).

nem imóveis, nem terra, nem metais preciosos, senão direito a uma renda anual em moeda de curso legal. A este fortalecimento da classe rentista – ou *inversionista* –, o autor aponta a possibilidade, inclusive, de desfalecimento da classe empresarial, o que implicaria em uma crise civilizatória, já que em Keynes tal classe seria fundamental para o desenvolvimento humano, em função dos riscos e dos retornos sociais oriundos de sua atividade (Keynes, J. M., 1924[1992], p. 49).

A compreensão da importância desta classe na análise crítica de Keynes fica mais clara quando entendemos de que forma as classes eram divididas para ele. Vemos que desde “*A Tract on Monetary Reform*” (TRM) até a “*Teoria Geral*” (TG), o autor divide a sociedade em três classes: a inversionista ou rentista (*investing class*), a empresarial (*business class*) e a assalariada (*earning class*). No entanto, o entendimento da diferença entre o inversionista e o empresário só fica visível com a introdução dos mercados de valores mobiliários. Conforme descrito acima, Keynes tinha plena noção sobre o desenvolvimento das bolsas e como isto afetaria a dinâmica econômica. Ela representaria a própria clivagem, separação entre a propriedade e administração da empresa. No entanto, existiam três formas de separação entre propriedade e gestão.

A primeira forma seria aquela em que o proprietário cede a administração, mas mantém a posse das ações ordinárias. A segunda seria aquela em que o proprietário cede temporariamente a administração e recebe uma quantidade fixa do dinheiro, uma espécie de arrendamento. A última forma de separação seria aqueles em que o proprietário cede a propriedade real de forma permanente, sob a troca de uma anuidade perpétua, fixa, estabelecida em termos monetários, ou de uma anuidade temporal e o reembolso do principal em dinheiro ao final de um prazo estipulado. Os ativos possuídos por tal proprietário seriam as hipotecas, os títulos, as obrigações e as ações preferenciais. Enquanto a classe empresarial estaria relacionada à primeira forma de separação entre propriedade e gestão, a classe inversionista – chamada mais tarde por Keynes de rentista – estaria relacionada à última. Assim, enquanto a classe empresarial seria aquela que é proprietária das ações ordinárias e que está relacionada mais diretamente com os negócios reais, compondo-se, em sua maioria, de prestatários; a classe inversionista seria aquela que possui ativos sob a forma de títulos, hipotecas, ações preferenciais, sem nenhum contato com o negócio em si, caracterizando, no fundo, uma classe de prestamista.

A bolsa de valores seria o *locus* em que estas duas classes se interagem, em que classe empresarial recorreria a fundos monetários para seus empreendimentos via classe inversionista (Keynes, J. M., 1924[1992], p. 29). Keynes evidencia que o interesse das duas classes não seria, necessariamente, compatível, e que se oporiam à medida que o processo especulativo da classe inversionista ofuscasse o horizonte de expectativa da classe empresarial, caindo assim a formação de capital. A nosso ver, é a partir desta diferença de classe que Keynes vai estabelecer, na “*Teoria Geral*” (TG), a dicotomia entre o especulador – aquele que tenta prever a psicologia do mercado – e o empreendedor – atividade que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda a sua existência⁷⁵.

Assim, Keynes demonstrou como, numa economia baseada em sociedades anônimas, haveria um processo em que a subordinação da circulação industrial à financeira representava o inchaço e a absorção do “excedente” econômico nas mãos das classes rentistas em detrimento da classe empresarial e trabalhadora – ambas criadoras de valor –, acentuando, também, a instabilidade crônica desta economia.

Apontaremos, a partir desse ponto, os pressupostos políticos vistos como necessários por Keynes para resolver todos os problemas apontados pelo capitalismo. Neste marco, se torna importante compreendermos de que forma se articulam as propostas de política econômica do autor com seus princípios e com as ações necessárias para viabilizá-las.

John Maynard Keynes sempre se posicionou como um liberal. Membro, do Partido Liberal, sua filosofia e sua prática política pairavam regionalmente entre os mais radicais dos conservadores e os mais conservadores entre os radicais. Crítico do “capitalismo individualista”, o autor não obstante, era um claro defensor dos direitos individuais. Sob influência de G. B. Moore e Edmund Burke, o autor acreditava que a reforma social poderia ser uma ponte para a doutrina da unidade orgânica. “O principal propósito deste princípio (...) era limitar o poder de acumular a bondade com referência apenas no estado de consciência isolada. Ao julgar a bondade de um estado de coisas, a referência tinha de ser feita quanto ao tempo bem como aos objetos (...). O reformador do social poderia então alegar que melhorando a qualidade dos objetos a experiência, estaria

⁷⁵ Segundo Keynes, à “medida que progride a organização dos mercados de investimentos, o risco de um predomínio da especulação (...) aumenta” e as especulações, por sua vez, “podem não causar danos quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento, mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolha num turbilhão especulativo” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 116).

aumentando a bondade ética do universo” (Skidelsky, R., 1999, p. 49-50). A teoria política não deveria se basear em princípios de direitos abstratos, mas no utilitarismo ‘modificado’ pelos princípios de igualdade, exigindo dos governos a superação da discriminação entre indivíduos e classes sociais, focando-se, por sua vez, na maximização da felicidade, do fim último. Portanto, o objetivo político não era promover estados de coisas que fossem boas intrínseca e isoladamente, mas facilitar a busca de ‘bens éticos’ pelos membros da comunidade, garantindo condições de tranquilidade física, conforto material, e liberdade intelectual (Skidelsky, R., 1999, p. 55).

Porém, estes objetivos não seriam atingidos senão através da harmonia entre as classes sociais em torno de um objetivo comum, que deveria ser estabelecido a partir de critérios racionais e intelectuais, tal como Platão, e não classistas, corporativos ou influenciados por paixões – emoções – de setores da sociedade pouco entendidos em questões técnicas⁷⁶.

Muito provavelmente por estes motivos, o autor nunca se dispôs a medidas de enfrentamento mais radicais contra grupos ou setores sociais. Antes de tudo, propunha reformar a consciência dos indivíduos, por meio de formas racionais de persuasão. Em suas palavras, “a tarefa de modificar a consciência humana não deve ser confundida com a de administrá-la” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 254). O mal era imputado ao pensamento defeituoso e não aos conflitos de classe inconciliáveis, e, destarte, uma transformação nas ideias e na mentalidade dos indivíduos teria maior poder transformador do que os interesses arraigados na sociedade. A mudança, ou a extinção dos defeitos morais e econômicos da sociedade, não poderia vir por meio de rupturas traumáticas e nem por ações guiadas por motivos “passionais”, mas antes por meio de movimentos graduais e contínuos, guiados pela inteligência e pelo bem estar social.

“I believe that the right solution will involve intellectual and scientific elements which must be above the heads of the vast mass of more or less illiterate voters”
(Keynes, J. M., 1925a, p. 295).

Evidencia-se, assim, sua postura frente à classe financeira (ou rentista). Apesar das pesadas críticas, a proposta da eutanásia do *rentier* não representava o tolhimento das liberdades individuais (políticas e econômicas) desta classe. Era, fundamentalmente, uma

⁷⁶ Ver mais detalhes em “*Am I a Liberal?*” (1925a), de J. M. Keynes.

estratégia de controle dos agregados monetários como forma de estimular a queda dos juros de curto e longo prazo, a principal fonte de rendimento desta classe.

Também era através do argumento do conhecimento, da técnica e da racionalidade que Keynes dialogava com a classe trabalhadora e com o partido que a representava na (Inglaterra), o Partido Trabalhista. Para o autor, os trabalhadores, de modo geral, eram uma “massa de votantes mal-entendidos”, cuja confiança no Partido Trabalhista derivava dos interesses particulares que o programa desta organização apresentava, relacionando-o com as “paixões” desta classe. Um partido não deveria guiar-se por princípios classistas, mas antes por princípios de justiça e bom senso, na busca do bem-estar individual e comum. Nestes marcos, ele abominava a “luta de classes” como meio para a superação dos problemas da sociedade e se vangloriava ao se posicionar como pertencente da “burguesia educada”⁷⁷.

Se para Keynes, o Partido Trabalhista era o “Partido da Catástrofe”, o Partido Conservador era o “Partido da Estupidez”. Este seria conduzido por homens incapazes de distinguir as novas medidas para salvaguardar o capitalismo do “bolchevismo”. Partido reacionário, sem líderes, e intelectualmente defasado, este seria guiado por ideias e questões antigas, baseadas na diferenciação social, no individualismo, no julgamento moral, sendo composto por setores da igreja, da aristocracia e por grandes proprietários e financistas. Estes representariam a decadência política do capitalismo individualista, baseado na defesa permanente e intransigente do *laissez-faire*, como o melhor e mais justo – do ponto de vista dos direitos individuais – mecanismo econômico.

São nesses marcos que Keynes propõe ao Partido Liberal uma posição política que estivesse entre a esquerda do Partido Conservador e a direita do Partido Trabalhista, onde a diferenciação e a luta de classes não teriam mais relevância, abrindo espaço para a discussão de questões relevantes, impossibilitadas até então pelo apego a questões

⁷⁷ “To begin with, it is a class party, and the class is not my class. If I am going to pursue sectional interests at all, I shall pursue my own. (...). When it comes to the class struggle as such, like those of every one else, except certain unpleasant zealous ones, are attacked to my own surroundings. I can be influenced by what seems to me to be justice and good sense; but the class war will find me on side of educated bourgeoisie” (Keynes, J. M., 1925a, p. 297). Keynes também via com péssimos olhos os comunistas, principalmente aqueles fundamentados pelo marxismo. Este último seria uma teoria fraca, de enganos lógicos, incapaz de analisar e de segui-lo até sua conclusão. Sua doutrina, por sua vez era baseada num livro econômico obsoleto, cientificamente errôneo, e sem interesse e aplicação no mundo moderno. Ademais, em sua interpretação, Marx não se diferenciava dos economistas neoclássicos e clássicos tal como Smith e Ricardo, sendo chamado de ortodoxo, filho das teorias de Ricardo e de Say baseadas no auto-ajuste. Por outro lado, o autor se denomina herege, opondo-se, assim aos “ortodoxos” (Keynes, J. M., 1926a[1971], p. 258; e Keynes, J. M., 1934[1972], p. 488).

históricas e morais tratadas pelos conservadores, e por questões catastróficas e carregadas de emoções tratadas pelos trabalhistas. O autor propõe, politicamente, um novo liberalismo onde as atribuições do governo aumentariam como forma de controlar as forças econômicas em prol do interesse e da estabilidade social (Keynes, J. M., 1925a[1972], p. 305).

Todos estes aspectos abordados acima nos condicionam a interpretar a posição política de Keynes como um liberalismo político que abomina o *laissez-faire*, conciliando-se às liberdades individuais. O núcleo da sua crítica reside na denúncia da “hipertrofia” da esfera financeira e no desejo de estabelecer um ambiente no qual pudesse potencializar a circulação industrial e o sistema de empresa privada, condição fundamental para o crescimento da riqueza material e para a abundância do estoque de capital, acabando, assim, com o problema econômico.

3. O “Novo Capitalismo” na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.

“Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. O capital aparece como poder unitário que domina sobremaneira o processo vital da sociedade; como poder que surge diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo o trabalho passado acumulado, e a disponibilidade de trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas associações de capital maiores, aparece como diretamente oposta à grande massa de despojados. Dessa forma, a questão das relações de propriedade ganha sua mais clara, inequívoca, e aguda expressão, ao passo que a questão da organização da economia social é solucionada de forma sempre melhor pelo desenvolvimento próprio do capital”.

Rudolf Hilferding

“Na medida em que essas camadas superiores constituíram uma massa mais ou menos amorfa, o poder organizado exercia um papel de equilíbrio de classe (ou classes) não organizadas, cujos interesses encarnava. Hoje, as coisas modificam-se radicalmente. O aparelho de Estado encarna, agora, não só os interesses das classes dominantes, mas, também, sua vontade coletivamente determinada. Serve de equilíbrio não só para membros esparsos das classes dominantes, mas também para a suas organizações. O governo passa a ser de facto um ‘comitê’ eleito pelos representantes das organizações patronais, bem como o mais alto diretor do truste capitalista nacional. Está aí uma das causas da crise do parlamentarismo”.

Nicolai Ivanovitch Bukhárin

“O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”.

Vladimir Ilitch Lênin

O objetivo deste capítulo será estudar de que forma a Tradição Marxista que estabelece a relação entre o capital financeiro e o Imperialismo – Lênin, Hilferding e Bukharin – enxergou o capitalismo de seu tempo, seu desenvolvimento e suas relações com a ordem internacional, o Estado e as classes sociais.

Demonstraremos que esta interpretação seguirá a concepção teórica inaugurada por Marx e Engels, entendendo o capital enquanto uma relação social de produção e dominação específica e transitória, calcada no antagonismo de classes – entre burguesia e proletários –, que brota das próprias contradições das condições materiais de vida, que ascende a partir da crise e desagregação do modo de produção⁷⁸ feudal.

Para os autores acima citados, na fase monopolista do capitalismo, a constituição do capital financeiro representará a própria fusão entre as formas parciais de capital – principalmente entre o capital bancário e industrial – em sua forma monopolista, representando uma elevada concentração e centralização financeira, material e técnica, e uma profunda mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital⁷⁹. Surgirá, a partir de então, uma oligarquia financeira que unificará os interesses entre as distintas frações da burguesia e facilitará a instrumentalização do Estado às necessidades de expansão de acumulação desta forma superior de capital para além do território nacional.

Adicionalmente, mostraremos que as rivalidades que ascendem desta necessidade de expansão e acumulação levarão os Estados Nacionais desenvolvidos a exercerem uma necessária política Imperialista, fazendo com que as contradições de ordem econômica, social e política deste modo de produção – tais como aprofundamento da barbárie e miséria, conflitos e convulsões sociais, militarização e guerras – cheguem a um clímax, tornando-se necessária a sua superação.

⁷⁸ Entenderemos conceito no seu sentido amplo, ou seja como modo de produção e reprodução da vida, abrangendo a totalidade dos elementos da base material (forças produtivas e relação de produção), da superestrutura e do padrão de luta de classes.

⁷⁹ Por mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital entenderemos a capacidade de capital se deslocar no tempo e no espaço, além da capacidade acelerada do mesmo em alterar suas formas (capital monetário, capital produtivo, capital comercial, capital fictício, etc).

3.1. Características Básicas do Pensamento Marxista.

Este tópico tem por objetivo destacar as premissas teóricas básicas que fundamentam a interpretação desta Tradição Marxista, tendo como base o materialismo histórico fundado por Marx e Engels. Buscaremos apresentar, de forma geral, uma chave de leitura possível dos principais elementos constitutivos do materialismo histórico, que nos permita compreender de forma mais clara a construção teórica e proposições políticas dos autores marxistas supracitados⁸⁰.

O ponto nevrálgico do pensamento marxista está na compreensão do materialismo histórico enquanto “filosofia da *práxis*”. Trata-se de uma matriz teórica *sui generis*, sendo a *práxis* a atividade humana produtiva e político-social transformadora da natureza e da sociedade. Já a filosofia (entendida como ciência) é o fundamento teórico e o instrumento da *práxis* na direção emancipatória (Vazquez, A. S., 1968, p. 117). Esta compreensão parte da constatação e do estudo de Marx e Engels de que são os homens, sob certas condições materiais de existência herdadas, que fazem a sua própria história⁸¹. Disso estabelecem-se três teses fundamentais do materialismo histórico: a) a ação transformadora dos homens está condicionada pelo padrão de luta de classe que ascende de certa formação social⁸²; b) a luta de classes tem como condicionante último a contradição interna à base material – desenvolvimento das forças produtivas frente às relações sociais de produção – e entre a base e a superestrutura, ambos subjacentes a uma formação social específica; c) as contradições e antagonismos existentes nas formações sociais e entre as classes sociais fazem da *práxis* um ato permanente, e da história um constante devir, conferindo temporalidade e transitoriedade nas próprias formações.

A origem desta matriz teórica está calcada, por um lado, nas críticas às concepções idealistas, especulativas e contemplativas da realidade apresentadas pelos hegelianos e neo-hegelianos da época, e, por outro, na constatação histórica da ação

⁸⁰ Portanto, nosso objetivo neste tópico não será resolver ou apresentar de forma acabada as complexas questões e nuances que envolvem o materialismo histórico. Buscaremos fazer uma apresentação geral das características básicas e elementares como forma de mediação para o entendimento mais preciso do ponto de partida sobre o qual se ergue as teorias do capital financeiro e do Imperialismo, apresentado por Bukárin, Hilferding e Lênin.

⁸¹ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, K., 1852[2003], p. 15-16).

⁸² Por formação social entenderemos a forma história (concreta e específica) que se apresenta certo modo de produção num dado momento e num espaço geográfico nacional ou regionalmente delimitado.

humana transformadora como o elemento decisivo na alteração da realidade, a partir de certos condicionantes objetivos e subjetivos⁸³.

O enfoque analítico desloca-se para os próprios homens e para o ambiente no qual estão imersos. E isto implica o estudo do movimento, da transição, da evolução de ambos, ou seja, os homens no seu processo de desenvolvimento real (Marx, K. & Engels, F., 1845[2009], p. 24 e 32)⁸⁴. Esse está relacionado com as constantes transformações nas relações necessárias que os mesmos estabelecem entre si e com a natureza, no processo de produção e reprodução das suas condições materiais de existência, mediados necessariamente pelo trabalho, verdadeiro catalisador metabólico das alterações das faculdades produtivas e cognoscíveis dos homens.

Verifica-se, também, que os homens são seres sociais, ou seja, que seu comportamento e a consciência que têm sobre si e sobre o mundo ao redor estão subordinados às relações supracitadas e que, portanto, entender e modificar os homens é também entender e modificar estas próprias relações⁸⁵. Definidas como relações sociais de produção, as formas históricas de intercâmbio e interação que os homens estabelecem entre si e com a natureza no processo de produção e reprodução da vida material estarão correlacionadas, nesta perspectiva, com o próprio desenvolvimento das suas forças produtivas, expresso pelas potencialidades produtivas dos seus meios de produção e nas capacidades produtivas do trabalho⁸⁶.

A interação do grau de desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção correspondentes – entendidos como estrutura, como base material –

⁸³ “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (Marx, K.; 1845[2009], p. 126).

⁸⁴ “Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser considerada de dois lados, dividida em história da natureza e a história dos homens. No entanto, esses dois aspectos não podem se separar; enquanto existir homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente” (Marx, K. & Engels, F., 1845[2009], p. 21).

⁸⁵ Assim, a consciência que os homens criam sobre si e sobre o mundo passa a ser entendida inicialmente como resultado destas relações materiais, que surge a partir das necessidades de intercâmbio material entre os indivíduos. Ela passa a ser vista como um produto social, cujo ponto de partida é o próprio ambiente sensível mais imediato (Engels, F. & Marx, K., 1845[2009], p. 44). “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda a ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva de seu processo histórico de vida da mesma maneira que uma visão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida” (Engels, F. & Marx, K.; 1845[2009], p. 31). “São os homens que desenvolvem a sua produção material e seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Engels, F. & Marx, K.; 1845[2009], p. 32). “(...) Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, K.; 1850[2008], p. 45).

⁸⁶ Estas capacidades produtivas do trabalho irão depender, segundo Marx, da habilidade média dos trabalhadores, do desenvolvimento da ciência e do grau da sua aplicação tecnológica, das combinações sociais da produção, da extensão e eficácia dos meios de produção e de condições puramente naturais (Marx, K.; 1867[1946], p. 07).

condicionará, para os autores: a) um estágio de desenvolvimento da consciência, da cultura, e das instituições políticas (superestrutura); b) uma divisão social do trabalho específica, repartindo a sociedade, necessariamente, em “classes” sociais antagônicas⁸⁷.

“O resultado geral a que cheguei e que uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, K.; 1859[2008], p. 45)⁸⁸.

Nesta concepção analítica, a divisão social do trabalho – participação de cada indivíduo no processo social de produção e reprodução da vida material – é resultado da síntese entre relações sociais de produção e o próprio desenvolvimento das forças produtivas. A divisão social do trabalho repartirá a sociedade em classes sociais na medida em que cada grupo de indivíduos será responsável por exercer uma função e uma ação específica na sociedade, no que tange à produção e reprodução da vida material.

Esta constatação implica o crescimento da contradição entre, de um lado, a interdependência recíproca dos indivíduos divididos em classe, e de outro, o antagonismo de interesse entre cada classe⁸⁹. O resultado deste processo histórico será: a) o surgimento de uma classe dominante, que controla as condições materiais (e portanto “espirituais”) de produção e reprodução⁹⁰; b) a constituição do Estado, instituição com relativo grau de autonomia, oriundo dos antagonismos de classes, cuja origem baseia-se na contradição

⁸⁷ Utilizamos aqui o conceito de “classes” no mesmo sentido em que Marx a utilizou no *Manifesto do Partido Comunista* (1848[2002]), no qual o autor constata que em quase todas as formações sociais, as mesmas se organizaram em grupos, numa série hierárquica de situações sociais, cujo fundamento desta divisão estaria na forma como os mesmos participariam do processo de produção e reprodução da vida material (p. 24).

⁸⁸ “É do modo de troca das forças produtivas que dependem as trocas. Em geral a forma de troca dos produtos corresponde à forma de produção. Vemos, assim, na história da sociedade que trocar produtos regula-se pelo modo de produzi-los. A troca individual corresponde, igualmente a um modo de produção determinado, que por si mesmo responde ao antagonismo das classes. Dessa maneira, não existe troca individual sem antagonismo de classe” (Marx, K., 2007, p. 106, grifos nossos).

⁸⁹ Os autores defendem a tese de que a necessidade histórica da divisão social do trabalho significou um processo de submissão do indivíduo à classe social a que pertence, na medida em que, enquanto classe, certo grupo de indivíduos executa certa atividade, tem idênticas condições de vida, e travam, assim, uma luta idêntica contra as outras classes a elas antagônicas (Engels, F. & Marx, K; 1845[2009], p. 93-34). Portanto, com a divisão do trabalho, há uma autonomização das relações sociais frente aos indivíduos isolados, que passam a se subordinar ao seu ramo de trabalho e às condições daí subjacentes (Engels, F. & Marx, K; 1845[2009], p. 95). Para mais detalhes quanto à origem da divisão desigual quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos do trabalho, ver Engels F. & Marx, K., 1845[2009], p. 46-50.

⁹⁰ Por condições “espirituais” entende-se a ideologia e os padrões culturais hegemônicos de certa época.

entre os interesses específicos de classe e o “interesse geral”, determinado pela classe dominante⁹¹ (Engels, F. & Marx, K;1845[2009], p. 47; Engels, F. & Marx, K.; 1848[2002], p.61).

Entre as implicações subjacentes deste movimento, destacam-se: a) as relações de poder entre indivíduos e, principalmente, entre classes, passam a ser entendidas não como expressão de uma patologia moral, mas, antes, como consequências políticas oriundas de certo modo de produção correspondente a certo grau de consciência da sociedade sobre si e sobre a natureza; b) o grau de consciência, ideias e valores – que têm como base o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção correspondentes – passam a ser mediados pela classe dominante, que passam a subordinar a produção material e “espiritual” em prol do seu interesse, e a regular a produção e a distribuição das ideias de seu tempo⁹² (Engels, F. & Marx, K; 1845[2009], p. 67); c) o Estado passa a ser visto como resultado dos antagonismos de classe, cuja função última será preservar as condições objetivas e subjetivas de produção e dominação de certa relação social, institucionalizando certas formas de propriedade, expressão jurídica destas relações (Marx, K.; 2008, p.45).

Assim, a ação dos homens, sob certas condições históricas, está subordinada a um padrão da luta de classes, condicionante e condicionada por certa base material, política e ideológica, constituído a partir de uma dada formação social⁹³.

E a implicação analítica desta matriz teórica será a de que a realidade concreta das formações sociais, em cada momento histórico, passará a ser compreendida a partir da síntese entre sua base material (forças produtivas e relações de produção), sua superestrutura correspondente, e seu padrão de luta de classes. E as mudanças e transformações nas formações sociais, e, portanto, dos próprios homens, passarão a ter como ponto de partida o tensionamento das partes que compõem este todo, cuja gênese

⁹¹ Na concepção do materialismo histórico o “interesse geral” não deixa de ser ilusório, visto que desponta como imposição do interesse (específico) da classe dominante (Engels, F. & Marx, K; 1845[2009], p. 47).

⁹² “(...) a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (Engels, F. & Marx, K; 1845[2009], p. 67). “O que demonstra a história das ideias senão que a produção espiritual se modifica com a transformação material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (Engels, F. & Marx, K.; 1848[2002], p.57).

⁹³ “A história de toda a sociedade até hoje gira em torno de oposições de classe, que assumiram diversas formas nas diferentes épocas” (Engels, F & Marx, K., 1848[2002], p.58). A definição do conceito de “luta de classes” é uma das mais controversas na história do marxismo. Neste trabalho partiremos da premissa de que o conceito “luta de classes” refere-se aos conflitos, antagonismos e relações hierárquicas de interesse travadas de forma direta ou indireta entre grupos sociais, cujas diferenças sociais e políticas emergem das diferentes formas que estes participam do processo de produção e reprodução da vida material.

estará na própria *práxis*, ou seja, no próprio processo de produção e reprodução da vida material, e na ação político-revolucionária (Vazquez, A. S., 1968, p. 121)⁹⁴.

“Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem, quer no domínio político, religiosos, filosófico, quer em qualquer campo ideológico são, na realidade, apenas expressões mais ou menos clara da luta entre classes sociais, e que a existência, e, portanto, também os conflitos entre essas classes sociais são, por sua vez, condicionadas pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente” (Engels, F.;[1852] 2003, p.12-13)⁹⁵.

A revolução, portanto, passa a ser o clímax necessário de todo o antagonismo de classe que se forja no processo de decomposição das formações sociais pretéritas e constituição das novas⁹⁶. Ela se torna uma necessidade intrínseca, causa e consequência da *práxis*, despontando, de um lado, da intransigência da classe dominante na manutenção dos seus antigos direitos e privilégios e, portanto, das relações de produção pretéritas, e, de outro, da intransigência da classe dominada, que concentra em si todo o ímpeto transformador. Reside aí o embrião material e ideológico da nova sociedade, que se torna o representante geral de toda a sociedade⁹⁷.

⁹⁴ Ou seja, o processo de satisfação das necessidades físicas e sociais, e da criação de novas necessidades, implica num constante desenvolvimento das forças produtivas, impactando na consciência e nas ideias que os indivíduos e as classes sociais têm de si e do meio em que vivem, levando os antagonismos de classe de dada formação social a patamares irremediáveis, exigindo, como solução – para este antagonismo e para a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas –, uma correspondente transformação nas relações sociais de produção e nas instituições políticas e culturais daí decorrentes. Neste sentido, uma formação social específica já carrega em si o embrião da formação social posterior. Dessa forma se a tensão entre relações de produção e forças produtivas é o ponto de partida, condicionante básico de qualquer transformação das formações sociais, o ponto nevrálgico, o aspecto decisivo desta transformação é a luta travada entre classes antagonicas..

⁹⁵ “Em certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (Marx, K., 1859[2008], p.64).

⁹⁶ Segundo Prado Jr (1987), o conceito de revolução pode ser definido enquanto um “processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas que, concentrados em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (p. 11).

⁹⁷ “Não há classe da sociedade civil que possa a assumir esse papel se não suscitar dentro de si e das massas um ímpeto em que confraterniza e converge com a sociedade em geral, confundindo-se com ela, percebendo-a e reconhecendo-a com sua representante universal; um ímpeto em que suas reivindicações e direitos correspondem, na verdade aos próprios direitos e reivindicações da sociedade, em que constitui de fato o seu cérebro social e o seu coração social. É só em nome dos direitos universais da sociedade que uma classe determinada pode reclamar para si o domínio universal. Para tomar de assalto essa posição emancipatória e, assim, explorar politicamente todos os setores da sociedade no interesse desse próprio setor, não basta a mera energia revolucionária e a autoconsciência inteligente. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular coincidam, para que uma classe social represente a sociedade como um todo é preciso universalmente que se concentrem numa outra classe todos os defeitos da sociedade, é preciso que uma determinada categoria configure a categoria que materialize a ofensa, que incorpore o empecilho geral, é

A transitoriedade das formações sociais, as constantes mudanças e alterações que os homens sofrem, ao atuar neste processo de produção e reprodução da vida material, é implicação decisiva desse pensamento. Seu significado será a não eternização das condições econômicas, sociais e políticas de vida da humanidade, e a possibilidade de alterá-las pela *práxis*. Ao articular a base material, a superestrutura e a luta de classes enquanto uma unidade de partes interdependentes que, pela *práxis*, também se contradizem, e, portanto, alteram-se mutuamente, a história da humanidade passa a ser vista enquanto uma totalidade orgânica, e, portanto, mutável. Oriundo da leitura dialética da história, influenciada pelo método de investigação hegeliano, a consequência imediata será a necessidade do estudo da evolução das condições objetivas e subjetivas de cada formação social, a partir da sua gênese, seu desenvolvimento, de suas crises e sua superação, por uma nova formação social⁹⁸. A luta de classes desponta como elemento decisivo nas mudanças sociais, ponto culminante e transformador, que emerge destes condicionantes objetivos e subjetivos⁹⁹.

E assim retornamos à “filosofia da *práxis*”. O materialismo histórico passa a ser o fundamento teórico da ação radical, emancipatória, revolucionária¹⁰⁰. A análise científica, rigorosa e meticulosa da situação concreta se torna um elemento decisivo, uma vez que apontará os possíveis caminhos e entraves da *práxis* que, por sua vez, corrigirá os

preciso que um setor social singular assuma o crime notório de toda a sociedade, de maneira que a emancipação desse setor se manifeste como autolibertação geral. Para que uma categoria seja por *excellence* um categoria da libertação, é preciso que outra categoria se evidencie como categoria da opressão” (Marx K.; 1843[2010], p. 50-51). “(...) Cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, apresentar o seu interesse como interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: à das suas ideias a forma de universalidade, e apresenta-las como as únicas racionais e universalmente válidas. A classe revolucionária, já que tem pela frente uma classe, surge desde o princípio não como classe, mas como representante de toda a sociedade face à única dominante classe” (Engels, F. & Marx, K.; 1845[2009], p. 69).

⁹⁸ Em *Miséria da Filosofia (1847[2007])* Marx polemiza com Proudhon sobre o método dialético. Para o primeiro este não deveria ser entendido apenas como um processo lógico de oposição e sucessão de categorias abstratas, mas antes um padrão de articulação dos elementos constitutivos da realidade concreta e complexa de forma inteligível. O ponto de partida não deveria ser as categorias analíticas em sua abstração, mas antes os próprios homens, “suas necessidades respectivas, suas forças produtivas, o seu modo de produção, as matérias-primas de sua produção, enfim, quais eram suas as relações de homem a homem que resultavam de todas essas condições de existência” (Marx, K., 1847[2007], p. 139).

⁹⁹ A luta de classes e a revolução não podem ser vistos como um mero desenrolar mecânico destes condicionantes, mas, antes, tais condicionantes devem ser vistos como panos de fundo, pontos de partida, para a luta travada entre os homens e as classes. Nesse aspecto, as táticas e estratégias travadas por cada classe social antagonista se tornam fundamentais para superação ou para perpetuação de uma formação social específica. Assim, a perpetuação da classe dominante no poder, e portanto, de certa relação de produção, num estágio de incompatível desenvolvimento das forças produtivas, pode significar um processo de putrefação, decomposição e apodrecimento de certa formação social, através do aguçamento das contradições econômicas, políticas e sociais, que só se resolvem com a sua superação. Este aspecto fica explícito em textos em que Marx analisa a conjunturas políticas específicas, tais como *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte 1952[2003]* e *a Guerra Civil na França (1850[2008])*.

¹⁰⁰ “Ser radical significa agarrar a questão pela raiz. Mas a raiz é, para o ser humano, o próprio ser humano” (Marx, K.; 1843[2010], p.44)

descaminhos teóricos subjacentes¹⁰¹. O materialismo histórico se torna a base do socialismo científico, em que as condições para a supressão de toda a forma de dominação e opressão passam a ser buscadas nas contradições das condições materiais e “espirituais” de vida de certa formação social, superando, assim, as ideologias, metafísicas e harmoniosas que desconsideravam a história, os modos de produção e os antagonismos de classe. E será a partir do estudo destas contradições que se analisará o padrão específico da luta de classes, despontando um programa específico, uma ação coletiva organizada e intencional que objetive atuar sobre as mesmas, superando-as.

3.2. O Capitalismo na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.

A partir da síntese apresentada acima, teremos como meta apresentar a forma como a Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin, baseada na referida matriz teórica, interpretou o capitalismo. Buscaremos explicitar o entendimento que os três autores tiveram de capital e a especificidade que eles observam neste modo de produção. Tal concepção, por sua vez, parte dos estudos desenvolvidos principalmente por Karl Marx sobre o modo de produção capitalista, vistos como aplicação do método materialista à uma situação histórica concreta. Portanto, nossa apresentação se apoiará em textos nos quais estes autores explicitam suas interpretações sobre os estudos de Marx sobre o capitalismo, principalmente expressados em *O Capital* – sua obra de maior envergadura. Quando a análise necessitar complementaridade e comparação, incorporaremos a própria análise de Marx.

Demonstraremos que, para esses autores, tal como para os fundadores do materialismo histórico, o capital é um modo de produção e de dominação específico, transitório e contraditório, calcado no antagonismo irremediável de classe – entre os proprietários dos meios materiais de produção e os trabalhadores assalariados. As premissas sobre as quais ascendem este modo de produção – propriedade dos meios de produção,

¹⁰¹ “É fato, no entanto, que a armada crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas” (Marx, K., 1843[2010], p. 44). “A teoria só se efetiva num povo, na medida em que representa a concretização de suas necessidades” (Marx, K., 1843[2010], p. 46). “Não basta o pensamento insistir na sua concretização, é preciso que a própria realidade insista no pensamento” (Marx, K., 1843[2010], p. 47).

extrema divisão social e técnica do trabalho, monetização e aprofundamento das relações mercantis e o trabalho assalariado – serão tais, que a dinâmica resultante – concorrência desenfreada, necessidade constante de valorização e acumulação do capital, e a consequente subsunção real e formal do trabalho – fará com que o desenvolvimento das forças produtivas – expansão da base técnica, concentração e centralização, socialização da produção, e o crescimento da sua composição técnica e orgânica – crie e recrie em escala cada vez mais ampliada o progresso material e a barbárie social, constituindo bases objetivas e subjetivas para a sua superação.

Marx lança mão da teoria do valor-trabalho, que expressa, em última instância, as relações sociais de produção estabelecidas necessariamente numa sociedade mercantil e capitalista¹⁰². Tendo como premissa certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e certa divisão social do trabalho – ou seja, certa etapa de desenvolvimento material e “espiritual” da sociedade – o valor desponta como nexos social fundamental numa economia em que os produtores são independentes e cuja produção é voltada exclusivamente para o mercado¹⁰³. A possibilidade de coexistência de produtores de mercadorias atomizados e desconectados, cujo produto do trabalho concreto e útil não é pré-estabelecido de forma coordenada e planejada, está na própria possibilidade dos mesmos poderem expressá-las – no mercado e frente à outra mercadoria – em trabalho abstrato, socialmente necessário para produção e reprodução da vida material desta sociedade. A lei do valor desponta, assim, como um verdadeiro organizador das relações sociais de uma sociedade mercantil e capitalista¹⁰⁴.

¹⁰² Com isso, de forma alguma temos a intenção de associar a teoria do valor-trabalho em Marx com as teorias do valor pretéritas, tais como as de Smith e Ricardo.

¹⁰³ “Essa troca só se torna uma força social inconfundível quando constitui o fator de integração de uma sociedade na qual a propriedade privada e a divisão do trabalho dissociaram os indivíduos, embora os tornassem igualmente interdependentes” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 34). “A produção social torna-se, assim, a condição do ato de troca entre indivíduos, e é somente dessa forma que estes se ligam à sociedade e participam do resultado da produção social global a ser distribuída obrigatoriamente entre eles” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 35). “*Por eso, con el cambio de productos se renuevan los nexos sociales de la necesidad descompuesta en sus átomos por la propiedad privada y por la división del trabajo*” (Hilferding, R., 1904 [1974], p.136, grifos nossos).

¹⁰⁴ Duas principais implicações despontam deste análise: a) a forma valor da mercadoria irá conferir ao objeto o caráter social, ou seja, a forma com esta será produzida e distribuída a partir de certas relações sociais de produção; b) a forma como esta relação social se apresenta, mediada por coisas, escamoteia a própria relação entre homens, reificados pela personificação fetichista das coisas, fazendo com que a realidade se apresente de forma invertida, ou seja, como movimento e relação entre as próprias coisas e não entre os próprios homens (Hilferding, R., 1904 [1974], p.136-138, grifo nosso). Logo, o valor deve ser visto como expressão das relações sociais de produção e, portanto, o desenvolvimento e as transfigurações da forma valor devem ser entendidos como expressão do desenvolvimento e das transfigurações destas mesmas relações sociais.

O dinheiro, mercadoria específica utilizada para expressar o valor em sua forma mais geral e abstrata, desponta como o equivalente geral de todas as mercadorias, como o mediador necessário e obrigatório da reprodução da vida material na sociedade mercantil (Lenine, V. I., 1914[1961], p.37; Hilferding, R. 1910[1985], p.38). Enquanto uma necessidade que surge da própria natureza, intensificação e generalização das relações mercantis – produtora de trabalho abstrato socialmente necessário – ele se torna o veículo fundamental para a circulação necessária do produto social, e assim, da produção e reprodução da vida material, ao passo que homogeneiza as mercadorias a um denominador comum, filtrando a produção e reprodução social dos indivíduos, ao mesmo tempo em que escamoteia as próprias relações de produção subjacentes¹⁰⁵ (Hilferding, R. 1910[1985], p.39-38).

Se o capital não pode prescindir das relações mercantis monetizadas, de forma alguma pode abrir mão do trabalho como substrato do valor. A lei do valor abarca as metamorfoses das relações sociais subjacentes ao processo de valorização. Se o objetivo do produtor de mercadorias passa a ser expresso pela fórmula geral D-M-D', uma série de transformações das condições sociais, políticas e técnicas de produção convergiram para este fim. E estas (novas) condições se sintetizam no antagonismo de classe que emerge do monopólio privado dos meios de produção pela classe dominante, e do assalariamento “forçado” dos agora despossuídos¹⁰⁶ (Bukharin, N. I., 1920[1945], p.20-25; Lenin, V. I., 1913[1961], p. 61).

Assim, a lei do valor enquanto lei de valorização do capital só existe quando a mercadoria “força de trabalho” pode ser vendida aos detentores dos meios de produção e a criar um valor que exceda o seu custo de reprodução – a mais-valia. O processo de assalariamento da força de trabalho se explicita como um processo de subordinação e

¹⁰⁵ “El dinero, producto en que culmina el desarrollo del cambio y de la producción de mercancías, disimula y encubre el carácter social de los trabajos parciales, la concatenación social existente entre los diversos productos unidos pelo mercado” (Lenin, V. I., 1914[1961], p. 37). “No dinheiro, a relação social do homem tornou-se, ao mesmo, tempo uma coisa. Tornou-se um objeto misterioso e brilhante, cujo esplendor ainda ofusca tantos economistas, quando não preferem fechar os olhos do problema” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 39). “Pero esta forma acabada del mundo de las mercancías – la forma dinero –, lejos de revelar el carácter social de los trabajos privados y, por tanto, las relaciones sociales entre los productores privados, lo que hace es encubrirlos” (Marx, K., 1867[1978], p.41)).

¹⁰⁶ Trata-se de um processo histórico, lento e difícil de expropriação e espoliação por parte da classe dominante, conforme demonstrado por Marx em *O Capital* (1867[1978]), ao tratar da acumulação primitiva (p.607-649). “Es premisa histórica para la aparición del capital primero son: la acumulación de determinada suma de dinero en manos de ciertas personas, con un nivel de desarrollo relativamente alto de la producción mercantil en general; y, segundo, la existencia de obreros ‘libres’ en doble sentido – libres de todos las trabas o restricciones puestas a la venta de la fuerza de trabajo y libres por carecer de tierra y toda clase de medios de producción –, de obreros sin hacienda alguna, de obreros ‘proletarios’ que no pueden subsistir más que vendiendo su fuerza de trabajo” (Lenin, V. I., 1914[1961]. P. 39).

exploração do trabalhador por parte da classe dominante – que se apropria dos aparelhos ideológicos e coercitivos da sociedade –, frente às vicissitudes da necessidade da valorização do capital, condição *sine qua non* para a reprodução deste modo de produção, e, desta forma, da própria classe dominante enquanto tal.

A relação de produção e dominação calcada neste antagonismo é, portanto, os aspectos específicos deste modo de produção. E o capital aqui não é outra coisa senão a própria relação social subjacente a esta lógica de valorização (e não a própria lógica).

Só a partir destas premissas é que a lei do valor-trabalho, transfigurada em lei de valorização do capital, pode desvendar a própria lei de movimento e de desenvolvimento interno deste modo de produção. Em última instância, em uma sociedade em que as trocas são intensificadas e agudizadas, imperando a anarquia da produção e da concorrência, havendo monopólio privado dos meios de produção e assalariamento da força de trabalho, haverá uma busca desenfreada pela valorização do capital em escala ampliada, por intermédio da acumulação de capital, tendo como consequência um profundo, intenso e necessário desenvolvimento das forças produtivas, manifestados através de: a) desenvolvimento dos métodos e técnicas de produção; b) crescimento e barateamento da massa de mercadorias; c) concentração e centralização do capital; d) constituição da maquinaria e grande indústria¹⁰⁷; e) crescimento da composição técnica e orgânica do capital; f) socialização da produção e formas cooperativas do processo de trabalho¹⁰⁸.

A necessária busca pela apropriação máxima do trabalho não pago por parte dos capitalistas os leva ao uso permanente de formas de organização e técnicas produtivas cuja finalidade não será outra senão a de baratear suas mercadorias em relação ao seu valor de mercado, e assim se apropriar do maior lucro possível. O crescimento da produtividade do trabalho se torna o operador deste processo, que permite ao capital expandir sua taxa de mais-valia relativa, introduzindo novos, melhores e maiores meios de produção – principalmente o sistema de maquinaria e a grande indústria –, e baratear e liberar força de

¹⁰⁷ O sistema de maquinaria e a grande indústria – com suas bases técnica e científicas que possibilitam o surgimento do setor de bens de produção automatizado, impulsionando, assim, a acumulação de capital – só surgem a partir e dentro do modo de produção capitalista. Portanto, o regime especificamente capitalista de produção – baseado na maquinaria e grande indústria – é o traço mais característico deste modo de produção frente aos regimes pretéritos ou subsistentes na medida em que (i) surge a partir e sobre a base da produção de mercadorias e de capital, e (ii) comanda o ritmo e a intensidade da acumulação de capital (Marx, K. 1867[1978], p. 528).

¹⁰⁸ Ver estas tendências em Bukharin, N. I., (1920[1945], P. 55-60) e Lenin, V. I (1914[1961], p. 40).

trabalho, implicando numa maior composição técnica e orgânica do capital (Marx, K., 1867[1978], p. 532-533).

As implicações subjacentes a esta “lei geral da acumulação capitalista” serão: i) acumulação intensiva e extensiva de capital por meio da subordinação real do trabalho ao sistema de maquinaria; ii) pauperização objetiva e subjetiva da classe trabalhadora¹⁰⁹.

A primeira implicação sugere que o sistema de maquinaria e a grande indústria convertem o trabalho complexo em trabalho simples, cuja extrema produtividade do trabalho e o crescimento da composição orgânica daí oriundo levam a um barateamento e liberação de força de trabalho. O sistema de maquinaria passa a controlar o ritmo e a intensidade do processo produtivo e o trabalho se torna seu “apêndice”, intensificando a acumulação de capital ao desenvolver a produção mecanizada no departamento produtor de bens de produção (D1). É só neste sentido que é possível falar em autodeterminação do capital, ou seja, só na medida em que o trabalho passa a estar submetido às condições de produção ditadas pelo sistema de maquinaria, é que a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas em escala ampliada deixam de depender das vicissitudes formais do processo de trabalho, e passam a depender das próprias bases técnicas dos meios de produção¹¹⁰.

Mas se o processo de autodeterminação encontra meios para superar as barreiras e os limites do capital, (i) ele os faz senão intensificando suas contradições internas, ao buscar repor suas condições de valorização, por meio de suas contra tendências; (ii) e assim, cria e recria as condições para que tais barreiras se imponham num patamar ainda maior, com implicações no que tange às crises, à dificuldade ampliada de valorização, e à escala crescente da luta econômica – salários e direitos básicos – e política – participação

¹⁰⁹ “Finalmente, la ley que mantiene siempre la superpoblación relativa o ejército industrial de reserva en equilibrio con el volumen y la intensidad de la acumulación mantiene al obrero encadenado al capital con grilletes más firmes que las cuñas de Vulcano con que Prometeo fue clavado a la roca. Esta ley determina la acumulación de miseria equivalente a la acumulación de capital. Por eso, es decir, en la clase que crea su propio producto como capital, acumulación de miseria, de tormentos del trabajo, de esclavitud, de despotismo y de ignorancia y degradación moral” (Marx, K., 1867[1978], p. 547, grifos nosso).

¹¹⁰ Mas, em nenhum momento, a autodeterminação do capital em Marx implica em: (i) redundância absoluta da força de trabalho e, portanto, do valor-trabalho como substrato do valor, e da valorização do capital; (ii) possibilidades absolutas e ilimitadas de reprodução ampliada do capital, visto que o sistema de maquinaria e da grande indústria, enquanto capital fixo, não criam mais-valor. A queda secular e tendencial da taxa de lucro e as sucessivas crises em patamares cada vez mais catastróficas negam esta possibilidade, visto que são manifestações que explicitam (i) a crescente contradição entre o extremo desenvolvimento das forças produtivas, que tende a suprimir o trabalho, e as relações de produção fundadas no antagonismo de classe, e que se expressam na lei do valor ; (ii) a crescente contradição entre o crescimento da produção pela produção em larga – acumulação desenfreada – e a base relativamente mais estreita de sua realização (Marx, K., 1894[1978], p. 241-242; Marx, K., 1857[1967], p. 202-205) .

nas esferas de decisão – oriunda deste antagonismo, o que nos leva à segunda implicação¹¹¹.

A pauperização do trabalhador se torna fruto tanto do processo de subordinação real da força de trabalho às condições de produção impostas pelo sistema de maquinaria, quanto do processo de liberação da força de trabalho oriunda do pleno desenvolvimento das forças produtivas. O processo de intensificação, especialização e simplificação do trabalho, emergente da divisão técnica tem como consequência o aprofundamento do estranhamento do trabalhador no que tange ao processo produtivo e ao produto do trabalho, e a criação de condições precárias e insalubres de trabalho¹¹². O desenvolvimento das forças produtivas e o resultante crescimento da composição técnica e orgânica do capital expulsa força de trabalho e cria, como consequência, uma progressiva superpopulação relativa, levando ao desemprego em massa, às dificuldades de crescimento permanente dos salários, e à ampliação da miséria. Em última instância, é o próprio desenvolvimento das leis imanentes deste modo de produção que cria, recria e amplia a barbárie social¹¹³.

Cresce, assim, o antagonismo necessário entre o progresso material e a barbárie social, manifestado pelo crescente abismo entre as condições de vida das classes dominantes em relação às classes dominadas, implicando em crises, convulsões sociais. Se o capitalismo, ao expandir, concentra-se e centraliza-se, socializa a produção e desenvolve as potencialidades técnicas e científicas, ele também desqualifica e depura o trabalho. Ele cria assim condições objetivas, materiais, para o surgimento de uma sociedade que prescindia deste antagonismo de classes, logo, da lei do valor. Se o capitalismo depura e desqualifica o trabalho, a barbárie social daí resultante cria condições subjetivas para a sua superação, expressadas nas convulsões sociais e na intensificação da luta de classes,

¹¹¹ “La producción capitalista aspira constantemente superar estos límites inmanentes a ella, pero solo puede superarlos recurriendo a medios que vuelven levantar ante ella estos mismos límites todavía con mayor fuerza” (Marx, K., 1894[1978] p.248).

¹¹² Por estranhamento entenderemos um fenômeno em que o homem se torna alheio em suas relações com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo (Alves, S. E. S., 2010, p. 2).

¹¹³ “Al aplastar a la pequeña producción, el capital hace aumentar la productividad del trabajo y crea una situación de monopolio para los consorcios de los grandes capitalistas. La misma producción va adquiriendo cada vez más un carácter social – cientos de miles y millones de obreros son articulados en un organismo económico coordinado –, mientras que el producto de trabajo común se le apropia un puñado de capitalistas. Crecen la anarquía de la producción, las crisis, la loca carrera en busca de los mercados, la escasez de medios de subsistencia para las masas de la población” (Lenin, V. I., 1913[1961], p. 64).

mediada pela *práxis*¹¹⁴. E neste sentido pode-se abordar a transitoriedade deste modo de produção a partir da sua própria lei de movimento interna¹¹⁵.

Portanto, nesta concepção o capital é visto como uma relação social de produção e dominação específico e necessariamente contraditória calcado no antagonismo de classe¹¹⁶. A relação de dominação tem como base a própria subordinação formal e real do trabalhador às necessidades de valorização do capital¹¹⁷. A transitoriedade – o caráter histórico deste modo de produção –, por fim, desponta do processamento destas próprias contradições de caráter expansivo, que criam condições objetivas e subjetivas para a sua superação¹¹⁸.

3.3. Tendências do Capitalismo na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding, e Lênin.

Este tópico tem como objetivo apontar as principais tendências do capitalismo – do ponto de vista estritamente econômico – observadas e previstas pelos autores de corte marxista (Hilferding, Bukhárin e Lênin). A hipótese subjacente será a de que as tendências deste modo de produção (a partir do final do século XIX) podem ser sintetizadas a partir da categoria de capital financeiro (fusão na essência entre as formas parciais de capital, principalmente entre o capital bancário e o capital industrial), cujo significado último será a

¹¹⁴ Em Marx, o agente a revolucionar esta sociedade não ser outra senão aquele que sofre na pele e mais diretamente as vicissitudes da lei do valor. A classe trabalhadora, por não ter o que perder, por estar conectada diretamente ao processo de produção e reprodução do Capital, é a única que pode tomar para si as rédeas do processo político e, libertando a si, liberta o restante da classe trabalhadora. “(...) *Para Marx, el materialismo despojado de este aspecto* [da teoria e tática da ação revolucionária] *era, y con razón, un materialismo a medias, unilateral, sin vida. Marx determino la tarea esencial de la tática del proletario en su rigurosa correspondencia a todas las premisas de su concepción materialista y dialéctica del mundo. Sólo considerando objetivamente el conjunto de las relaciones mutuas de todas las clases, sin excepción, que forman una sociedad dada, podemos tener una base que nos permita trazar la táctica acertada de la clase de vanguardia*” (Lenin, V. I., 1914[1961], p. 49).

¹¹⁵ “*La socialización de la producción no puede por menos de conducir la conversión de los medios de producción en propiedades social, a la ‘expropiación de los expropiadores’*” (Lenin, V. I., 1914[1961], p. 46).

¹¹⁶ As principais contradições – sempre em caráter expansivo – intrínsecas ao capital são: 1) monopólio privado dos meios de produção e trabalhadores assalariados, expressa na lei do valor-trabalho enquanto lei de valorização do capital; 2) Acumulação desenfreada – produção pela produção – e a base estreita de valorização, expressa nas sucessivas e expansivas crises; 3) desenvolvimento das forças produtivas e a relação de produção específica – antagonismo de classe expressado na lei de valorização –, expressa na lei tendencial decrescente da taxa de lucro; 4) progresso material e barbárie social, expresso no abismo social entre as classes e suas convulsões.

¹¹⁷ Em nenhum momento as condições objetivas e subjetivas devem ser vistas de forma mecânica no que tange à transição de uma formação social para outra. O papel da luta de classes, suas táticas e estratégias despontam como elemento essencial da *práxis*, da ação transformadora e emancipatória.

¹¹⁸ *The conflict between this oppose ideas, which has grown out of the social situation and the divergence of interests, leads finally to a social revolution, in the course of struggle for political power which is indispensable for the transformation of social order*” (Hilferding, R., 1914[1981], p. 132).

constituição de uma fase monopolista do capitalismo caracterizada pela concentração e centralização técnica, financeira e material do capital, acelerando em demasia a mobilidade espacial, temporal, e morfológica do mesmo. As consequências deste processo serão: i) maior desenvolvimento das forças produtivas por meio de novas formas de concentração e centralização, impulsionadas por novas bases técnicas e financeiras e maiores escalas de produção; ii) internacionalização do capital (exportação de capitais reais e monetários); iii) acirramento da concorrência e das rivalidades entre nações em escala internacional.

O ponto de partida da análise sobre as tendências do capitalismo por parte dos autores (Lênin, Hilferding e Bukharin) foi a constatação, explícita nas suas principais obras sobre o tema, de mudanças quantitativas e qualitativas dentro deste modo de produção, a partir das transformações de ordem produtiva, técnica, financeira e organizacional que sofreram as empresas em diversos países (principalmente dos Estados Unidos e da Alemanha) a partir do último quartel do século XIX.

De modo geral, as transformações observadas podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

I) Constituição de grandes empresas, com elevado poder de mercado, gigantescas escalas de produção, e cujos investimentos espalhavam-se por diversos setores da economia, novos e antigos;

II) Desenvolvimento dos bancos e do sistema financeiro (operações de crédito e as bolsas de valores) e o seu forte entrelaçamento direto e indireto com as grandes empresas nascentes;

III) Novas formas de intervenção estatal e novas relações econômicas e políticas entre o Estado e o Capital, e entre os Estados no plano internacional¹¹⁹.

A primeira transformação esteve relacionada, para os autores, ao surgimento de grandes monopólios em setores estratégicos das economias nacionais no período em questão¹²⁰, cuja origem encontrava-se no desenvolvimento das forças produtivas – seja via

¹¹⁹ Esta última constatação será tratada com mais afinco nas seções a seguir.

¹²⁰ Os autores constataam a importância da indústria de bens de produção e de transporte na constituição das grandes empresas e dos grandes monopólios, tais como o setor de energia elétrica, o setor ferroviário e hidroviário, o setor petrolífero, o químico, a mineração e a metalurgia. Veremos no próximo capítulo os exemplos históricos das principais nações da época apresentados pelos autores.

dinâmica da concorrência, seja via intervenção e estímulo estatal –, e cuja consequência foi o próprio processo de concentração e centralização material, técnica e organizacional da produção capitalista, levando a formas superiores e contraditórias de concorrência – supressão da livre-concorrência –, e a uma elevada composição técnica e orgânica do capital¹²¹. Este processo se apresentou, historicamente, através da formação de cartéis, trustes e organizações patronais, e foi estimulado por diversas formas de fusões e aquisições, associações homogêneas e complementares, e combinações verticais e horizontais¹²² (Hilferding, 1985, p.179-221; Lênin, 2008, p. 17-21; Bukharin, 1984, p. 57-73 e 109-115).

Para os autores, o significado deste movimento de transformação apresentado acima está na evidência de que esses monopólios passam a controlar as condições materiais de produção, realização e acumulação das economias nacionais, determinando o preço, a quantidade, e o padrão de consumo da sociedade¹²³. Se, por um lado, desenvolvem os padrões organizacionais e tecnológicos, aumentam o planejamento e a complementariedade entre setores, por outro, centraliza-se o poder econômico – e, portanto, político – e cresce a força, a necessidade e a possibilidade da acumulação para além do espaço geográfico nacional¹²⁴.

Por sua vez, o desenvolvimento dos bancos e do sistema financeiro foi fundamental para a constituição dos monopólios, à medida que: i) possibilitou concentração

¹²¹ “O aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase do desenvolvimento do capitalismo” (Lenin, 2008, pp. 21). “O processo de organização dos monopólios capitalistas é a sequencia lógica e histórica do processo de concentração e centralização. Assim como sobre os destroços do monopólio feudal nasceu a livre concorrência dos artesãos, que levaria ao monopólio da classe capitalista sobre os meios de produção, também no interior da classe dos capitalistas a livre concorrência cede lugar, cada vez mais, à limitação da concorrência e à formação de gigantescas economias que monopolizam a totalidade do mercado nacional. Essas economias não poderiam ser encaradas, de forma alguma, como fenômenos ‘anormais’ ou ‘artificiais’, produtos de estímulos do Estado – como, por exemplo, os direitos aduaneiros, as tarifas ferroviárias, os prêmios, as encomendas e os subsídios governamentais etc. Sem dúvida, todas estas ‘causas’ contribuíram para acelerar o processo, mas não constituíram – e muito menos constituem – sua condição necessária” (Bukharin, 1984, pp. 58).

¹²² Para os autores, a existência de cartéis, organizações patronais e/ou trustes implica na possibilidade de constituição de formas diretas (trustes) ou indiretas (cartéis ou organizações patronais) de monopólios e associações monopolistas. No entanto, tal diferença não elimina a unidade de interesses que, na essência, compõe estes monopólios. “Esse tipo de comunidade de interesses [os cartéis], porém, só se diferencia da fusão pelo funcionamento de certa forma moroso de sua organização. Portanto, é erro encarar a questão cartel ou truste como contraste que se excluem. A independência das empresas pode ser também limitada na forma cartel, que a diferença em relação ao truste desaparece. A questão é, antes, saber que vantagens oferece a restrição da independência. Com relação à restrição da autonomia enquanto fonte de vantagens, o truste as possui de antemão, enquanto que, no cartel, depende da natureza e dos efeitos do acordo no qual se baseia” (Hilferding, R., 1985[1910], p. 201).

¹²³ “A totalidade da produção capitalista é regulamentada de caso pensado por uma instância que determina o volume da produção em todas as suas esferas. Consequentemente, o tabelamento de preços é meramente nominal, não significa nada mais do que a distribuição do produto total entre os magnatas do cartel, por um lado, e a massa de todos os demais membros da sociedade, por outro” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 226).

¹²⁴ Ver este aspecto no tópico III.4, a seguir.

de capital e a expansão da produção para além das barreiras estabelecidas pela escassez do capital próprio e individual, por meio do sistema de crédito de capital; ii) acelerou o processo centralização de capital e as fusões e aquisições por meio do mercado bursátil, além de dar maior mobilidade e negociabilidade ao capital (Hilferding, R., 1985[1910] p. 85-101 e p. 135-146; Lênin, V. I., 2008[1916] p. 32-45).

É possível observar, no estudo do desenvolvimento dos bancos pelos autores (principalmente por Hilferding e Lênin), que tal processo está relacionado com o papel estratégico que este setor cumpre no processo de reprodução do capital em geral, e que se intensifica na medida em que este setor vai ganhando características monopolistas.

Baseados nas teses iniciais apresentadas por Marx no terceiro volume de *O Capital* e na evolução histórica concreta, os autores demonstram que os bancos vão deixando de ser simples intermediários das transações financeiras e passam a influenciar quanto ao ritmo e a intensidade da acumulação por meio do sistema de crédito, centralizando em si todo o capital monetário disponível e disperso da sociedade. Se num primeiro momento a atividade bancária concentrou-se nos serviços de contabilidade, corretagem e compensações – capital do comércio do dinheiro –, desenvolvendo prioritariamente o crédito comercial (capital de giro), num segundo momento, com a proliferação das notas bancárias e dos depósitos a vista e a prazo, os bancos avançam em suas operações ativas – junção entre o capital do comércio do dinheiro e o capital portador de juros para a formação do capital bancário –, assumindo maiores riscos, expandindo o crédito de capital¹²⁵.

Assim, o desenvolvimento dos monopólios bancários, a centralização do capital monetário e a expansão do crédito de capital alteram significativamente o papel dos bancos, os padrões técnicos e o tamanho da indústria, e a relação entre ambos¹²⁶. O risco associado

¹²⁵ “À medida em que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constituiu um dos processos fundamentais de transformação do capitalismo em imperialismo capitalista (...)” (Lênin, V. I., 2008[1916], p. 31).

¹²⁶ “Seu interesse então não se limita mais às condições momentâneas da indústria e à situação momentânea do mercado, mas passa a interessar muito mais o destino subsequente da empresa e a configuração futura do mercado. O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto maior prevalecer sobretudo a participação do capital de empréstimo transformado em fixo, tanto maior e tanto mais permanente será esse interesse” (Hilferding, R., 1985[1910], p. 97). “Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de

à forma de crédito e aos prazos de maturação impele os bancos a buscarem uma aproximação mais estreita com as empresas cujos investimentos foram financiados, seja via maior seletividade na concessão de crédito, seja via estudo sistemático dos balanços contábeis e financeiros e das condições de mercado, seja através da compra de ações e títulos, seja via participação nos conselhos diretivos¹²⁷.

Por sua vez, o acirramento da concorrência impele as empresas em geral – e especificamente a indústria – a desenvolverem novas técnicas e a ampliarem as escalas de produção, levando à necessidade de acumulação que ultrapasse significativamente os limites internos de autofinanciamento. A centralização do crédito monetário e a ampliação do crédito de capital por parte dos bancos tornam-se a alavanca necessária neste processo, estimulando a concentração e centralização do capital e a constituição dos grandes monopólios, vencedores da disputa pelo controle do mercado¹²⁸.

A implicação das transformações apresentadas acima está no estreitamento de interesses entre o capital bancário e o capital industrial mediante o crédito de capital¹²⁹. Se na época da livre concorrência, o capital industrial despontava enquanto a forma parcial de capital predominante, na época dos monopólios, o capital bancário se apresentava em pé de igualdade frente ao capital industrial, e, em alguns casos históricos, chegando a superá-lo. Se, por um lado, a acumulação em escala ampliada para além dos limites internos de autofinanciamento leva a indústria a recorrer à oferta de crédito de capital controlado pelos

vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condição – por meio de suas operações bancárias. Das contas correntes e de outras operações financeiras –, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhe aumentá-los rapidamente e em grandes proporções” (Lênin, V.I., 2008[1916], p. 35).

¹²⁷ Analisando os exemplos mais bem sucedidos de desenvolvimento capitalista, Hilferding (1910[1985]) levanta como exemplo que nos Estados Unidos a firma J. P. Morgan & Co. estava representada na diretoria de 5 bancos, 50 empresas ferroviárias, 3 companhias de navegação, 8 trustes, 8 companhias de seguros e 40 empresas industriais; já os 6 maiores bancos de Berlim (Alemanha) ocupavam 751 postos em conselhos fiscais de diversas empresas de diversos ramos. Bukhárin (1917[1984]) destacou que nos Estados Unidos, em 1908, 89 pessoas ocupavam mais de 2 mil cargos de diretores em diferentes empresas (p. 65).

¹²⁸ “Permitindo a expansão da escala de produção, o crescimento da força produtiva do trabalho, ele permite aos capitalistas (que podem empregar o crédito primeiro, ou em proporções maiores que os outros) um lucro extraordinário, para baixar depois a taxa de lucro no decorrer do desenvolvimento posterior, passando para uma composição superior do capital que, via de regra, se encontra vinculada à expansão da produção” (Hilferding, R., 1910 [1985], p. 96).

¹²⁹ “Vê-se, por aí que a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto resultam na concentração bancária, como na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária” (Hilferding, R., 1910 [1985], p. 99). “Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 41).

bancos, por outro, esta demanda por créditos adicionais estimula uma maior centralização de capital monetário pelos bancos, cuja valorização passa a depender das condições de realização dos investimentos industriais, espaçados num horizonte de tempo relativamente longo. Como veremos, o desenvolvimento das sociedades anônimas e das bolsas de valores contornará, em certa medida, tal horizonte, estreitando a relação entre estas formas parciais de capital.

O desenvolvimento das sociedades anônimas (SAs) altera qualitativamente a forma como os capitalistas se relacionam com sua riqueza acumulada a partir de duas transformações fundamentais: i) na forma de propriedade do capital; ii) na separação entre a propriedade do capital e a sua gestão.

A formação de uma SA resulta da centralização de capitais dispersos oriundos de capitalistas individuais, historicamente necessários para a organização de grandes projetos e empreendimentos capitalistas. A socialização do capital que se estabelece entre os próprios capitalistas significa que nenhum capitalista individual é, juridicamente, proprietário dos meios de produção constituídos através desta centralização de capital. No entanto, a propriedade dos meios de produção é substituída para o capitalista individual pela propriedade de títulos e ações¹³⁰ – capital fictício¹³¹ – cujo valor dependerá de prognósticos de rendimentos futuros capitalizados pela taxa de juro de mercado (no caso das ações), e seu retorno, da capacidade de realização exercida pelo capital em função, sempre proporcional ao capital investido na SA. Esta riqueza real acumulada passa a ser representada sob uma forma mais abstrata.

A partir de então, o capitalista individual deixa de ter qualquer vínculo direto entre o capital investido e a operacionalidade administrativa, organizacional e financeira da empresa criada. Ou seja, o capitalista se libera de suas funções de “empresário” e este último, agora gerente, se torna um mero administrador e funcionário das decisões dos acionistas majoritários¹³² (Hilferding, R., 1910[1985], p. 112-114, p. 123-124).

¹³⁰ Para detalhes quanto às diferenças e especificidades existentes entre os títulos e ações, ver Hilferding, R., 1910[1985], p. 134-142.

¹³¹ Por capital fictício entende-se a capitalização dos rendimentos futuros a taxa de juros vigente sob a forma de ações e títulos de propriedade (Marx, K., 1884[1978], p. 440).

¹³² “A Propriedade dos verdadeiros meios de produção passa de pessoas individuais para uma sociedade jurídica que, com efeito, se compõe do conjunto dessas pessoas individuais, mas na qual a pessoa individual como tal não tem de modo algum direito de propriedade sobre aqueles bens. A pessoa individual tem direito somente ao rendimento; sua propriedade que outrora significava a efetiva e ilimitada disposição dos meios de produção e, com isso, a gerência da produção,

Portanto, em nenhum momento a socialização do capital entre os capitalistas e a separação entre propriedade e gestão levam à autonomia plena dos gestores e administradores frente aos processos decisórios. Os acionistas majoritários continuam tendo o controle do capital investido, realocando-o e redistribuindo-o conforme os resultados obtidos e as oportunidades nascentes de acumulação¹³³ (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 49; Hilferding, R., 1910[1985], p. 121-122).

A primeira implicação das mudanças destacadas acima é a transformação do capitalista industrial, comercial e bancário em capitalista acionário, monetário, cujo objetivo último é manter e valorizar sua riqueza que está sob a forma de títulos e ações. A segunda implicação é o estabelecimento de uma autonomia – ainda que relativa e restrita – entre o valor (e sua variação) do capital em função, e o valor (e sua valorização) de sua forma de representação, o capital fictício, não havendo nenhuma duplicação do capital¹³⁴. Por fim, com o desenvolvimento do capital fictício, altera-se a forma de remuneração do capital, que passa da forma lucro para a forma juro¹³⁵.

Por sua vez, o desenvolvimento das Bolsas de Valores (mercado de compra e venda de títulos e ações) estimula a constituição das sociedades anônimas como forma predominante de organização empresarial, e, portanto, o capital fictício como forma predominante de representação da riqueza para os capitalistas individuais¹³⁶. Tal aprofundamento se dará pelos seguintes motivos: i) mobilidade e liquidez, que os títulos e ações ganham nos mercados de compra e venda; ii) potencialização da alavancagem das

transformou-se agora num mero título de rendimento e lhe tirou a disponibilidade da produção ” (Hilferding, R., 1910[2008], p. 142-143).

¹³³ “Com efeito, a experiência demonstra que basta 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima, pois uma certa parte de pequenos acionistas, que se encontram dispersos, não têm na prática possibilidade alguma de assistir às assembleias gerais etc. A democratização da posse das ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos sociais-democratas oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a democratização do capital, o aumento do papel e a importância da pequena produção etc., é, na realidade, um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 49).

¹³⁴ “A ação é, pois, sem dúvida, um título de rendimento, um título de dívida sobre a futura produção, uma ordem de pagamentos de lucros. Uma vez que o lucro é capitalizado e a soma capitalizada constitui o preço da ação, o preço da ação parece conter um segundo capital. Mas é ilusão. O que existe de facto é o capital industrial e o respectivo lucro. Isto não impede todavia que esse ‘capital’ fictício exista para fins de cálculo e que seja tratado como ‘capital acionário’. Em realidade não é capital, mas apenas o preço de um rendimento (...)” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 114). Esta passagem, inspirada no terceiro volume de *O Capital* de Marx, ratifica a tese de que em Marx capital refere-se à própria relação social específica que se estabelece na produção e reprodução da vida material dentro do regime econômico e político burguês.

¹³⁵ “Onde prevalece a empresa por ações, a indústria será acionada, pois mediante um capital monetário cuja transformação em capital industrial deve render para os respectivos capitalistas não um lucro médio, mas apenas um juro médio” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 113)

¹³⁶ “(...) a existência da bolsa como mercado sempre acolhedor é o pressuposto para a transformação do capital industrial em capital fictício e da redução dos dividendos em juros” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 142-143).

empresas, estimulando a centralização de capital para grandes empreendimentos e operações de risco, aumentando a escala e o volume dos investimentos; iii) ampliação da diversidade de aplicação do capital, por meio da rapidez da negociabilidade, e de um conjunto variado e diversificado de ações e títulos; iv) intensificação da centralização de capital mediante associações monopolistas, estabelecidas através das fusões e aquisições, facilitadas pelas compras e vendas de ações. Desenvolver-se-ão, a partir deste aprofundamento, concomitantemente, operações de crédito de curto e de longo prazo (crédito de capital) e formas especulativas de valorização¹³⁷ (Hilferding, R., 1910[1985], p. 139-152).

Com o desenvolvimento das SAs e das Bolsas de Valores, portanto, eleva-se exponencialmente a mobilidade e a velocidade de valorização do capital. Adicionalmente, intensifica-se o atrelamento e o entrelaçamento entre as formas parciais de capital mediante a posse cruzada de títulos e ações entre diversas empresas. Ou seja, os bancos – anteriormente capital bancário – ou as indústrias – anteriormente capital industrial – passam a ter investimentos e aplicações em diversos setores (bancários, industriais e comerciais), atuando, na prática tanto como capital bancário, quanto capital industrial e comercial.

É somente a partir destes três elementos – constituição de grandes monopólios industriais e bancários, desenvolvimento do crédito de capital e fortalecimento dos bancos, e o desenvolvimento das Bolsas de Valores e SAs – que se torna possível entender o processo de constituição, o significado geral e o conceito forte de capital financeiro para os autores – uma forma superior de capital – enquanto fusão entre as formas parciais de capital, principalmente entre o capital bancário e industrial. O capital financeiro é a forma superior e mais avançada de capital, à medida que incorpora as formas parciais de capital; percorre, por meio das SAs e Bolsas de Valores, os ciclos parciais de valorização e cria grandes corporações e conglomerados por meio das fusões e aquisições; aproxima e estreita relações, mediante crédito de capital, entre os setores bancários e industriais; e controla o sentido, ritmo e a intensidade da acumulação de capital, por meio dos monopólios e das técnicas de produção e planejamento. Trata-se de uma fusão na essência, e não uma mera união formal ou jurídica:

¹³⁷ Para Hilferding 1910[1985] o crédito de curto e de longo prazo se potencializa por meio das bolsas, em função da negociabilidade dos títulos, com a possibilidade de realiza-los no curto prazo. Desta forma o mercado a prazo nas bolsas oferece a possibilidade de ampliação da oferta de crédito para os investimentos na ampliação da capacidade produtiva (p. 148).

“No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento D – D’, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento do capital. Com o capital monetário, é colocado à disposição dos capitalistas produtivos em ambas as formas de capital de empréstimos e capital fictício (...). Simultaneamente é cada vez mais eliminada a dependência do capital comercial, enquanto é anulada a separação entre o capital bancário e o capital produtivo em capital financeiro. Dentro do próprio capital industrial são suprimidos os limites das esferas individuais pela associação progressiva de ramos da produção anteriormente separados e independentes (...) Assim extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital a sociedade (...)” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 227)

“Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles na forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. (...) É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas (...). O capital financeiro desenvolve-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 219).

“Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria; tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 47).

“O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém enorme lucro, que aumenta sem cessar com constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira em proveito dos monopolistas” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 53).

As formas históricas e as modalidades de capital financeiro em cada país – setores menos concentrados na França, com predominância dos bancos na Alemanha, com o setor industrial atrofiado na Inglaterra frente aos mercados financeiros, ou sob a forma de trustes e grandes conglomerados industriais e financeiros nos Estados Unidos – alteram a dinâmica, mas não alteram a essência e nem as implicações oriundas do capital financeiro, a saber: maior poder de expansão e dominação do capital, maior união de interesses e união pessoal entre suas frações, maior concentração material, técnica e financeira, e maior mobilidade temporal, geográfica e morfológica do capital.

Este movimento histórico, a constituição de uma estrutura monolítica – na essência – de produção, financiamento e direção anunciada pelo capital financeiro, não

deixa de corroborar as tendências e hipóteses teóricas apresentadas por Marx em *O Capital*¹³⁸: concentração e centralização do capital, desenvolvimento acelerado das forças produtivas, aumento da composição orgânica e técnica do capital. Estas transformações inauguram para os autores, uma nova fase do capitalismo, a fase monopolista, ou seja, aquela que suprime a livre concorrência e que centraliza as decisões de valorização e acumulação nas mãos de um grupo restrito de pessoas, concentrando, assim, o poder político.

Adicionalmente, a busca desenfreada pela acumulação e valorização ganha um novo impulso que ultrapassa os limites nacionais e as formas puramente econômicas de concorrência. Por fim, mostraremos abaixo que a mobilidade temporal, espacial e morfológica do capital reduz consideravelmente as possibilidades de se colocar rédeas no sentido e na finalidade deste modo de produção. Pelo contrário, é o próprio Estado que se subordina às necessidades do capital financeiro e aos interesses dos oligarcas das finanças.

Abaixo, apresentaremos a concepção dos autores sobre o Estado, e suas transformações a partir da constituição do capital financeiro.

3.4. O Estado na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.

A intenção deste tópico será demonstrar a visão de Estado subjacente à esta interpretação, principalmente a partir das mudanças engendradas pela constituição do capital financeiro, na transição da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo. Como veremos, para tais autores (Lênin, Hilferding e Bukhárin), o Estado teve papel central para o desenvolvimento e constituição do capital financeiro, que, por sua vez, fortaleceu o poder da oligarquia financeira nos interstícios do Estado, passando a subordiná-lo às necessidades de valorização, acumulação e expansão desenfreada desta forma superior de capital, em âmbito nacional e internacional. Como consequência, alteraram-se quantitativa e qualitativamente as formas de intervenção do Estado na esfera econômica e social, que, ao aglutinar-se de forma subordinada ao capital financeiro, se tornando o agente de sua política.

¹³⁸ Ver o tópico III.2 deste trabalho.

Dividiremos esta exposição em três momentos: i) a rápida revisão quanto a concepção marxista de Estado; ii) a importância da intervenção do Estado, subordinada aos antagonismos de classe em nível nacional e internacional, para a constituição do capital financeiro; iii) a alteração das funções do Estado e sua aglutinação, de forma subordinada, com os interesses do capital financeiro na fase do capitalismo monopolista.

Como visto anteriormente, a concepção mais geral de Estado compartilhada pelos autores é herdada da visão do Estado desenvolvida por Marx e Engels¹³⁹ Nessa visão, o Estado é visto como uma instituição que surge, historicamente, do antagonismo de classes, oriundo da divisão social do trabalho e das relações sociais de produção. A constituição do Estado estará intimamente ligada à necessidade da classe dominante em subordinar a produção material e “espiritual” da sociedade em prol dos seus interesses, criando uma estrutura jurídica e militar que, apesar da autonomia restrita, busque, em última instância, perpetuar as relações políticas e econômicas existentes¹⁴⁰. Adicionalmente, a própria luta e o antagonismo de classes serão os elementos centrais para a definição do formato concreto do Estado em cada momento histórico.

Para Bukhárin (1919[1945]), o Estado burguês seria um instrumento de dominação mais complexo e poderoso em função das numerosas ramificações e tentáculos, tais como polícia, exército, cárceres, tribunais, juízes, escolas, igrejas e imprensa estatais (p. 36). Em suas palavras, a “burguesia compreende que não pode submeter a classe obreira somente com a força bruta. Sabe que é preciso moldar também o cérebro” (p. 40). Lênin (1918[1976]) corrobora a hipótese acima, apontando como característica do Estado burguês a constituição de uma necessária burocracia estatal e um exército permanente (p.30). Para este último, a possibilidade do Estado em se situar autonomamente acima das classes era muito restrita uma vez que, mesmo impedindo, em certas circunstâncias, que o antagonismo de classe colocasse em xeque as próprias relações de dominação, o Estado não poderia solucionar as contradições irreconciliáveis de classe, oriundas do desenvolvimento

¹³⁹ Ver tópico III.1 deste trabalho, p. 6-7.

¹⁴⁰ Bukhárin (1919[1945]) corroborou a tese de o Estado contribuir para a manutenção da dominação da classe dominante, buscando controlar não apenas a produção material, mas também a ideologia preponderante em cada momento histórico (p. 33). Numa outra obra - o Estado seria uma superestrutura sobre a base econômica, sendo também uma força ativa, uma organização atuante, que afiança todos os ângulos a base produtiva do qual emergiu. Portanto, a função do Estado não deixaria a de ser a de assegurar a ampliação das relações de produção que correspondem aos interesses da classe dominante (Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 14-15).

imane do modo de produção capitalista¹⁴¹ (p. 07). Portanto, a busca através do Estado, em certos momentos históricos, pela amortização da luta de classes dentro do regime burguês – do modo de produção capitalista – engendraria a formação de novas contradições entre classes sociais.

Analisadas as suas concepções mais gerais de Estado, adentraremos na importância do Estado na constituição do capital financeiro¹⁴². Rudolf Hilferding (1910[1985]) foi, dentre estes três autores, o que mais aprofundou a análise histórica dos motivos que levaram a alterações paulatinas das funções do Estado durante todo o século XIX. A chave para se entender tais mudanças esteve nas transformações das correlações de força entre classes sociais emergentes e consolidadas – nacionais e internacionais – com o desenvolvimento do capitalismo durante este período. Se entre meados do século XVIII a meados do século XIX a política livre cambista do *laissez-faire* – baseada na superioridade técnica e industrial inglesa¹⁴³ – aglutinava os interesses das classes industriais e trabalhadoras¹⁴⁴ inglesas e da classe aristocrata e comercial do continente europeu e de tantos outros países espalhados pelo mundo. Com a intensificação das relações capitalistas em países ou regiões comercialmente mais avançadas – Estados Unidos, França, e a então Prússia –, e a conseqüente formação e desenvolvimento de burguesias comerciais e industriais – mesmo que ainda relativamente incipientes frente aos industriais britânicos –, a política comercial vai se alterando para uma nova forma de protecionismo¹⁴⁵, e o Estado

¹⁴¹ “Según Marx, el Estado es un órgano de opresión de una clase por otra, es la creación del ‘orden’ que legaliza y afianza esta opresión, amortiguando los choques entre las clases. En opinión de los políticos pequeñoburgueses, el orden es precisamente la conciliación de las clases y no la opresión de una clase por otra. Amortiguar los choques significa para ellos conciliar y no privar a las clases oprimidas de ciertos medios y procedimientos de lucha para el derrocamiento de los opresores” (Lenin, V. I., 1918[1976], p. 07). Portanto, amortecer o choque não significa conciliar e eliminar a contradição e o antagonismo de classe imane do modo de produção, que se acumula com o desenvolvimento das forças produtivas para além das relações de produção subjacentes.

¹⁴² É importante ressaltar que do ponto de vista histórico, a mudança das características do Estado burguês, a constituição do capital financeiro e a formação da oligarquia financeira se deram concomitantemente, de forma recíproca e interdependente. Nossa análise busca uma compreensão deste movimento de forma separada (políticas de Estado, formação do capital financeiro, Estado enquanto agente da política do capital financeiro) com o intuito de melhor entender os processos históricos.

¹⁴³ Hilferding (1910[1985]) também aponta que a ascensão do *laissez-faire* está relacionada à luta contra o mercantilismo – frações do capital comercial – e o Estado Absolutista, transformando-se, portanto, numa luta pela liberdade econômica, em função dos interesses das frações de classe oriundas do capital industrial. Em função da superioridade técnica e econômica da Inglaterra, cuja produção industrial irriga um mercado maior que seu espaço geográfico nacional, o liberalismo econômico se impõe com mais força em relação ao continente (p. 283 e p. 319).

¹⁴⁴ A divisão internacional do trabalho baseado no *laissez-faire* sob a hegemonia industrial britânica levava, mediante o comércio internacional, à redução do custo de vida classe trabalhadora via queda no preço dos alimentos básicos.

¹⁴⁵ Para Hilferding (1910[1985]), esta nova forma de protecionismo estava associada a uma forma competitiva de estímulo ao desenvolvimento do capital industrial nos países economicamente mais atrasados frente à Inglaterra – Estados

passa a ser convocado para o processo de superação do atraso econômico destes países frente à potência britânica (p. 283-285).

De forma geral, o Estado destes países buscará vencer o atraso técnico, constituindo – pela força e pela educação – um operariado disciplinado, diretores e engenheiros, organizando a produção e a infraestrutura nacional, fomentando o desenvolvimento do crédito e das instituições bancárias – o capital bancário –, criando uma estrutura fiscal e tributária ampla, e desenvolvendo formas competitivas de protecionismos que estimulasse a indústria nacional (Hilferding, R., 1910[1985], p. 285). A aproximação entre bancos, indústrias e Estado será mais sólida, principalmente na Alemanha e nos Estados Unidos¹⁴⁶, potencializando a capacidade de expansão e acumulação do capital nestes países. Não por outros motivos, nestes países desenvolver-se-ão mais intensamente os cartéis, os trustes e os sindicatos patronais, tornando-se exemplos mais bem sucedidos da formação de capitais financeiros¹⁴⁷ (p. 286-288).

Assim – passando para o último momento da exposição –, a alteração das funções do Estado – como o aumento das funções reguladoras e maior intervencionismo nas atividades puramente econômicas – se dará concomitantemente e de modo interdependente com a constituição histórica do capital financeiro e, portanto, com maior

Unidos, Alemanha e França. Tratar-se-ia de uma forma de protecionismo preconizada por List – temporário educativo – cuja finalidade seria equilibrar a diferença entre o avanço da Inglaterra e o atraso específico do caso Alemão (p. 286).

¹⁴⁶ Em diversas passagens Hilferding (1910[1985]) destaca os Estados Unidos e a Alemanha como exemplos mais bem sucedidos de capital financeiro, em detrimento do relativo atraso industrial inglês e francês. (p. 288). O autor põe em pé de igualdade estas duas economias enquanto as mais avançadas, e em nenhum momento as hierarquiza, conforme se vê nos exemplos da nota de rodapé abaixo. Segundo o autor, o desenvolvimento industrial francês foi limitado frente aos casos mais bem sucedidos, em função das políticas de distribuição de terras que eram desfavoráveis para o desenvolvimento capitalista, além do sistema de famílias com dois filhos que impedia a constituição de um exército industrial de reserva amplo, a exorbitante política protecionista, a desmedida exportação de capital, e o sistema de rendimento baseado na pequena burguesia, nos pequenos agricultores e na indústria de luxo (rodapé nº 6, p. 288). No caso inglês o autor constata a dificuldade da cartelização neste país em função das políticas de *laissez-faire*, do seu pioneirismo industrial, da menor influência dos bancos sobre a indústria, e do mercado de capitais mais pulverizado frente ao alemão e ao norte-americano – sendo, este último, o caso mais emblemático de como o menor capital próprio dominara, via SAs, o maior capital alheio possível (p. 123; p. 188 rodapé ° 5, e p. 218).

¹⁴⁷ “A lei da heterogeneidade dos fins, contudo, comprovou mais uma vez sua eficácia. Não o país do livre comércio, a Inglaterra, mas sim os países protecionistas, a Alemanha e os Estados Unidos, tornaram-se modelos de desenvolvimento capitalista, quando se admite como o comércio, o grau de centralização e concentração de capital, portanto, o grau de desenvolvimento dos cartéis e trustes, o domínio dos bancos sobre a indústria, numa palavra, a transformação dos capitais em capital financeiro” (Hilferding, R. 1910[1985], p. 286). “Na Alemanha e nos Estados Unidos, são em geral, os diretores de banco que, em grande parte, expressam as comunidades de interesses da indústria, por meio das uniões pessoais; na Inglaterra, isso desempenha um papel secundário; ali a união pessoal se consuma mediante diretores das sociedades anônimas” (Hilferding, R. 1910[1985], rodapé nº 5, p. 188). “Essa preponderância de acumulação do capital nas mãos dos capitalistas individuais, um desdobramento precoce e, por assim dizer, orgânico do capitalismo inglês, não se deu nem no Continente, nem nos Estados Unidos” (Hilferding, R. 1910[1985], p. 287). “Apesar de essa diversidade ter surgido sobretudo do desenvolvimento capitalista mais atrasado e posteriormente na Alemanha, esta última união entre capital industrial e bancário tornou-se, em compensação, um fator importante no desenvolvimento da forma de organização capitalista superior na Alemanha e na América do Norte (Hilferding, R. 1910[1985], p. 288).

união de interesses políticos entre as frações do capital, em meio à formação de uma oligarquia financeira. Como será demonstrado adiante¹⁴⁸, a fusão entre as formas parciais de capital, a união pessoal que se estabelece entre dirigentes de vários setores da economia, implicaria, para os autores, em uma maior coesão de interesses da classe dominante frente ao Estado. Por sua vez, as políticas de intervenção estatal, a constituição de empresas públicas e mistas, e sua complementariedade com as empresas privadas e as relações de crédito e débito entre o setor público e o privado, vão aproximando as relações econômicas entre o Estado e o capital financeiro, nacionalizando e planificando – sobre bases capitalistas – o espaço econômico nacional (Bukhárin, V. I., 1917[1984], p. 65-67; Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 22-24).

“Todas as peças desse sistema, organizado em larga escala (cartéis, bancos, empresas do Estado), são objetos de incessante processo de integração. Tal processo acentua-se na medida em que se desenvolve a concentração capitalista. A ‘cartelização’ e a formação de empresas combinadas estabelecem, em seguida uma comunidade de interesses entre bancos que asseguram o seu financiamento. Por um lado, os bancos têm interesse em ver o fim da concorrência entre as empresas que eles financiam. Por outro lado, qualquer acordo entre banco facilita a aglutinação entre grupos industriais e financeiros, e vice-versa. Assim, diferentes esferas do processo de concentração e de organização estimulam-se mutuamente e fazem surgir forte tendência à transformação de toda a economia nacional numa gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas das finanças e do Estado capitalista (...)” (Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 66-65).

A aglutinação entre o capital financeiro e o Estado levará à constituição de uma forma de capitalismo monopolista de Estado (Lênin, V. I., 1918[1976], p. 31). Há um fortalecimento da máquina Estatal em seus aspectos militares, burocráticos, ideológicos e organizacionais, cujo sentido será garantir, no plano nacional e no plano internacional, as condições de acumulação e valorização do capital. A racionalidade econômica subjacente e a ideologia patriota então emergente passarão a relacionar-se mais diretamente com estes objetivos.

Se, por um lado, a profunda ampliação da mobilidade espacial, temporal e morfológica engendrada pelo capital financeiro reduz a capacidade de se colocar rédeas no sentido e a finalidade de sua acumulação e valorização, por outro, tal mobilidade e unificação dos interesses entre as classes dominantes subordina o Estado em prol dos seus

¹⁴⁸ Ver tópico III.4.

objetivos e leva a uma amplificação de suas funções reguladoras e intervencionistas. Estabelece-se, a partir de então, uma fusão organizativa entre a economia e a política, ou seja, a força econômica da burguesia passa a se ligar diretamente com sua força política, criando uma ligação mais direta e uma maior homogeneidade entre todas as formas de organizações e instituições burguesas: Estado, sindicatos patronais, cartéis, trustes, consórcios bancários, jornais burgueses e sociedades científicas (Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 21).

“Y en particular, el Imperialismo, la época del capital bancario, la época de los gigantes monopolios capitalistas, la época de la transformación de capitalismo en capitalismo monopolistas de Estado, revela un extraordinario fortalecimiento de la ‘maquina estatal’, un desarrollo inaudito de su aparato burocrático y militar, en relación con el aumento de la represión contra el proletariado, así en los países monárquicos como en los países republicanos más libres” (Lenin, V.I., 1918[1976], p.31).

O Estado, portanto, se torna o agente dos interesses do capital financeiro, levando à criação de formas mais agressivas de protecionismo, acirramento das rivalidades e intensificação da concorrência internacional, estimulando a exportação de capitais, implicando em lutas pelo controle territorial e áreas de influência – criando formas de dominação e dependência entre nações –, além de estímulos à militarização e a guerras imperialistas.

3.5. A Ordem Internacional na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding e Lênin.

Neste tópico apresentaremos a forma como os autores (Lênin, Hilferding e Bukhárin) interpretaram a ordem internacional, principalmente a partir da transformação da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo, engendrada pela constituição do capital financeiro. Mostraremos que, para eles, o Imperialismo¹⁴⁹ será a política necessária do capital financeiro e representará a própria relação de poder e dominação – exercida pela força – de uma parcela restrita de países economicamente desenvolvidos frente ao restante

¹⁴⁹ Como veremos mais adiante, para Lênin (1916[2008]), o Imperialismo seria mais que uma relação de poder e dominação entre países e povos, mas a própria síntese entre tal política e os elementos econômicos da fase monopolista do capitalismo (p.90).

de países e povos espalhados por todo o globo terrestre, criando uma forma de desenvolvimento desigual e combinado entre os Estados. Para estes autores, será no plano internacional que todos os antagonismos e contradições oriundas e desenvolvidas por este modo de produção alcançarão o seu clímax, levando a intensificação da barbárie e das catástrofes mundiais tais como expansão das desigualdades e ampliação das disparidades sociais e econômicas, expropriação e intensificação da exploração do trabalho na periferia, desarticulação dos espaços econômicos nacionais dos países periféricos e sua subordinação aos ditames do capital financeiro, além de guerras internacionais e convulsões sociais.

Como ponto de partida necessário, ressaltaremos a concepção teórica apresentada principalmente por Bukhárin (1917[1984]), sobre a tendência à internacionalização da vida econômica dentro do modo de produção capitalista, e da constatação, por parte de Lênin (1916[2008]) e Hilferding (1910[1985]), da existência de uma ordem econômica internacional assimétrica – ou desigual – antes mesmo da fase monopolista do capitalismo.

Retomando as ideias apresentadas por Karl Marx, Bukhárin (1917[1984]) demonstrou teoricamente em seu texto *A Economia Mundial e o Imperialismo* a necessidade de expansão do modo de produção capitalista para além das fronteiras geográficas, constituindo um verdadeiro mercado mundial por meio da luta entre os corpos econômicos nacionais entre si (parte) no plano internacional (todo). Para o autor, a divisão internacional do trabalho estaria subordinada a diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas entre países, implicando numa divisão do trabalho social – socialmente necessário –, criando uma interdependência econômica necessária entre as nações (p. 21). O intercâmbio internacional estaria, portanto, subordinado a essas características econômicas, além das naturais e geográficas (p. 24). Por sua vez, o desenvolvimento das forças produtivas e os progressos técnicos nos setores de transportes levariam, necessariamente, ao fortalecimento dos laços que ligam as economias nacionais entre si, aumentando a interdependência das partes no que tange a reprodução da vida material em cada unidade econômica¹⁵⁰ (p. 36).

¹⁵⁰ “A expansão dos laços comerciais internacionais passa assim a ligar a passos rápidos, e sempre mais solidariamente, as diferentes partes da economia mundial: soldam-se os domínios isolados, nacional e economicamente, de modo sempre mais estreito; e desenvolve-se, em ritmo sempre mais acelerado, em sua nova forma superior, não capitalista, a base da produção mundial” (Bukhárin N. I., 1917[1984]). “O monopólio, um vez que foi constituído e

Hilferding e Lênin observaram esta tendência de internacionalização da vida econômica antes mesmo da fase monopolista do capitalismo. Conforme pincelado anteriormente, em Hilferding (1910[1985]) a fase concorrencial do capitalismo – de meados do século XVIII até o último quarto do século XIX – esteve intimamente associada à hegemonia industrial britânica, e, portanto, à política do *laissez-faire* (internacionalmente), visto que associava a burguesia industrial comercial, industrial e a classe trabalhadora inglesa, com as elites agrárias e as burguesias comerciais do continente europeu e americano. O livre comércio daí decorrente era compatível com a existência de empresas atomizadas – principalmente no continente europeu e nos Estados Unidos – e da busca pelo barateamento do custo de vida da população e de produção – industrial e agrícola –, dentro de uma divisão internacional do trabalho preestabelecida (p.283-285). O vínculo principal que se estabelecia entre as partes nacionais era através da exportação de mercadorias, e as desigualdades econômicas e as relações de poder decorrentes do desenvolvimento assimétrico entre as nações eram de natureza menos antagônicas daquelas que serão estimuladas na fase monopolista do capitalismo¹⁵¹ (Lênin, V. I., p. 17-19 e p. 82-83).

Por sua vez, a dominação exercida pelos grandes monopólios capitalista intensificará os laços econômicos entre as nações, entrará em todas as esferas da vida material da sociedade¹⁵², levando a profundas relações de poder e dependência e a um desenvolvimento desigual e combinado entre os países¹⁵³. O aspecto inicial para o entendimento destas transformações é demonstrar como o capital financeiro conseguiu, concomitantemente, nacionalizar o espaço econômico e internacionalizar a concorrência capitalista, num patamar mais elevado e mais perigoso.

controla milhões e milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra particularidade” (Lênin, V.I., 1916[2008], p. 57).

¹⁵¹ “A política colonial e o imperialismo já existiam antes mesmo da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Mas as considerações gerais sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômicas-sociais, degeneram inevitavelmente as trivialidades ocultas ou em jactâncias, tais como a de comparar a grande Roma com a Grã-Bretanha. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro” (Lênin, V. I. 1916[2008], p. 82-83).

¹⁵² “O capital financeiro é sem sombra de dúvida a mais penetrante forma de capital – justamente a que, com a natureza, sofre do que antes se chamava de *horror vacui* e sente a necessidade de cobrir o ‘vazio’, não importa se se encontra em regiões ‘tropicais’, ‘temperadas’ ou ‘polares’, desde que o lucro transborde em quantidade suficiente” (Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 51).

¹⁵³ Quanto à discussão sobre o desenvolvimento desigual (e combinado) ver Lênin 1916[2008], p. 61, 69, e 126).

Conforme demonstrado no tópico acima, a interdependência entre a constituição do capital financeiro e a ampliação das funções intervencionistas e reguladoras do Estado levará a uma aglutinação das estruturas econômicas com as estruturas políticas da sociedade capitalista, por meio da subordinação do Estado aos interesses da oligarquia financeira¹⁵⁴. Formas mais agressivas de protecionismo¹⁵⁵ são desenvolvidas, ao passo que o surgimento de grandes monopólios – cartéis e trustes – os leva a controlar, paulatinamente, a produção e a distribuição da riqueza social no âmbito nacional. Assim, evidencia-se o descompasso cada vez mais latente entre a acumulação de capital promovida pelo capital financeiro e os limites do território econômico nacional¹⁵⁶(Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 97; Lênin, V. I., 1916.[2008], p.61).

Dentre os motivos destacados pelos autores para a expansão do capital financeiro para além das fronteiras nacionais neste momento histórico destacam-se:

i) A busca por taxas de lucro adicionais, o *superlucro*, ligada à lógica imanente da acumulação capitalista (Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 76; Hilferding, R., 1910[1985], p. 296);

ii) A busca por mão de obra excedente e barata, além da necessidade de obtenção de matérias primas para o processo de reprodução ampliada do capital (Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 85; Lênin, V. I., 1916[2008], p. 62; Hilferding, R., 1910[1985], p. 297);

iii) A constituição de um excedente de capital – superprodução de capital – que não encontra aplicação lucrativa no território nacional economicamente saturado pela acumulação (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 62; Bukhárin, N.I., 1917[1984], p.87);

¹⁵⁴ Ver tópico III.4., pg 33-34.

¹⁵⁵ “A vitória do protecionismo em 1879 significou, porém, o início de uma mudança na sua função, ao converter-se paulatinamente de tarifa educacional temporária em protecionismo dos cartéis” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 286). Assim, para Hilferding (1910[1985]) este protecionismo alterado levaria a uma estabilização dos cartéis nacionais via restrição do espaço econômico, ao mesmo tempo teria como resultado um recrudescimento da luta competitiva via guerra de preços e acordos alfandegários. Adicionalmente o protecionismo ao mesmo tempo que estimularia lucros extras nacionalmente, potencializaria a internacionalização do capital mediante dumping – financiado por estes lucros – e exportação de capital, como forma de superar os obstáculos oriundos das barreiras alfandegárias dos países protecionistas (p.294-299).

¹⁵⁶ “(...) constata-se a crescente falta de harmonia entre a base econômica social do mundo e a estrutura de classe específica da sociedade, na qual a própria classe dirigente (a burguesia) se acha dividida em grupos nacionais, com interesses econômicos, discordantes: grupos que, embora se contraponham ao proletariado mundial, atuam ao mesmo tempo, entre si, como concorrentes no processo de partilha da mais-valia produzida na totalidade do mundo” (Bukhárin, N. I., 1916[1986], p. 97).

iv)O Excessivo protecionismo que impele as economias nacionais a buscarem formas mais agressivas de concorrência internacional, para além da simples exportação de mercadorias (Hilferding, R., 1910[1985], p. 290-296; Bukhárin, N. I., 1917[1984], p.87-94 e p. 115-117).

Para os autores, a relação entre a constituição de grandes monopólios, nacionalização do espaço geográfico e sua relativa saturação, a busca de lucros adicionais e as políticas protecionistas irão alterar significativamente as relações econômicas internacionais. A característica essencial desta transformação estará na internacionalização contraditória da concorrência promovida pelos grandes monopólios nacionais através da exportação de capitais, sob a proteção dos Estados Nacionais economicamente mais avançados. Esta nova forma de expansão do capital terá profundas implicações econômicas e políticas¹⁵⁷.

A exportação de capital representa o próprio alargamento e o aprofundamento do desenvolvimento capitalista em todo o mundo (Lênin, V. I., p. 1916[2008], p.64). Valor destinado a gerar mais-valia no exterior, a exportação de capital submete diretamente – via exportação de capital produtivo, portador de lucro – ou indiretamente – via exportação de capital monetário, portador de juros – os países receptores ao modo de produção especificamente capitalista (Hilferding, R., 1910[1984], p. 296). A consequência mais imediata deste movimento será o estreitamento das relações entre os países exportadores e importadores de capitais, já que os cartéis, os trustes e os consórcios financeiros passam a controlar o sentido e a negociar o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista com países receptores, dado o tamanho e poder do seu capital frente aos países economicamente reduzidos e a sua atuação nos setores mais dinâmicos; ao passo que essa exportação de capital para além das fronteiras nacionais levará a uma subordinação política necessária entre os países, visto o risco de expropriação, a distância territorial e a diferença cultural e

¹⁵⁷ “O que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital (...). A Inglaterra é a primeira em se transformar em países capitalista, e em meados do século XIX ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a oficina de todo o mundo, o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os que deviam fornecer-lhes, em contrapartida, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra enfraqueceu no último quarto do século XIX, pois alguns outros países defendendo-se por meio de direitos alfandegários protecionistas, tinham se transformado em Estado capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões de monopólios de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 61).

jurídica. Nas palavras de Bukhárin, N. I., 1917[1984], os “capitalistas do país exportador acham-se muito interessados na ‘defesa’ de suas riquezas e dispostos a tudo para tornar possível preservar a continuidade de sua acumulação” (p. 92)¹⁵⁸.

Estabelece um processo de desenvolvimento desigual e combinado no qual uma pequena parcela de países exportadores de capitais em sua fase monopolista passa a buscar formas mais lucrativas de valorização em países em que o capitalismo esteja menos avançado. À forma material, financeira e tecnológica mais avançada de capital – o capital financeiro com a sua força oriunda do seu grau de concentração e centralização, e da sua mobilidade espacial, temporal e morfológica – se associará aos modos de produção economicamente mais atrasados, por conta das economias de custo provenientes de uma abundância de mão de obra barata, nativa e desorganizada, do excesso de matérias primas, da existência de terras férteis, livres pela expropriação e sem existência de renda fundiária, das relações diplomáticas assimétricas – políticas, econômicas e militares – e, em última instância, do domínio direto por meio da constituição de colônias e semi-colônias pelos Estados mais avançados. Se, por um lado, a exportação de capital desenvolve as forças produtivas e estimula o crescimento do mercado interno nos países receptores, por outro, as relações de produção estabelecidas, baseadas na excessiva exploração do trabalho e na espoliação dos nativos, restringem as possibilidades mais dinâmicas de acumulação de capital¹⁵⁹ (Hilferding, R., p. 298-302 e p.309).

O resultado geral do movimento destacado acima seria o estabelecimento de relações de dominação e dependência entre estes dois tipos de países, além da intensificação das disparidades econômicas e sociais.

“O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmos os Estados que gozam da independência política mais completa (...). Mas, compreende-se, a sua subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como caso intermediário. Compreende-se, pois, que a luta por es países semi-dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do

¹⁵⁸ Ver também Hilferding, R., 1910[1984], p. 299.

¹⁵⁹ “O capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial” (Lênin, V. I., 1916[2006], p. 97). “*Bajo el capitalismo es imposible un proceso uniforme de desarrollo económico de las distintas economías y los distintos Estados. Bajo el capitalismo, para restablecer de cuando en cuando el equilibrio alterado, no hay otro medio posible más que las crisis en la industria y las guerras en la política*” (Lenin, V. I., 1915[1961], p. 686).

capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava repartido” (Lênin, V.I., 1916[2008], p. 82).

Por sua vez a necessidade de se garantir as condições básicas para a acumulação do capital financeiro, somada ao concomitante processo de exportação de capitais das grandes potências econômicas, levará a um significativo acirramento da concorrência e das rivalidades internacionais. A força do capital financeiro, política e economicamente aglutinada nos interstícios do Estado, alterará as formas de luta, tornando-se mais agressivas e perigosas.

A disputa entre grandes blocos de capitais oriundos de países economicamente mais avançados, a força com que os monopólios – concentrados produtivamente e centralizados financeiramente – se digladiam no âmbito internacional, na busca por espaços lucrativos de acumulação, levará a um acirramento na disputa por territórios e áreas de influência. O resultado deste processo será a partilha do mundo pelos cartéis e grupos monopolistas internacionais¹⁶⁰ por meio de associações frágeis e instáveis (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 74; Hilferding, R., 1910[1985], 9.312); e a intensificação do domínio político e econômico dos países economicamente mais avançados sobre os países periféricos, aumentando sobremaneira a necessidade de proteção e supressão da concorrência estritamente econômica nestas áreas. A tendência à internacionalização do capital na sua forma mais avançada – o capital financeiro – se contrapõe à busca pela expansão e proteção do território por parte das grandes potências do centro¹⁶¹.

¹⁶⁰ Lênin, V. I. 1916[2008] apresentam um conjunto representativo de associações monopolistas no plano internacional, tais como os acordos internacionais estabelecidos entre os dois grandes trustes do setor elétrico – AEG da Alemanha e a GE dos Estados Unidos –; a partilha do mercado de petróleo entre dois grandes grupos financeiros – *Standard Oil Corporation*, *Rostchild e Nober* –; a divisão do mercado na marinha mercante entre *Hambnurg-Amerika*, Lloyd da Alemanha e o truste *Morgan* dos Estados Unidos (p.67-73). Bukhárin N. I., 1917[1984] é mais ilustrativo ainda, apresentando diversos exemplos de filiais desenvolvendo atividades econômicas em outros países economicamente avançados (p. 42), exemplos de aquisições de ações e títulos entre monopólios de diferentes nacionalidades (p. 42-43), de participação de grandes bancos no financiamento de empresas estrangeiras (44-45). Adicionalmente o autor apresenta diversos exemplos sobre a constituição de sindicatos e cartéis internacionais em diversos ramos: companhias marítimas, tais como a *Seling Shpowners Documentary Committe* – entre Alemanha, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e Noruega – e *International Marine Company* – entre grupos econômicos da Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra; diversos exemplos da indústria extrativa e metalúrgica, do setor elétrico, químico, têxtil, vidro e papel (p. 48-49). Adicionalmente, Bukhárin apresenta um conjunto de trustes internacionais que exercem influência direta no mercado mundial 1917[1984], tais como a *Standard Oil* – que possuía ações de 62 empresas e companhias holandesas, alemãs, francesas, russas e suíças –, a *Amalgamated Copper Company*, a *United States Steel Corporation* – visto para o autor como a mais importante sociedade de controle do mundo –, a *Reismuhlen und Handelsaktiengesellschaft* – com participação entre diversas firmas estrangeiras, e outros (p. 50-51).

¹⁶¹ Ao ressaltar a importância do tamanho do espaço econômico nacional para a acumulação de capital estabelecida pelo capital financeiro, Hilferding, 1910[1985] destaca a diferença existente entre os Estados Unidos e a Alemanha. Para o mesmo haveria uma tendência mais forte de internacionalização do capital e conquista de novos territórios por parte da Alemanha em função do tamanho do seu país quando comparado aos Estados Unidos. Neste país, o amplo território

Se estabelece, portanto, uma contradição entre a solidariedade de interesses entre os capitais financeiros oriundos dos países capitalistas avançados e sua busca pela ampliação dos espaços de acumulação e valorização, garantidas pelos Estados Nacionais. A teia complexa de interesses instáveis entre estes blocos de capitais faz, paulatinamente, com que concorrência entre grandes blocos monopolistas se transforme em rivalidades entre países economicamente mais avançados. Consequentemente, a partilha do mundo entre o capital financeiro oriundo de diferentes nacionalidades se transforma na partilha do mundo entre as grandes potências. Passam a se desenvolver armas concorrenciais mais agressivas, e a garantia dos espaços territoriais se torna mais necessária (Lenin, V. I., 1916[2008], p. 75; Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 98)¹⁶².

Os Estados Nacionais são convocados para intervir neste processo, garantindo pela força direta ou pela diplomacia os territórios necessários, subordinando e subjugando a autonomia dos países periféricos, criando cláusulas jurídicas e acordos comerciais mais vantajosos. A tensão que se estabelece entre os países economicamente mais desenvolvidos, e entre estes e os países periféricos em disputa – que com o tempo vão tomando consciência das relações internacionais de subordinação, exploração e espoliação – criará um ambiente internacional de conflitos e convulsões sociais, seja em função da conquista destes territórios, seja em função da busca pela emancipação nacional. A militarização e a iminência de guerras nacionais entre as potências e entre estas e os países periféricos tornam-se uma tendência inexorável (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 92 e 99; Hilferding, R., 1910[1985], p. 312).

O uso da força como condição necessária da concorrência se impõe, seja através da violência direta – guerras – seja através da violência indireta – controle financeiro e das condições de acumulação nos países receptores de capital –, intensificando

geográfico postergaria sua expansão mais agressiva, o que não o impede de destacar a preferência pelos países da América no que tange as exportações de capital (p. 308-310). Em suas palavras, “o movimento pan-americano que encontrou sua primeira expressão na doutrina Monroe está apenas no começo e ainda tem grande perspectiva em consequência da enorme supremacia dos Estados Unidos” (p. 308).

¹⁶² “Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, criação do maior território possível. Segundo, este é fechado pelas melhoras do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em áreas de exploração para as associações monopolistas nacionais” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 306).

as relações de subordinação e dependência entre os países, estimulando novos tipos de colonialismos¹⁶³.

Os autores, portanto, estabelecem um vínculo estreito entre constituição do capital financeiro, sua gigantesca força material e potência financeira, sua mobilidade espacial, temporal e morfológica, a aglutinação subordinada do Estado Nacional a seus interesses, a sua necessidade de expansão para além das fronteiras nacionais mediante a exportação de capitais, o acirramento da concorrência internacional, a busca por territórios geográficos que garantissem a acumulação e valorização desse capital a taxas elevadas, a fusão dos desníveis sociais entre países economicamente avançados e atrasados – culminando num desenvolvimento desigual e combinado –, a consequente partilha instável do mundo entre esferas nacionais do capital financeiro e entre Estados Nacionais desenvolvidos, e as necessárias relações de força, subordinação e dependência entre as nações, implicando na militarização e na potencialização de guerras entre os povos.

Pois bem, a categoria que representa a síntese deste vínculo, que sintetiza a própria política do capital financeiro, é o Imperialismo. Neste sentido, o Imperialismo significa o próprio clímax das contradições que se estabelecem entre o ultra desenvolvimento das forças produtivas – expressadas pelo capital financeiro – e apropriação privada – pessoal e territorial – da riqueza produzida e organizada mundialmente. A necessidade insubstituível de dominação e subordinação de povos e territórios espalhados pelo globo terrestre por uma parcela restrita de países comandados pela oligarquia financeira aglutinada nos interstícios de seus Estados Nacionais se relaciona com a busca incontrolável por espaços e condições de valorização oriundas da força e

¹⁶³ “Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema de produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está acontecendo é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são puramente econômicas ou extra-econômicas (por exemplo militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez pacífica) significa descer ao papel de sofista” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 74). “Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista forma, político, gozam de independência, mas que na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. (...)” (Lênin, V. I., 1916[2008], p.85-86).”

potencia do capital financeiro e sua mobilidade espacial, temporal e morfológica, e das condições mais acentuadas da concorrência e rivalidades no âmbito internacional¹⁶⁴.

O antagonismo entre a expansão desenfreada da produção e sua socialização em escala mundial e o aprofundamento das condições precárias de vida, da espoliação e exploração dos povos, da desarticulação política e econômica dos Estados periféricos, representa o próprio antagonismo inseparável entre ampliação concomitante da riqueza e da barbárie social. As catástrofes humanas decorrentes desta necessidade histórica são anunciadas: militarização, guerras imperialistas, convulsões sociais, revoltas e revoluções nacionais. As forças produtivas voltam contra a própria humanidade, tornando-se o seu contrário, colocando em xeque a existência da mesma, demonstrando o próprio processo de decomposição que representa a fase monopolista do capitalismo (Lênin, V. I., 1910[2008], p. 128-129).

Por fim, a estreita relação entre a constituição do capital financeiro e a consequente política de poder, dominação e subordinação exercida pela força direta ou indireta fará Lênin (1916[2007]) associar diretamente o Imperialismo com a fase particular do capitalismo em seu momento monopolista, que prepararia, ainda que de forma contraditória, as bases objetivas e subjetivas para uma sociedade superior.

“Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria-se dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas industriais, e por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (Lênin, V. L. 1916[2008], p. 90)

Abaixo apresentaremos as implicações políticas emergentes desta fase monopolista/Imperialista do capitalismo.

¹⁶⁴ “O imperialismo é uma política de conquista. No entanto nem toda política de conquista é imperialismo. O capital financeiro não pode realizar outra política. Isto explica porque, quando se fala de imperialismo como política do capital financeiro, está subentendido seu caráter de conquista” (Bukharin, 1984, pp. 107). “Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal de seu país domina completamente a nova região. Pois então é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado. Dessa forma, a exportação de capital atua em favor de uma política imperialista” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 302-303, grifos nossos).

3.6. Implicações Políticas na Tradição Marxista de Bukhárin, Hilferding, e Lênin.

Neste tópico final iremos abordar as implicações políticas que ascendem, para os autores desta Tradição Marxista, a partir da síntese dos elementos expostos nos tópicos anteriores. Tais implicações estarão diretamente associadas às transformações sofridas pelo capitalismo na transição de sua fase concorrencial para a sua fase monopolista, e nas mudanças no padrão de luta de classes que se estabelecem, paralelamente. Como mostraremos, a tese central levantada pelos autores será a de que, nesta fase do capitalismo as contradições, tensões e convulsões sociais dentro esse modo de produção ganham dramaticidade global, levando, em última instância, à incapacidade de se reforma-lo, implicando num padrão de luta de classes que polarizaria, de um lado, todas as frações da burguesia, sob a hegemonia da oligarquia financeira e sua capacidade de cooptação da aristocracia operária, e de outro lado, o restante da classe trabalhadora, situação que representaria a necessidade de superar o capitalismo por um sistema socioeconômico superior, mediante revolução de caráter socialista.

De início, abordaremos, como premissa fundamental, a forma como os autores interpretaram a transformação no padrão de luta de classes que ocorreu durante a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista. Novamente, Hilferding (1910[1985]) faz o movimento histórico desta transformação, apontando que na fase em que imperava a livre concorrência, a disputa entre a apropriação da mais valia entre as formas parciais de capital e entre a burguesia e a aristocracia agrária criava um padrão de luta de classes em que se tornava possível uma aliança política entre a classe proletária e os setores mais progressistas da burguesia, em detrimento da elite agrária, da burguesia usurária e comercial (p. 317-318). Para Lênin (Lênin, V. I., 1914[1961]). A luta contra os resquícios do antigo regime, contra um Estado autoritário e absolutista, impelia a uma unidade de classes entre frações da burguesia, o camponês e o proletariado emergente que implicava na possibilidade de reformas nacionais e democráticas nos marcos do capitalismo nascente (p. 623).

Mas, como já abordado nos tópicos anteriores, o processo de fusão entre todas as formas parciais de capital – principalmente entre o capital bancário e o industrial – para a

constituição do capital financeiro levou à formação de um de uma fração poderosa e superior da burguesia – a oligarquia financeira – que passa a controlar direta ou indiretamente os grandes monopólios, os cartéis e trustes, e, portanto, a ditar o sentido, o ritmo e a intensidade da acumulação de capital. Esta oligarquia financeira vai se formando *pari passu* ao desenvolvimento das associações monopolistas, dos trustes e dos cartéis, à expansão necessária do crédito de capital, e ao desenvolvimento das bolsas de valores e das SAs, além das formas diretas e indiretas de união pessoal. Ocorre um processo de uniformização do capital sob as altas finanças, no qual a separação entre proprietários e gestores, não elimina, mas antes reforça o poder desta oligarquia financeira – e dos *rentiers* pertencentes àquela oligarquia – frente às demais burguesias, agora fragilizadas e menos autônomas (Lênin, 1916[2008], p. 59; Hilferding, 1910[1985], p. 283)¹⁶⁵.

Assim, a consolidação do capital financeiro e seu monopólio sobre a produção e sobre o crédito implicará na dependência das elites agrárias e da pequena e média burguesia – industrial, comercial e bancária – às estratégias de valorização anunciadas pela oligarquia financeira. Neste sentido, o protecionismo, as hipotecas e os investimentos cruzados entre a agricultura e a indústria estreitarão ainda mais os laços entre as classes dominantes do campo e da cidade; ao passo que o desenvolvimento dos cartéis, das SAs – a possibilidade do pequeno capital comprar títulos e ações do grande capital –, das demandas específicas entre a grande empresa e a pequena indústria – forma subsidiária de produção – a política comercial, aproximarão os interesses entre a oligarquia financeira e a pequena e média burguesia (Hilferding, R., (1910[1985]), p. 320-323). Consequentemente, fortalecer-se-ão os sindicatos e associações patronais nos interstícios do Estado (Bukhárin, N. I., 1916[1984], p. 121) .

Será, portanto, o controle efetivo sobre as condições de reprodução ampliada da vida material na fase monopolista do capitalismo que facilitará a subordinação das outras frações da burguesia e instrumentalizará o Estado em função dos interesses políticos e das necessidades de acumulação da oligarquia financeiro.

¹⁶⁵ “É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 59).

Cria-se, para os autores, uma estrutura monolítica de interesses sob a hegemonia da oligarquia financeira, condição *sine qua non* para a subordinação aglutinada do Estado aos desígnios do capital financeiro. Conforme apresentado no tópico 3.4 deste trabalho, o Estado vai se transformando, paulatinamente, no agente da política do capital financeiro, estreitando suas relações de crédito e de criação de empresas mistas, protegendo em demasia o território nacional, subsidiando política e militarmente a exportação de capitais, constituindo áreas de influência, controlando direta e indiretamente territórios e colônias.

Vale ressaltar a transformação ideológica a partir do momento em que os interesses da oligarquia financeira se aglutinam política e economicamente nos interstícios do Estado. O processo concomitante de nacionalização do território econômico e da internacionalização da concorrência monopolista vai exigindo, paulatinamente, o fortalecimento do Estado Nacional e a emergência de concepções de mundo que garantissem, por um lado, a harmonia de classe no âmbito nacional, e por outro, a necessidade da política imperialista. Ascende de cima para baixo o patriotismo imperialista e conservador que, através de teorias baseadas na superioridade racial e civilizatória, ratifica as relações de dominação, subordinação e dependência entre Estados, e busca escamotear os antagonismos de classe nos países do centro mediante a insígnia da identidade nacional¹⁶⁶ (Hilferding, R., 1910[1985], p. 314-315; Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 154-156).

Lênin (1916[2008], p. 13-14) e Bukhárin (1917[1984], p. 157), também estabelecerão a relação entre o desenvolvimento e expansão do capital financeiro com o processo de cooptação das lideranças das classes trabalhadoras nos países centrais. Os superlucros, originários dos investimentos distribuídos em todo o globo terrestre, a partir da política imperialista, possibilitaram comprar e subornar – direta ou indiretamente – os dirigentes da classe trabalhadora, a aristocracia operária. Esta aristocracia passa a aliar e a

¹⁶⁶ “A superestrutura extra-econômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste, reforçam a tendência para as conquistas coloniais. O capital financeiro não quer liberdade, mas dominação” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 85). “Fundamentado economicamente, e justificado ideologicamente pelo natural desvio com relação à ideia nacional que não reconhece mais o direito de todas as nações à autodeterminação e independência política e que já não é, de acordo com o critério nacional, uma expressão da doutrina democrática de igualdade de todos aqueles que têm uma face humana” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 312). “A associação da classe operária com essa organização [o Estado imperialista] encontra sua expressão na ideologia do patriotismo operário (o ‘social-patriotismo’) e na ideologia de pátria, que a classe operária está obrigada a servir” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 154-156).

direcionar a ação política de sua classe aos interesses do capital financeiro, perdendo, aos poucos, o vínculo com os problemas mais graves sofridos pelos seus pares¹⁶⁷.

Por sua vez Hilferding (1910[1985]) demonstrou o impacto do crescimento acelerado da composição orgânica do capital na fase monopolista do capitalismo para a constituição de uma “nova classe média”, formada por empregados técnicos, cujo interesse na ascensão profissional teria como consequência imediata a redução da solidariedade de classe frente ao restante dos proletariados, e uma aproximação ideológica e cultural com a burguesia¹⁶⁸. Não obstante, o autor via a contradição que ascendia a partir da posição intermediária dessa “nova classe média”, visto que, se por um lado, o medo da proletarização, a postura pequeno-burguesa e a repugnância frente aos métodos de luta os afastava da classe trabalhadora, por outro, o acirramento da concorrência entre os trabalhadores, a constituição de grandes monopólios e o aperfeiçoamento técnicos na gestão e organização empresarial que os impelia na defesa dos seus direitos, seus cargos e salários, criava conflitos diretos e indiretos contra certas políticas do capital financeiro (p. 327).

É possível evidenciar que, para ambos os autores, a possibilidade de cooptação direta e indireta de frações da classe trabalhadora estava relacionada às possibilidades de expansão, valorização e acumulação que se estabelecia pelo capital financeiro, mediadas pelos Estados Nacionais Imperialistas, no plano internacional. E é neste plano que as tensões entre frações da burguesia de diferentes nacionalidades e entre a burguesia imperialista e as classes oprimidas, exploradas e espoliadas se dão mais intensamente.

Conforme abordado anteriormente, a expansão do capital financeiro para além das fronteiras nacionais levava a um controle direto e indireto do sentido, ritmo e intensidade da acumulação de capital nos países em que penetrava, criando situações de subordinação e dependência. Adicionalmente, a expansão do capital para áreas com reduzido desenvolvimento econômico gerava uma fusão entre níveis diferenciados de forças produtivas, ou seja, uma combinação entre os modos de produção especificamente capitalista, na sua forma mais avançada, com relações de exploração e espoliação

¹⁶⁷ “É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu próprio país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países avançados subornam-nos efetivamente, e fazendo mil e uma maneiras, diretas e indiretas, abertas ou ocultas” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 15).

¹⁶⁸ “(...) essa camada de empregados – com suas relações nos círculos do pequeno capital e com grande desenvoltura para a atividade pública – tem grande influência na formação da opinião pública. Têm entrada franca aos órgãos especificamente imperialistas os partidários da teoria racial –, são leitores dos romances de guerra, admiradores dos heróis coloniais, agitadores e claques do capital financeiro” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 327).

intensivamente bárbaras¹⁶⁹. A consequência política deste movimento para estes países será a associação entre a dominação pela força exercida necessariamente pelo Imperialismo e a incapacidade de se estabelecer reformas burguesas democráticas (Lênin, V.I., 1916b[1977])¹⁷⁰. Portanto, nestes países, as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista se darão com maior ênfase. O desenvolvimento das forças produtivas e a expansão do mercado interno não elevarão os salários e consumo das massas nas mesmas proporções, e não criará condições políticas mínimas para a participação da classe trabalhadora na democracia burguesa (Lênin, V. I., 1914[1961], p. 626-627 e p. 650-654). Em última instância o Imperialismo negaria as possibilidades dos povos e Estados periféricos em controlar, de forma autodeterminada, o sentido e a finalidade da acumulação em prol dos desígnios democráticos e nacionais.

As convulsões e revoltas de caráter social e nacional passam a se tornar recorrentes, as rivalidades imperialistas impulsionam os Estados para soluções bélicas, seja para libertar os espaços colonizados ou semi-colonizados, seja para garantir a ordem do capital financeiro¹⁷¹.

No centro do capitalismo, o acirramento da concorrência entre blocos de capitais financeiros implicaria na intensificação das rivalidades entre Estados Nacionais desenvolvidos e, portanto, na iminência de guerras entre essas potências. Tendo como pano de fundo a amplificação desta concorrência e seus impactos no processo de valorização do capital financeiro no plano nacional e internacional, o Estado Nacional, subordinado aos interesses da oligarquia financeira, seria “convocado” a atuar defensivamente – estímulos econômicos variados, protecionismos e tarifas aduaneiras – e ofensivamente – *dumping*, incentivos e garantias à exportação de capitais, anexações territoriais, esforços diplomáticos – em favor do capital financeiro nacional. A transformação das armas da concorrência e a necessidade de garantir os espaços ampliados de acumulação levariam as potências a alianças políticas efêmeras, ao aumento paulatino do poder estatal, e à militarização acelerada, mediante crescimento do orçamento de guerra, corrida armamentista, crescimento da indústria bélica e expansão dos recursos materiais e humanos – exércitos. A alteração da correlação de forças econômicas, políticas e militares entre as potências,

¹⁶⁹ O desenvolvimento desigual e combinado.

¹⁷⁰ Disponível online em www.marxists.org/português/1916/09/tendencia.html.

¹⁷¹ “Mas nos países recém-abertos, o capitalismo importado acirra por sua vez os antagonismos e excita a crescente resistência dos povos que disputam para a consciência nacional contra os invasores” (Hilferding, R. 1910[1985], p. 302).

decorrente da própria dinâmica contraditória deste modo de produção, seria o estopim para a reconfiguração geopolítica internacional mediante a guerra entre os grandes (Lênin, V. I., 1916[2008], pp. 83-84, 119-121; Bukhárin N. I., 1917[1984], pp. 17-118, 147)¹⁷².

A guerra, portanto, é a síntese de todas as contradições da fase monopolista/Imperialista do capitalismo, é o momento mais catastrófico da humanidade, uma vez que nega a sua própria existência, abrindo a brecha para convulsões e revoluções no centro e na periferia do sistema.

Os autores estabelecem uma relação estreita Imperialismo, dominação pela força bruta, rivalidades, guerras e revolução, uma vez que a barbárie social – misérias, desigualdades, fome, desemprego, violência – se impõe como uma consequência necessária. A polarização entre o capital e o trabalho, neste estágio, alcança um patamar inconciliável. A guerra aproxima e intensifica a luta de classe específica existente nos Estados imperialistas e a luta de classe específica existente nos países dependentes, subordinados e dominados. Se no plano interno a união entre as frações da burguesia – pequena e média – sob a hegemonia do capital financeiro e sua capacidade de cooptação, leva a uma polarização política entre os proletários não cooptados e todos os proprietários do capital, no plano internacional, a espoliação e extrema exploração dos trabalhadores nativos levam à polarização entre os trabalhadores e os excluídos contra os representantes do capital financeiro e suas alianças internas (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 158, Hilferding, R., 1910[1985], p. 342).

Por sua vez, a solução apresentada pelos autores – apesar de diversas e divergentes em certos aspectos – passaria por um conjunto de bandeiras e táticas políticas – a *práxis* – que rompessem o elo existente entre a necessidade de expansão do capital financeiro e sua necessidade de dominação e espoliação, ou seja, estratégias que buscassem não eutanásia impossível do *rentier* ou da oligarquia financeira, mas a superação da própria fase monopolista do capitalismo. Para os países periféricos, a “autodeterminação dos povos” sintetizava necessidade de se romper o elo existente entre o Imperialismo e a não

¹⁷² As guerras entre nações e entre povos se tornam um prolongamento e uma necessidade intrínseca da política do capital financeiro, ao mesmo tempo em que se cria, através dela, um espaço para a acumulação e valorização do capital, se tornando um excelente negócio na fase monopolista do capitalismo (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 120, 142, 146-178; Hilferding, R., 1910[1985], p.313-314).

concretude das revoluções democráticas e nacionais (Lênin, V.I., 1915[1961], p. 687; Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 108)¹⁷³.

Há, também, uma relação estreita estabelecida pelos autores entre a internacionalização da luta de classes, e seu aspecto específico nacional. A previsão era de que o estreitamento das relações econômicas entre os países criados pelo capital financeiro fizesse com que as revoluções surgidas a partir das especificidades de cada país as levassem para uma dimensão internacional, e estimulassem – seja pelo rompimento do elo econômico global, seja pela solidariedade política internacional e exemplo da luta de classe – revoluções ao redor do mundo, colocando em xeque a base de sustentação do parasitismo dos Estados Imperialistas. Logo, o objetivo último seria a transformação das guerras imperialistas em guerras civis, de caráter socialista, visto como a única forma de superar as contradições e antagonismos da fase Imperialista/monopolista do capitalismo¹⁷⁴.

Seria o extremo poder material, financeiro e tecnológico altamente concentrado nas “mãos” capital financeiro, sua mobilidade espacial, temporal e morfológica, a consequente incapacidade de se colocar rédeas no mesmo, sua aglutinação econômica frente ao Estado, e, portanto, a dominação política hegemônica da oligarquia financeira dos aparatos política estatais, sua instrumentalização frente aos desígnios de acumulação do capital financeiro para além da esfera nacional, as rivalidades entre capitais e países no plano internacional daí decorrentes, a consequente necessidade de dominação e subordinação – apresentando formas de dependência e colonialismos – para com a maioria dos povos e países espalhados ao redor do planeta, a militarização e a iminência de guerras

¹⁷³ “*La desigualdad del desarrollo económico y político es una ley absoluta del capitalismo. De que se deduce que es posible que el socialismo se triunfe primeramente en unos cuantos países capitalistas, o incluso en un solo país capitalista*” (Lenin, V. I., 1915[1961], p. 687). “*El proceso de la revolución del mundo comienza por los sistemas parciales de la economía mundial de nivel más bajo, donde es más fácil la victoria del proletariado pero más difícil la cristalización de las nuevas relaciones; la prontitud de inicio de la revolución es inversamente proporcional a la madurez de las relaciones capitalistas y al nivel del tipo de revolución*” (Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 110).

¹⁷⁴ “Isso não impede o proletariado de entender que a política imperialista generaliza a revolução que significa o capitalismo e, com isso, generaliza também as condições para a vitória do socialismo. No entanto, assim como a convicção de que a política do capital financeiro leva necessariamente a conflitos bélicos e, com isso, ao desencadeamento de tormentas revolucionárias, não pode levar o proletariado a desviar-se de sua cerrada oposição ao militarismo e à política de guerra – ele tampouco pode apoiar essa política porque, em definitivo, a política expansionista do capital é a mais poderosa promotora da sua vitória final. Muito pelo contrário, a vitória somente pode provir da permanente luta com essa política, porque só então o proletariado poderá ser o herdeiro do malogro que essa política necessariamente conduz (...)” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 342). “Em consequência da ruína mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que atravesse, não poderá terminar senão com a revolução proletária e sua vitória mundial” (Lenin, V. I., 1916[2008], p. 11). O capitalismo “levou a força do militarismo a um nível desconhecido. E jogou na arena histórica milhões de homens. As armas, entretanto, já se voltam contra ele. Despertadas para vida política, as massas populares, antes humildes e submissas, elevam cada vez mais sua voz. Moldadas em combates que lhes foram impostos de cima e habituadas a olhar de frente a cada momento, elas rompem com o mesmo ímpeto a frente da guerra imperialista, transformando-a em guerra civil contra a burguesia” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 160)

catastróficas que levariam os autores à conclusão da incapacidade de se reformar o modo de produção capitalista na sua fase Imperialista/monopolista¹⁷⁵.

Como consequência, iniciar-se-ia uma fase de parasitismo dos Estados avançados e paulatina decomposição desta sociedade, em função da redução contínua da capacidade civilizatória deste sistema socioeconômico. A concentração do poder político nas mãos da oligarquia financeira parasitária e financiadora oportunismo operário e o acirramento desenfreado da concorrência, as rivalidades interestatais e necessidades de guerras imperialistas levariam à sobreposição da barbárie social frente ao progresso material, e à subordinação do progresso técnico à lógica violenta de conquista e acumulação, fazendo com que as forças produtivas se voltassem contra as próprias condições de existência da humanidade¹⁷⁶. Em outras palavras, a guerra e a barbárie negariam as potencialidades civilizatórias engendradas pelo desenvolvimento técnico, científico e material intensificados pelo capitalismo, uma vez que estes passam a ser usados contra a própria humanidade, seja para produzir material bélico, seja para intensificar a exploração e espoliação do trabalho.

Por detrás da análise se encontraria a percepção de que neste momento histórico a união entre a dominação econômica e política do capital financeiro – por meio de sua oligarquia financeira – se tornaria muito mais estreita; e a tese de que a contradição entre o a relação social de produção baseada na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza social gerada agora internacionalmente e o ultra desenvolvimento das forças produtivas, representado pela constituição do capital financeiro, chegaria ao seu clímax, implicando na reprodução global e concomitante da extrema produção ampliada e

¹⁷⁵ No entanto, se o capital não pode desenvolver outra política que a imperialista, então o proletariado não pode contrapor à política imperialista uma política que foi a do tempo da hegemonia do capital industrial; não é próprio do proletariado opor à política capitalista mais avançada a uma política ultrapassada da era do livre-comércio e da hostilidade estatal. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro – o imperialismo – não pode ser o livre-comércio; só pode ser o socialismo” (Hilferding, R. 1910[1985], p. 343). “São menos frequentes, as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito de reconhecer o absurdo da ideia de reformar as características fundamentais do imperialismo. (...). Como a regulamentação reformista das bases do imperialismo é um engano, um voto piedoso, como os elementos burgueses das nações oprimidas não avançam, os burgueses da nação opressora recuam, para o servilismo em relação ao imperialismo encoberto com pretensões científicas (Lenin, V. I., 1914[2008], p. 112)”.

¹⁷⁶ “Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um numero cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de Estado-*rentier*, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais às custas da exportação de capitais e do corte de cupons. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países manifestam. Na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências” (Lenin, V. I., 1916[2008], p. 126).

socializada da riqueza e aprofundamento das catástrofes, misérias, convulsões e barbáries sociais. Daí a necessidade de uma ruptura violenta, da superação do capitalismo, ou seja, da revolução socialista.

“Elevando a concentração da produção a limites sem precedentes e criando um aparelho centralizado de produção, o capitalismo preparou, assim, ao mesmo tempo, as imensas equipes de seu próprio coveiro. No vasto conflito de classes, a ditadura do proletariado substitui a ditadura do capital financeiro. ‘Soou a hora da propriedade capitalista. Os expropriadores serão expropriados’” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 161).

“De acordo com sua tendência, o capital financeiro significa a criação do controle social da produção. Mas trata-se de uma socialização em forma antagônica; o domínio da produção social permanece nas mãos de uma oligarquia. A luta pela desapropriação dessa oligarquia constitui a última fase da luta de classes entre a burguesia e o proletariado” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 343).

“(...) então percebe-se com evidencia que nos encontramos perante uma socialização da produção, e não perante a um simples entrelaçamento, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constitui um invólucro que não corresponde ao conteúdo, que esse involucro deve inevitavelmente decompor-se; se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiada), mas que de qualquer modo, será inevitavelmente suprimida” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 129).

As citações expostas acima representam, portanto, a concepção de transitoriedade existente na interpretação destes autores frente ao modo de produção, capitalista na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão da riqueza material e socialização da produção criam condições objetivas para uma economia planificada que prescindia da exploração do trabalho; e na medida em que o aprofundamento da barbárie, das misérias e mazelas sociais cria condições subjetivas da necessidade de se construir uma sociedade mais justa e igualitária. A necessária e consequente luta de classes entre a burguesia e os proletários em todo o mundo, mediados pela *práxis*, se tornaria a premissa central desta transformação.

4. O Encontro Impossível

“Julgue-se, pois, a habilidade do socialismo pequeno-burguês que quer eternizar a produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, abolir a “antítese entre dinheiro e mercadoria” e, portanto, o próprio dinheiro, pois este somente existe dentro dessa antítese. Do mesmo modo poder-se-ia abolir o papa e deixar permanecer o catolicismo”.

“Quando se é burguês, não se pode fazer outra coisa senão ver na relação de antagonismo uma relação de harmonia e de justiça eterna, que ninguém permite valorizar-se às custas dos outros. Para o burguês, a troca individual pode subsistir sem antagonismo de classes; para ele são duas coisas totalmente disparatadas. A troca individual, tal como entende o burguês, está longe de assemelhar-se à troca individual tal como é praticada”.

“Os burgueses socialistas almejam as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas perigosas necessariamente decorrentes. Almejam a sociedade atual, eliminando, porém, os elementos da revolução e da dissolução. Almejam a burguesia sem o proletariado. Evidentemente, a burguesia concebe o mundo onde reina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora essa representação consolidando em sistemas mais ou menos completos. Quando exorta o proletariado a realizar esses sistemas para entrar na nova Jerusalém, no fundo exige somente que este se limite à atual sociedade, renunciando às representações odiosas que dela faz”.

Karl Marx

Este capítulo tem como objetivo apontar as principais divergências teóricas e prognósticas quanto ao futuro do capitalismo existentes entre Keynes e a Tradição Marxista que estabeleceu a relação entre o capital financeiro e o Imperialismo. Para tanto, iremos retomar de forma resumida algumas das concepções teóricas, prognósticos e proposições políticas levantadas pelos autores em questão.

A hipótese a ser defendida será a de que, por detrás das tentativas de aproximação aparente entre estes dois sistemas de pensamentos se escondem divergências insuperáveis, e que, portanto, o encontro entre estas duas concepções de economia e sociedade torna-se impossível sem a descaracterização completa ou parcial do arcabouço analítico formado por estas duas esferas de pensamento.

4.1. Capitalismo: Economia Monetária da Produção x Relação Social de Produção e Dominação.

No capítulo 2 procuramos evidenciar que, para Keynes, o capitalismo é um sistema econômico cuja centralidade está na existência do dinheiro enquanto ativo especial, em função da especificidade de seus atributos, conforme compartilhado por muitos autores. Paul Davidson (2007), referindo-se a Keynes, afirmou que a posse do dinheiro, ativo líquido, capaz de saldar dívidas e contratos no futuro, seria um colchão de segurança que protegeria o possuidor frente às mudanças imprevistas que poderia ocorrer no futuro (p. 79). Em última instância, o desemprego seria uma das consequências da existência de uma economia onde os contratos monetários “são usados para atuar num ambiente ‘*laissez-faire*’, e onde os empresários e as famílias valorizam o ‘fetiche da liquidez’” (p. 79).

No mesmo sentido, Cardim de Carvalho (1992) defendeu, reivindicando Keynes, que na economia monetária da produção, o dinheiro se tornaria um ativo cuja conveniência estaria na possibilidade de transportar poder de compra ao longo do tempo sem ter preocupações quanto a data futura do seu gasto.

“Thus a model that is adequate to capture the dynamics of wealth in such economies has to allow the decision maker to choose between monetary and

other assets and to develop the implications of this choice” (Carvalho, C., 1992, p. 79)

“In a world with private debts denominated in money, money is a safe asset for meeting such commitments” (Minsky, H., 2008, p. 70).

A teoria de Keynes, portanto, estaria preocupada em compreender como os detentores da riqueza alocariam seus ativos – riqueza/capital – com objetivo de valorizá-los, dado o ambiente incerto, intensificado pela existência do dinheiro.

Portanto, se o impulso original para a geração do emprego e da renda, via demanda efetiva, está localizado no mercado de ativos, onde os agentes escolhem como preferem manter sua riqueza a todo tempo, o problema central residiria na possibilidade de que este processo de alocação se concentrasse na demanda por um ativo não passível de produção ou substituição, qual seja, o dinheiro. Logo ele se contraporiria a todas as outras formas de riqueza, cuja posse impediria a formação de novos fluxos do mesmo.

Esta visão de capitalismo se opõe frontalmente a concepção marxista, já que esta busca entender a dinâmica deste modo de produção, sua gênese e seus impasses a partir das relações sociais de produção e reprodução subjacentes, na sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas. Como abordado no capítulo 3, os autores marxistas veem no capitalismo uma relação de produção e dominação antagônica, específica e transitória, cuja premissa seria certo estágio da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, implicando no processo de mercantilização da riqueza social, e do próprio trabalho. A característica central deste modo de produção, por sua vez, estaria no antagonismo entre monopólio privado dos meios de produção pela classe dominante – a burguesia – e o assalariamento forçado da classe dominada – o proletariado. A relação de dominação teria como base o próprio processo de exploração e subsunção formal e real do trabalho que se dá na esfera da produção do capital.

É sobre estas bases que a lei do valor-trabalho se metamorfoseia em lei de valorização do capital, na medida em que esta estrutura social cria a necessidade da apropriação do trabalho não pago – extração da mais-valia – como forma de remuneração do capitalista, e que se intensifica pela concorrência, desenvolvendo consideravelmente as forças produtivas. As consequências últimas deste processo seriam a expansão concomitante da riqueza material – mediante a concentração e centralização de capital, e

revoluções nas técnicas produtivas – e da barbárie social – consequência do aumento da composição técnica e orgânica do capital, da redundância relativa do trabalho vivo, do crescimento da superpopulação relativa e da concentração da riqueza e propriedade.

Para esta interpretação as categorias econômicas – burguesas – são antes expressões destas relações sociais de produção e reprodução que se estabelecem entre e intra classes sociais antagônicas. Há, portanto, uma preocupação tanto em Marx e Engels, quanto nestes autores marxistas (Lênin, Hilferding e Bukhárin) em desenvolver estas categorias de forma não fetichista¹⁷⁷. E a categoria que representará a totalidade deste modo de produção será a categoria capital, entendida enquanto valor que se valoriza, expressão de uma relação social de produção e reprodução em que o trabalhador é necessariamente submetido à lógica de acumulação privada e continuamente ampliada de riqueza, que se manifesta sob a forma monetária.

Em Marx (1885[1978]), a categoria capital somente existe à medida que se manifesta sob formas transitórias, a saber: a forma dinheiro, a produtiva – capital constante e variável –, e a forma mercadoria (p. 27). Ou seja, a reprodução global deste modo de produção implica na necessidade do capital em geral percorrer um ciclo permanente e necessário para a sua valorização, transformando-se continuamente em capital-dinheiro, capital-produtivo, e capital mercadoria. As esferas da produção e da circulação do capital se encontram indissociáveis¹⁷⁸ (p. 90).

Portanto, o dinheiro em Marx não é a categoria mais importante, ao passo que está subordinada à categoria capital¹⁷⁹. Apesar de ser a expressão do valor-trabalho em sua forma mais geral e abstrata – na medida em que abstrai a forma concreta e útil do trabalho socialmente necessário –, o processo de valorização do capital (D – M – D´) pressupõe a

¹⁷⁷ Entenderemos o conceito de fetiche enquanto uma inversão de atributos, um processo pelo qual se passa a atribuir valores e características àquilo que não possui.

¹⁷⁸ “*El proceso en su conjunto se presenta como una unidad del proceso de producción y del proceso de circulación; el proceso de producción sirve de mediador del proceso de circulación, y viceversa (...). La reproducción del capital em cada una de sus formas y em cada una de sus fases presenta la misma continuidad que las metamorfoses de estas formas y el curso sucesivo a través de las três fases. Por tanto, aquí el ciclo em su conjunto constituye una unidad real de sus três formas*” (Marx, K., 1885[1978], p. 90-91).

¹⁷⁹ Esta crítica é compartilhada inclusive por Dillard, D. (1954), autor que tentou aproximar as visões e interpretações de Marx e Keynes. Para o mesmo, a transição da teoria do dinheiro de Keynes para uma teoria do capital foi inconclusa. Sua teoria monetária, enquanto focada nas transformações nas taxas de juros e, portanto, nos níveis de investimento, do emprego e da renda, não contemplou enfaticamente o fluxo do dinheiro na esfera produtiva e a sua metamorfose constante entre si e os recursos produtivos. Assim, a teoria do capital estaria subordinada a teoria monetária, já que o dinheiro, para Keynes, seria mais uma forma de alocação da riqueza, dentre outras possíveis. Em suas palavras, “*the money is not another form of wealth; it is the standard of wealth economy and the universal objective of business activity*” (pg 30)

constante circulação do dinheiro enquanto capital, circulação necessária para a própria circulação da mercadoria, para o assalariamento e exploração da força de trabalho e para a aquisição dos meios de produção¹⁸⁰.

Nesta leitura o dinheiro é visto como uma forma-valor complementar – parte da totalidade – frente a outras formas de riqueza, e não como o seu oposto. Ela se torna seu oposto apenas a medida que é a representação geral e abstrata da riqueza social, dado a representação específica e concreta da riqueza existente em cada mercadoria¹⁸¹.

Portanto, tanto Marx quanto esta Tradição Marxista veem no dinheiro a expressão de relações sociais que está subordinada à categoria capital, não definindo a priori, tal como Keynes, sua relevância a partir de suas funções ou particularidades. Contrariamente, Marx mostra como tais particularidades vão emergindo do desenvolvimento mesmo destas relações, de como o valor vai se abstraindo da sua forma concreta e útil, alcançado uma forma geral, expresso monetariamente¹⁸².

“A moeda não é uma coisa, é uma relação social (...). Proudhon não teria reconhecido que essa relação é um elo e, como tal, está intimamente ligado a todo o encadeamento de outras relações econômicas, e que essa relação corresponde a um modo de produção determinado, nada mais nada menos que a troca individual. O que ele faz? Começa a separar a moeda do conjunto do modo de produção atual, para fazer dela mais tarde o primeiro membro de uma série imaginária, uma série que precisa ser reencontrada” (Marx, K., 1847[2007], p. 109).

Logo, Keynes não conseguiu olhar para além das categorias econômicas burguesas reificadas. Esse fato fica evidente quando o mesmo define capital como qualquer ativo que tenha o preço de demanda superior ao preço de oferta, mediada pela sua escassez

¹⁸⁰ Segundo Germer, C. (1996), o “capital também expressa uma relação social, mas não é um objeto simples, como o dinheiro, representado por D, mas um movimento continuamente repetido, representado por D – M ... P ... M' - D', isto é, valor em processo de valorização” (p. 65).

¹⁸¹ Além disso, seria a própria natureza contraditória deste modo de produção – como destacado no tópico 3.2 deste trabalho –, explicitada nas crises, que levaria o mesmo a periódicas rupturas no processo de circulação do capital, implicando numa concentração pela demanda por dinheiro, de um lado, e num excesso de oferta de mercadorias, por outro. Aqui a posse do dinheiro é antes consequência dos problemas relacionados às condições de realização e valorização do capital do que a causa mesma da crise. Adicionalmente, se a crise leva à concentração da demanda por dinheiro e compromete a reprodução das relações sociais subjacentes a este modo de produção, ela também é funcional ao capital uma vez que repõe as condições de valorização, e, portanto, as contradições numa num patamar superior (Marx, K., 1894[1978], p. 247).

¹⁸² “Assim, enquanto o capital constitui uma categoria que engloba as esferas da produção e da circulação, a categoria dinheiro é própria apenas da esfera da circulação. Os fenômenos que se dão na esfera da circulação são indispensáveis à existência do capital mas não caracterizam especificamente o capital.(...). O capital portanto, além de englobar as esferas da produção e circulação do valor, engloba as suas formas dinheiro e mercadoria, que são apenas formas distintas do valor. Assim o dinheiro é nitidamente elemento do capital, não podendo ser confundido com o capital nem erigido em categoria superior a este” (Germer, C., 1996, p. 67).

relativa, e quando coloca o trabalhador em pé de igualdade com a atividade empresarial enquanto fontes do valor, confundindo a propriedade dos meios de produção e o assalariamento do trabalhador com a própria divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Não vê, portanto, as relações de poder que se estabelecem na esfera da produção, mas apenas assimetrias e desigualdades no processo de alocação dos ativos por parte dos detentores da riqueza e suas consequências macroeconômicas.

Ao derivar a incerteza e a instabilidade deste sistema econômico à existência de um ambiente futuro incognoscível, que é potencializado pela existência do dinheiro, Keynes pouco enfatizou o constante revolucionamento das condições materiais de produção ditados necessariamente pela concorrência, que impede qualquer tentativa de estabilização permanente deste modo de produção, tornando-se mais agressivo e instável a partir da constituição dos monopólios.

Ao enfatizar em demasia a esfera da circulação do capital (realização e distribuição), Keynes não deu conta de explicar em sua totalidade a natureza contraditória deste modo de produção que emerge das relações sociais antagônicas estabelecidas pela síntese entre as duas esferas (circulação e produção). Há, portanto, uma complementariedade entre os deslizes teóricos cometidos por Keynes, a saber: centralidade no dinheiro para a explicação da natureza específica do capitalismo, foco excessivo na esfera circulação do capital, pouca ênfase dada à concorrência e reificação das categorias econômicas burguesas.

Não por outros motivos, o autor denunciará como causa última das mazelas vividas no capitalismo de seu tempo os problemas morais e individuais, relacionados ao individualismo e ao amor excessivo pelo dinheiro, e não às próprias relações sociais em que dinheiro ascende enquanto equivalente geral. Eliminar a função reserva de valor do dinheiro sem eliminar a própria relação capital nos parece impossível dentro da abordagem marxista.

4.2. Hipertrofia do Sistema Financeiro x Constituição do Capital Financeiro.

A principal característica do capitalismo na transição do século XIX para o XX, segundo Keynes, seria o processo de “hipertrofia” do sistema financeiro. A sua interpretação do capitalismo no que tange a instabilidade deste sistema econômico está intimamente ligada à forma como o mesmo aborda o sistema financeiro. Sua teoria de alocação de ativos tem por detrás uma análise de como os agentes detentores da riqueza organizam constantemente seus investimentos e aplicações no mercado de valores.

Segundo Cardim de Carvalho (1992) a estrutura agregada proposta pela TG reconhecera dois tipos de ativos: o dinheiro e os “bônus”. Enquanto o primeiro incluiria ativos de curto prazo onde a apreciação de capital não seria elemento relevante, o último incluiria todos os tipos de ativos de longo prazo – inclusive bens de capital (p. 98). O significado desta abstração será a constatação de que o investimento produtivo se organiza na bolsa de valores, por meio da emissão de ações e títulos de longo prazo, que pagam um certo rendimento fixo ou variável.

Mas se por um lado a organização do investimento é potencializada na bolsa, em função do processo de ‘socialização’ da poupança privada, por outro, ela é limitada pela existência da classe rentista, os inversionistas e especuladores, cujo objetivo seria lucro imediato, sem ter qualquer relação direta com a produção e distribuição da riqueza. Para Keynes esta classe seria formada por prestamistas e proprietários do capital em sua forma monetária.

Assim, na tentativa de prever a psicologia dos mercados, influenciando e antecipando as atitudes de manada, tais atores atuariam a partir de expectativas futuras quanto ao valor das taxas de juros, dividindo-se entre altistas e baixistas. Tal atitude levaria ao aumento da volatilidade das expectativas de retorno futuro e das próprias taxas de juros, diminuindo o horizonte de conhecimento, ou seja, elevando o grau de incerteza¹⁸³.

¹⁸³ Shackle (1976) chega a comparar o mercado de valores como um jogo de azar em que os altistas e baixistas estariam disputando a maior variação possível dos preços dos ativos. Em sua perspectiva a variação dos preços dos bônus dependeria de um impulso especulativo com pouca base racional, sendo expectativas puras, cujas alterações poderiam ocorrer de forma rápida e súbita (p. 213-216). “(...) *El mercado es primordialmente un campo de juegos donde el precio de los bonos se eleva a baja en virtud de la veleidat de una inquietud especulativa pura, y desde aquí, particular de la incertidumbre de la vida en general (...)* (Shackle, G. L.S., 1976, p. 216).

A lógica de atuação destes agentes estaria pautada pela valorização especulativa dos ativos, dos estoques de riqueza, cuja volatilidade basear-se-ia no próprio ambiente incerto frente ao futuro. Este cassino – mercado de valores – estaria sujeito a influências variadas, diretas e indiretas, com rápido efeito (Shackle, G. L. S., 1976, p. 220).

“Un mercado especulativo no opera buscando un ajuste estable a un conjunto de condiciones gobernantes extrañas a él mismo. Un mercado especulativo es inherentemente inquieto (...)”(Shackle, G. L.S., 1976, p. 216).

Portanto, a forma de atuação da classe rentista, ou seja, da classe prestamista, possuidora dos títulos, hipotecas e ações preferenciais na esfera da circulação financeira seria o elemento decisivo para a criação de novo fluxo de riqueza real, visto que influenciaria as expectativas futuras e a taxa de juros, e o horizonte de cálculo empresarial. Nesta perspectiva, a subordinação da circulação industrial á circulação financeira representaria a própria subordinação do empreendedor ao inversionista, rentista e especulador.

Keynes, desta forma, vê a crise do capitalismo enquanto uma oposição entre o capital especulador, rentista, e o capital empreendedor, produtivo, que contribui, inclusive, com o processo criação da riqueza com o seu trabalho específico. É a tensão existente entre estas duas formas de capital, uma mais líquida, e outra mais física, que explicaria, em última instância, a crescente instabilidade do capitalismo. A circulação industrial, geradora de emprego e renda, poderia ser interrompida uma vez que os agentes concentrassem sua demanda num estoque de riqueza líquido. O ritmo e a intensidade desta circulação industrial dependeriam da relação travada entre o ‘capital especulativo’ e rentista, e o ‘capital produtivo’ e empreendedor nas bolsas. A busca incessante pela valorização no curto prazo do primeiro poderia interromper a valorização do segundo. Isto representaria uma espécie de “hipertrofia” do sistema financeiro, para além das suas funções amplificadoras do investimento produtivo.

Esta dicotomia entre o investimento produtivo e o investimento especulativo, entre o empresário e o *rentier*, e entre as altas finanças e a produção, é suprimida nesta Tradição Marxista, na medida em que o modo de produção capitalista vai constituindo uma forma superior de capital, o capital financeiro.

Como demonstrado no tópico 3.3, este representaria a própria fusão entre as formas parciais de capital – principalmente entre o capital bancário e industrial – na fase monopolista do capitalismo¹⁸⁴, representando uma profunda concentração e centralização material, técnica e financeira do capital, dando-lhe maior mobilidade espacial, temporal e morfológica. Trata-se de uma fusão na essência, e não uma junção formal ou jurídica aplicável apenas a um país específico – a Alemanha –, como preconizam alguns leitores de Hilferding, Lênin e Bukhárin.

Para respondermos a este tipo de contestação será necessário, em primeira instância, adentrarmos nos exemplos históricos apresentados pelos autores em seus textos; e em última instância, nas nuances teóricas de algumas categorias marxistas, a saber: conceito de monopólio e as formas parciais de capital.

Partindo dos exemplos históricos levantados pelos autores, constatamos que Bukhárin (1917[1984]) foi, entre os três supracitados, o que mais apresentou exemplos históricos de empresas monopolistas e suas formas de associações nacionais e internacionais. Ele demonstrou estatisticamente, por exemplo, que a indústria pesada e as vias férreas dos Estados Unidos foram os setores que mais cresceram em comparação aos países mais avançados dos Europa (p. 29). O autor também apontou exemplos franceses, ingleses e alemães de exportações de capital, além de presença de filiais de empresas estadunidenses na Europa¹⁸⁵ (p. 40-42). Quanto aos trustes, o autor levantou as empresas norte americanas como os principais exemplos, principalmente no setor de petróleo (*Standard Oil*), elétrico (*General Elétric*) e aço (*United Steel Corporation*)¹⁸⁶ (p. 50-51). O autor também demonstrou que os monopólios representavam uma ampla parcela da produção nacional na França, na Inglaterra, e principalmente na Alemanha e nos Estados

¹⁸⁴ Adicionalmente procuramos demonstrar que, para os autores, a constituição do capital financeiro passaria por três momentos: i) desenvolvimento dos monopólios capitalistas sob a forma de trustes, cartéis e associações patronais; ii) desenvolvimento dos bancos e do sistema de financiamento (crédito) de longo prazo, unificador dos interesses entre o setor bancário e setor industrial; iii) desenvolvimento das sociedades anônimas e das bolsas de valores, e a conseqüente socialização do capital entre os capitalistas, diversificação e mobilidade dos investimentos e posse cruzada de ações e títulos entre os capitalistas.

¹⁸⁵ As principais empresas estadunidenses apontadas por Bukhárin (1917[1984]) neste processo foram a *Wastinghouse Eletric Co* (transmissão elétrica) e a *Diamond Matsch Co* (fósforo). As principais empresas alemãs destacadas foram a *Walhoff* (Celulose), *Carl Schlenk* (tinta), e *Vaziner Papier Fabrik* (tinta) (p. 42).

¹⁸⁶ A *Standard Oil*, do grupo Rockefeller, controlaria, mediante a posse de ações, aproximadamente 62 empresas de origem americana, alemã, italiana, russa e sueca. A *United Steel Corporation* seria a sociedade de controle mais importante do mundo, fundado por J. P. Morgan e Elbert H. Gary, com a fusão entre a *Carnegie Steel Company*, a *Federal Steel Company* e a *National Steel Company*. J. P. Morgan também estaria por detrás da constituição da *General Eletric*, criada pela fusão entre a *Edson General Eletric* e a *Thomson-Houston Eletric Company* (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 50-51).

Unidos (p. 60-61)¹⁸⁷. Por fim, quanto aos bancos, Bukhárin apontou que se na Alemanha, em 1908, o crédito e a retenção de ações eram monopolizados por seis bancos, nos Estados Unidos, oitenta e nove pessoas, representantes de dois bancos (o *City Bank* e o *J.P. Morgan*), ocupavam mais de dois mil cargos de diretores em diferentes indústrias¹⁸⁸ (p. 64-65).

Por sua vez, já no início do seu texto clássico sobre o tema, Lênin (1916[2008]) apontou os Estados Unidos e a Alemanha como exemplos mais bem sucedidos de capitais financeiros, frente a França e a Inglaterra¹⁸⁹. Se em 1905 a Alemanha tinha 385 cartéis que comandavam 12000 empresas, concentrando mais metade a força motriz a vapor e da eletricidade do país, haveria, nos Estados Unidos, 250 trustes cuja produção de suas companhias representava quase 79% da produção total em 1909 (p.22). O autor também levantou que se na Alemanha os seis maiores bancos tinham representações em 344 sociedades industriais e em 407 conselhos administrativos, nos Estados Unidos os trustes bancários eram representados por dois grandes bancos, o *Rockefeller* e o *Morgan*¹⁹⁰ (p.39-41). Quanto às emissões de ações, o autor destacou os Estados Unidos como líder deste processo, analisando sua importância na formação dos trustes, tais como os do aço e açúcar (p. 53 e 59). Quanto às associações monopolistas Lênin dá como exemplo a relação entre os dois grandes grupos monopolistas do setor elétrico do mundo, a *AEG* (da Alemanha) e a *GE* (dos Estados Unidos)¹⁹¹, além das associações no setor de petróleo (entre *Rockefeller* dos EUA, *Rostchild* da Inglaterra e *Nobel* da Suécia), transportes marítimos e carris de ferro.

Também é possível levantar diversos exemplos históricos de outros países para além do caso alemão no livro do tão contestado Hilferding (1910[1985]). Se, em seu

¹⁸⁷ Nos Estados Unidos, em 1910, aproximadamente 50% da produção estava nas mãos dos trustes, que produziam 54% dos vidros, 60% de livros e papéis, 62% dos alimentos, 72% das bebidas, 77% do aço, 81% de bens químicos e 84% de ferro fundido. Na Alemanha, em 1905, os cartéis controlavam 54% da produção de hulha, 44% da produção de aço, 70% da produção do açúcar e 40% da geração de eletricidade. Na Inglaterra os monopólios e associações estavam constituídos nos setores de cimento, bebidas, álcool, tapeçaria, cabos, sal, tintura, algodão e tabaco. Já na França os setores monopolizados eram os de petróleo, têxtil, químico, de pedra, e agrícola.

¹⁸⁸ Os exemplos de Bukhárin quanto às associações internacionais estão no tópico III.5 deste trabalho.

¹⁸⁹ “Desses quatro, dois – Inglaterra e França – são países capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colônias; os outros dois – Estados Unidos e Alemanha – são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 60)

¹⁹⁰ Para o caso francês, Lênin (1916[2008]) apontou que quatro bancos teriam o monopólio absoluto na emissão de valores (p. 53-54).

¹⁹¹ O autor apresenta as participações acionárias destas empresas e mostra que estas associações dividiram o setor em escala mundial, cabendo à *AEG* a exploração de países como a Alemanha, a Rússia, a Holanda, à Dinamarca, a Suíça e os Balcãs, e à *GE* a exploração dos Estados Unidos e Canadá (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 68-69).

trabalho, os exemplos históricos da Alemanha correspondem a mais de cinquenta passagens, os da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos correspondem a mais de trinta e cinco, dez e vinte passagens respectivamente¹⁹². Em nenhum momento o autor apontou a Alemanha como o caso mais bem sucedido de capital financeiro. Do contrário, em diversas passagens o autor colocou este país em pé de igualdade com os Estados Unidos, sendo ambos os exemplos mais dinâmicos de capitalismo em seu tempo, onde a fusão entre o capital bancário e industrial foi mais profunda¹⁹³. Adicionalmente ele explicitou as diferenças e as especificidades entre os capitais financeiros existentes entre a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos.

Nesta análise, a França e a Inglaterra seriam exemplos em que a constituição do capital financeiro se deu de forma menos intensa frente à Alemanha e aos Estados Unidos. O autor buscou mostrar que no caso inglês o pioneirismo econômico na fase concorrencial do capitalismo teria estimulado uma forma de concorrência baseada no *laissez-faire* econômico, retardando a concentração e centralização do capital em diversos setores, levando a uma maior autonomia relativa entre os bancos e a indústria (rodapé nº 5, p. 188). Já no caso francês, este retardamento deveu-se ao igualitarismo econômico baseado, entre outras coisas, na distribuição da propriedade (p. 288). Não obstante, em ambos os países, o capitalismo era historicamente mais maduro, o que representava a existência um capital acumulado maior, permitindo aos mesmos gozarem de um fluxo permanente de rendimento, que sempre era reinvestido internacionalmente. Como

¹⁹² Os exemplos históricos dos Estados Unidos apontados por Hilferding (1910[1985]) são variados, passando por um conjunto de processos econômicos tais como a formação de trustes e monopólios (p. 122, 123-204), fusões e aquisições e importância das sociedades anônimas (rodapé 55, p. 217), caracterização das bolsas de valores (p. 213), crises monetárias e bancárias (p. 268, 273 e 261), importação e exportação de capital (p. 305 e 312), política protecionista (p. 286), tamanho do espaço geográfico nacional (p. 308), relações de interesses entre bancos e indústrias (286-288), associações patrimoniais (rodapé 44, 45 e 46, p. 334), e imenso poder agrícola (p.309-310). Dentre os exemplos franceses, destacam sua política de exportação de capital (p. 85), sua restrição a ao livre cambismo representado pelo padrão ouro (p. 95), a luta concorrência no período mercantilista contra a Inglaterra (p. 264), os limites à monopolização do capital (p. 288), os financiamentos e empréstimos externos (p. 304-305), e suas relações com as colônias (p. 311-312). Para o caso inglês, destacam-se, teoremas monetários britânicos baseados em papel moeda (p. 53-54), regras de emissões de notas (p. 54), a Peel Act (p. 88), a relação entre os investimentos dos bancos em ações e seus passivos (p. 94), o seu financiamento externo de capital (p. 95), o processo de arbitragem em letras de câmbio (p. 98), o desenvolvimento das operações a termo (rodapé nº 41, p. 150), a menor influência entre bancos e indústrias (rodapé nº 5, p. 188), a análise de seu mercado de capitais frente ao caso alemão (p. 218), as crises monetárias inglesas em 1847 e 1857 (p. 259), análise das crises monetárias e de crédito em comparação com os Estados Unidos (p. 260-261), as restrições bancárias (p. 262), suas exportações de capitais (p. 262), as histórias das suas crises (rodapé nº 28, p. 269), a ideologia ortodoxa do sistema bancário inglês (p. 276), a análise da fase liberal áurea britânica e a possível transição de hegemonia (p. 283-284), análise do capital industrial e comercial inglês (p. 284-185), a relação entre os bancos, os privilégios dos magnatas e suas relações com o Estado (p. 318), a derrota da propriedade rural na Inglaterra (p. 319), o imperialismo inglês na África do Sul (p. 300), a experiência inglesa no que tange o contrato de trabalho (rodapé nº 47, p. 337), e o problema da autonomia da classe operária neste país (p. 344).

¹⁹³ Ver, por exemplo, o rodapé nº 152 do tópico 3.3 deste trabalho, página 91.

consequência, estes países teriam se especializado na exportação de capital em sua forma monetária, inclusive para a Alemanha e Estados Unidos (p. 304-305).

Já nos casos Alemão e Norte Americano, o autor evidenciou que estes países buscaram superar o atraso econômico atuando por meio de medidas econômicas e extra econômicas com caráter mais intervencionistas, tais como investimentos públicos, políticas protecionistas agressivas, formação de um operariado disciplinado e um corpo técnico especializado, organização do comercial e fomento do crédito, destruição do artesanato e da economia camponesa, e estímulos a concentração e centralização mediante a formação de cartéis e trustes (p. 286-288). Assim, a relação entre o capital financeiro e o Estado Nacional seria mais sólida nestes países. Além do mais, o impulso à exportação de capital em sua forma produtiva seria predominante, dado a sua maior capacidade de expansão e poder concorrencial deste capital (p. 304-305).

Ressalta-se também a diferenciação que Hilferding fez entre os mercados financeiros inglês, alemão e norte americano. Em ambos os casos, o autor aponta a importância das bolsas de valores como *locus* de entrelaçamento entre as formas parciais de capital, seja através da compra de ações e suas implicações nas esferas de decisão, seja através da posse de títulos e do sistema de crédito.

Hilferding demonstrou que, no caso alemão, as bolsas de valores seriam dominadas pelos principais bancos do país, que controlariam totalmente o direcionamento do crédito e a subscrição de ações. Neste espaço ocorreria a união pessoal entre capitalistas dos setores bancários e industriais, tornando-se possível a diversificação dos investimentos e do crédito bancário, tanto geograficamente, quanto setorialmente (rodapé nº 125, p. 218; e rodapé nº 16, p. 123). O caso inglês seria o oposto do caso alemão, ou seja, os mercados financeiros seriam mais pulverizados, em função do menor poder de influência do capital bancário frente ao capital industrial. As bolsas de valores estariam mais abertas ao público em geral, que se encarregariam das atividades de financiamento industrial, mediante concentração dos capitais individuais, limitando o impacto das bolsas no que tange à monopolização do capital¹⁹⁴ (p. 218). Por fim, no caso norte americano, seu sistema

¹⁹⁴ “Com efeito isso ocorreu, em parte, na Inglaterra, onde os bancos de depósitos gerenciam somente o crédito de circulação e, por isso, o juro pelo depósito é mínimo. Daí a permanente evasão dos depósitos para áreas industriais pela compra de ações. Aí o público faz diretamente aquilo que faz o banco na união do banco industrial com o banco de depósito. Para o público, o resultado é o mesmo, já que de modo algum lhe toca o lucro de fundador. Mas para a indústria

financeiro incorporaria as características tanto do sistema financeiro alemão quanto do sistema financeiro inglês. Ou seja, se é fato que as bolsas de valores seriam abertas para participação do público em geral, haveria, no entanto, uma predominância econômica dos grandes capitalistas e magnatas, controladores dos trustes. Assim, os Estados Unidos seriam o país modelo em que o menor capital próprio possível comandaria maior capital alheio (p. 123). Por isso o autor afirmou que também nestes mercados haveria uma extraordinária concentração de poder e propriedade nas mãos dos capitalistas monetários – controladores dos bancos e indústrias –, estabelecendo uma “ditadura” sobre a especulação, produção e crédito¹⁹⁵ (p. 262).

Os exemplos apresentados acima, portanto, impossibilitam qualquer tentativa de descaracterizar a teoria apresentada pelos autores marxistas baseada na hipótese de que os mesmos estavam observando apenas o caso alemão. Pelo contrário, os autores direcionaram o foco para os casos mais avançados de desenvolvimento capitalista, buscando, portanto, construir uma categoria de validade mais geral¹⁹⁶. Daí a importância da análise tanto dos monopólios; quanto dos bancos e do sistema de crédito de capital; quanto das sociedades anônimas e das bolsas de valores para a constituição do capital financeiro.

Keynes, por sua vez, deu pouca ênfase no desenvolvimento dos monopólios, e construiu uma teoria geral em que os investimentos empresariais estavam subordinados à lógica de funcionamento líquido e especulativo dos rentistas, inversionistas e especuladores nos mercados financeiros. Ele apresenta, portanto, uma leitura na qual há uma autonomia menos restrita entre o capital industrial e o capital bancário (e/ou portador de juros). Ora, este é, exatamente, o caso *laissez-faire* inglês levantado por Hilferding. Tal constatação se explicita, por exemplo, quando Keynes (1937[1985]) lamenta as dificuldades de atuação da política monetária nos Estados Unidos pelo fato das divergências de opiniões entre os especuladores serem menores, havendo, constantemente, convergências especulativas num

significa uma dependência menor com relação ao capital bancário na Inglaterra, em comparação com a Alemanha” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 219)

¹⁹⁵ Hilferding (1910[1985]), nesta passagem, estabelece uma relação estreita entre a emissão de títulos públicos, emissão de notas pelos bancos, e sua capacidade de exercer influência nas bolsas de valores. Em suas palavras a expansão da circulação de notas, provoca exorbitante alta dos juros que não só proporcionam lucros extraordinários aos bancos e capitalistas bancários, mas os torna senhores absolutos do mercado monetário e dão-lhes a ditadura não apenas sobre a especulação e a bolsa, mas também sobre a produção, pela mediação sobre o sistema de ações e da concessão de crédito. Esse é também um dos motivos porque as bolsas americanas ganharam importância tão extraordinária na concentração de propriedade nas mãos de alguns capitalistas monetários” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 219)

¹⁹⁶ Não por outros motivos, Hilferding (1910[1985]) passa dez capítulos (aproximadamente 179 páginas) desenvolvendo categorias como dinheiro, crédito, capital bancário, capital fictício, e analisando setores, organizações e atividades específicas tais como as sociedades anônimas, as bolsas de valores, as bolsas futuras, a especulação e etc.

sentido¹⁹⁷ (p.125). Mais uma vez, este fenômeno pode ser explicado pela caracterização do mercado financeiro estadunidense apresentado por Hilferding, onde, apesar da participação do público em geral, há uma concentração de poder e proprietário nos grandes capitalistas monetários, que controlam, portanto, o sentido, ritmo e a intensidade da direção especulativa, da produção e do crédito.

“Confesso que a maior parte do que este livro exemplifica e expõe se refere às condições existentes nos países anglo-saxões” (Keynes, J. M., 1936[1985], p. 6; Prefácio à Edição Alemã).

Portanto, a teoria da constituição do capital financeiro apresentado pelos marxistas nos parece ter abrangência histórica mais ampla frente à teoria da “hipertrofia” financeira apresentado por Keynes. Mas a validade geral desta teoria ainda precisa passar pelo crivo teórico no que tange a discussão sobre o monopólio e à fusão entre as formas parciais de capital.

Quanto à categoria monopólio, é importante ressaltar que desde Marx (1847[2007]) tal categoria não implica em negação da concorrência. Pelo contrário, para o autor, a dinâmica da concorrência levaria ao monopólio que, por sua vez, alteraria a natureza da concorrência, modificando, por sua vez, a natureza do próprio monopólio. A síntese, portanto, estaria no movimento dialético de negação e afirmação concomitante entre concorrência e monopólio (p. 171).

“Na vida prática, encontram-se não só a concorrência, o monopólio e seu antagonismo, mas também a síntese, que não é uma fórmula, e sim um movimento. O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas fazem-se concorrência, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre eles por meio de associações parciais, a concorrência cresce entre os operários; e quanto mais cresce a massa de proletários em relação aos monopolistas de uma nação, mais a concorrência torna-se desenfreada entre os monopolistas de diferentes nações. A síntese é tal que o monopólio não pode sintetizar-se senão passando continuamente pela luta da concorrência (Marx, K., 1947[2007], p. 171).

¹⁹⁷ “É interessante observar como a estabilidade do sistema e sua sensibilidade diante das variações na quantidade de moeda dependem a tal ponto da existência de uma diversidade de opiniões sobre o que é incerto. O melhor seria que conhecêssemos o futuro. Mas, não sendo este o caso, se tivermos de controlar a atividade do sistema econômico através da variação da quantidade de moeda, é importante que haja divergência de opinião. Assim sendo este método de controle é mais precário nos Estados Unidos, onde todos tendem a adotar a mesma opinião ao mesmo tempo, do que na Inglaterra, onde as divergências de opinião são mais comuns” (Keynes, J. M., 1937[1985], p. 125)

Tanto para Lênin, quanto para Hilferding e Bukhárin, os monopólios não eliminam a concorrência, ao passo que a coloca num patamar superior. Na fase monopolista do capitalismo, a concorrência não se dá mais entre capitais atomizados que se enfrentam apenas no espaço nacional, mas antes entre blocos de capitais financeiros em escala global. O choque entre estes capitais, portanto, é mais profundo e os impactos são sentidos mundialmente. Alteram-se as armas da concorrência, tencionando as rivalidades entre Estados Nacionais, levando a deletérios impactos sociais, políticos e econômicos, conforme demonstrado no tópico 3.5. Além disso, se as crises são postergadas pelos monopólios, elas não são eliminadas, e seus impactos são mais profundos e duradouros. Daí própria a negação, pelos autores, da teoria do ultra-imperialismo (Hilferding, R., 1910[1985], p. 279; Lênin, V. I., 1916[2008], p. 29 e 95; Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 133-135)¹⁹⁸.

Parece-nos inconcebível, portanto, confundir a categoria monopólio com a supressão da concorrência e das crises. Assim como nos parece inconcebível a confusão existente entre a fusão entre as formas parciais de capital e a sua associação formal-jurídica, cuja resposta nos faz retornar novamente a Marx.

Se no livro II de *O Capital* Marx se preocupou com o processo de reprodução do capital, mostrando a necessidade da circulação do mesmo, por meio da constante transformação da forma valor - forma dinheiro, forma produtiva e forma mercadoria –, um dos objetivos do livro III foi mostrar como, a partir da divisão social do trabalho, os capitalistas individuais irão exercer uma função específica no processo de reprodução global do capital, percorrendo, individualmente, ciclos parciais de valorização (Marx, K. 1884[1967], p. 265). Ascendem, assim, formas parciais de capital a partir do ciclo específico de valorização, a saber: capital comercial, capital industrial – este tratado no

¹⁹⁸ “Um cartel geral seria, em si, concebível economicamente, um cartel que dirigisse a produção total e, com isso, eliminasse as crises. Semelhante situação é no entanto social e politicamente uma impossibilidade, já que necessariamente pereceria por causa do antagonismo de interesses que seria levado ao extremo. Mas, esperar supressão das crises pelos cartéis individuais, denota apenas um desconhecimento das causas das crises e das concatenações do sistema capitalista” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 279). “A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burguesas, que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário o monopólio que se cria em certos ramos industriais aumenta e agrava o caos de todo o sistema de produção capitalista no seu conjunto” (Lenin, V. I., 1916[2007], p. 29). “Dentro de sua definição capitalista, o processo de centralização choca-se fatalmente com a tendência sociopolítica que lhe é antagonica; não pode, assim, alcançar o término lógico: aborta e finda sob uma forma não capitalista, nova e depura” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 135). “Se do ponto de vista puramente econômico se entende a pura abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto, vai na direção do monopólio mundial único, de um truste mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que o desenvolvimento vai no sentido da produção de artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a teoria do ultra-imperialismo é tão absurdo como seria a teoria da ultra-agricultura” (Lenin, V. I., 1916[2007], p. 95).

livro II – e capital portador de juros. Desta forma, o capital industrial valorizar-se-ia mediante o ciclo do capital produtivo, o capital comercial mediante o ciclo do capital mercadoria e o capital portador de juros mediante o ciclo do capital dinheiro. O capital bancário, por sua vez, pode ser concebido pela junção entre o capital do comércio do dinheiro – parte inicialmente integrante do capital comercial – e o capital portador de juros (Marx, K. 1894[1978], p. 383; Germer, C., 2010, p.135).

A reprodução ampliada do capital total – o ciclo do capital em geral – se concretizaria mediante a própria concretização dos ciclos parciais dos capitais, e, desta forma, mediante valorização destes capitais distribuídos nestas funções específicas¹⁹⁹.

Revisado este aspecto teórico, se faz necessário diferenciar o conceito de setor bancário, comercial ou industrial do conceito de capital bancário, comercial e industrial. Enquanto o primeiro conceito refere-se à disponibilidade de recursos materiais e humanos dedicados às atividades supracitadas, o segundo conceito indica o processo de valorização no qual a riqueza privada percorre apenas um movimento específico das atividades supracitadas (Pinto, N. P., 1994, p. 65). A fusão entre as formas parciais de capitais – principalmente entre o capital bancário e industrial – inclusa no conceito de capital financeiro, não implica na união formal e jurídica entre os setores industriais e bancários, mas antes representa a união entre os ciclos parciais de valorização do capital exercido por um capital específico na sua etapa monopolista, seja do setor industrial, seja do setor bancário, seja de ambos. Evidentemente, tal processo é potencializado com a constituição das sociedades anônimas e desenvolvimento das bolsas de valores, por meio da constituição do capital fictício²⁰⁰.

¹⁹⁹ “Cuando esta función del capital sujeto al proceso de circulación en general se sustantiva como función específica de un determinado capital, se plasma como función asignada por la división del trabajo a una determinada categoría capitalista (...)” (Marx, K. 1894[1978], p. 265).

²⁰⁰ Também não é possível associar a oposição que Keynes estabelece entre circulação financeira e circulação industrial com a oposição estabelecida por Marx entre capital fictício e capital em função. No primeiro caso, Keynes separa avaliação dos estoques da riqueza que se dá nos mercados financeiros – circulação financeira – com o fluxo de nova riqueza – circulação industrial. No segundo caso Marx separa as relações sociais de produção materiais – capital em função (fluxo e estoque de riqueza social) – da sua forma de representação – capital fictício. Portanto, a constituição do capital fictício – capitalização dos rendimentos futuros a taxa de juros vigente sob a forma de ações e títulos de propriedade – não implica na separação entre duas formas opostas de capitais – e de capitalistas – que buscam formas diferenciadas de valorização – uma mais produtiva e outra mais financeira. Pelo contrário, não havendo duplicação de capital, a contradição que se estabelece é entre a variação do valor desta forma relativamente autônoma e específica de representação do capital para o capitalista individual – capital fictício – e o valor do próprio capital em função – o capital real, relação social de produção propriamente dita. “Pero este capital no existe por doble concepto, de una parte como valor-capital de los títulos de propiedad, de las acciones, y de otra parte como el capital realmente invertido o que há de invertirse en aquellas empresas (...). El movimiento independiente desplegado por el valor de estos títulos de propiedad,

Portanto, o conceito de capital financeiro levantado pelos autores desta tradição marxista teria um grau de generalização maior, não eliminaria a concorrência capitalista e comportaria as diferentes formas de associações formais e jurídicas entre os setores e proprietários do capital, comportando mediações históricas e as especificidades nacionais desenvolvidas em cada país economicamente mais avançado.

Acreditamos que o que está por detrás da relevância deste conceito é o simples desenvolvimento das tendências das categorias já apontadas por Marx, sendo, portanto, apenas um degrau adicional na construção teórica elaborada pelo autor. Senão vejamos:

i) O Significado da concentração e centralização de Capital: Marx deixa claro que a concentração e centralização do capital é uma tendência histórica necessária do capital, fruto do próprio desenvolvimento das forças produtivas implícitas no modo de produção capitalista. Sua consequência não seria a eliminação da concorrência (também intrínseca dentro do capitalismo), mas antes o desenvolvimento da tendência à socialização da produção e diminuição da divisão social do trabalho. Aumentam, por sua vez, as formas de produção centralizadas, coordenadas e planejadas (Marx, K., 1867[1978], p. 648)²⁰¹.

ii) O Significado do capital bancário e do crédito: segundo Marx, o desenvolvimento do crédito, amplificado pelo capital bancário, passa a ser o principal elemento propulsor da produção capitalista, levando o mesmo a expandir-se até o seu limite. Este sistema de crédito seria a negação latente da propriedade do capital na medida em que o centralizaria todo o capital, ainda que sob a forma monetária, nas instituições bancárias. Seria a próprio processo socialização do capital, do trabalho social, porém ainda nos marcos da propriedade privada (Marx, K., 1894[1978], p.417)²⁰².

iii) O Significado das Sociedades por Ações: no capítulo XXVII – *Papel do Crédito na Produção Capitalista* – do livro III de *O Capital*, Marx tece alguns comentários

no sólo el de títulos de la Deuda pública, sino también el de las acciones, viene a confirmar la apariencia de que constituyen un verdadero capital (...) (Marx, K., 1884[1978], p. 440, grifos nossos).

²⁰¹ “No tópico sete – *Tendência Histórica da Acumulação Capitalista* – do Capítulo XIV do livro I de *O Capital*, Marx afirma: “*el monopolio del capital se convierte en un obstáculo para el modo de producción que floreció desde ella y debajo de ella. Centralización de los medios de producción y socialización del trabajo llega a un punto donde ya no es compatible con su envoltura capitalista. Él es animado. Suena la hora final de la propiedad capitalista privada. Los expropiadores son expropiados*” (1867[1978], p. 648).

²⁰² “(...) *El crédito brinda al capitalista individual o a quien pasa por capitalista un poder absoluto dentro de ciertos límites de disposición sobre el capital ajeno y propiedad ajena, que es también, por tanto, un poder de disposición sobre trabajo ajeno. La facultad de disponer de capital social, no de capital propio, le permite disponer también de trabajo social*” (Marx, K., 1894[1978], p. 417).

sobre as Sociedades por Ações. Por meio delas, as condições para a expansão da produção em escala muito superior seriam potencializadas, em função da centralização de capital daí decorrentes. As Sociedades por Ações levariam à constituição do capital social em oposição à propriedade privada dos meios de produção, ou seja, a socialização do capital nos limites do próprio modo capitalista de produção. Por meio da separação entre propriedade e administração, surgiria uma “nova aristocracia financeira, uma espécie de parasita”, base para a constituição de um sistema completo de especulação (Marx, 1894[1978]; p. 417-419)²⁰³.

Em Marx, estes três momentos sugerem a tendência do capital a socializar a produção, a socializar o trabalho, e a unificar todas as formas particulares de capital, representando um ultradesenvolvimento das forças produtivas que perpassam a própria relação social de produção subjacente.

Sendo assim, a constituição do capital financeiro em Lênin, Hilferding e Bukhárin pode ser visto como a síntese destes três movimentos. Neste caso, o capital financeiro se tornaria uma categoria lógica e histórica, representando uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo – a fase monopolista/imperialista –, em que as formas parciais de capitais se unificam na essência. À concentração e centralização técnica, financeira e material deste capital, corresponderia uma maior mobilidade temporal, espacial e morfológica.

“Na realidade, quando falamos de capital financeiro, entendemos por isso organismos econômicos altamente desenvolvidos e, em consequência, certa amplitude e certa intensidade de relações internacionais, e a existência de uma economia mundial desenvolvida. Supomos também certo nível de forças produtivas, além de determinadas relações de classe e, por conseguinte, certo futuro dos elementos econômicos (...)” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 107).

²⁰³ “En la sociedad anónima, la función aparece separada de la propiedad de capital y el trabajo aparece también, por tanto, completamente separada de la propiedad de medios de producción y sobre el trabajo sobrante. Este resultado del máximo desarrollo de la producción capitalista constituye una fase necesaria de transición hacia la reversión del capital a propiedad de los productores, pero ya no como propiedad de los productores aislados, sino como propiedad de los productores asociados, como propiedad directa de la sociedad” (Marx, K., 1894[1978], p. 415). “Produce una nueva aristocracia financiera, una nueva clase de parasitarios en forma de proyectistas, fundadores de sociedades y de fraude con respecto a las fundaciones e sociedades y a la emisión y al tráfico de acciones. Es una especie de producción privada, pero sin el control de la propiedad privada” (Marx, K., 1894[1978], p. 412). “El sistema de acciones entra ya la antítesis de la forma tradicional en que los medios de producción aparecen como propiedad individual: pero al revestir la forma de la acción, siguen encuadrados dentro del marco capitalista; por consiguiente este sistema, en vez de superar el antagonismo entre el carácter de la riqueza como riqueza social y como riqueza privada, se limita a imprimirle una nueva forma” (Marx, K., 1894[1978], p. 418). Contata-se assim a relação entre a constituição de uma classe parasitária através do desenvolvimento das sociedades anônimas e do capital fictício em Marx, e o parasitismo da oligarquia financeira por Lênin.

Portanto, o capital financeiro representa o clímax de desenvolvimento das forças produtivas, chegando a um ponto em que, dentro da lógica da propriedade privada, a produção se encontra, na essência, socializada. Nesta fase do capitalismo a oposição entre a produção e as finanças, entre o capital industrial e o capital bancário, entre o empresário e o rentista, tal como preconizado por Keynes, perde capacidade analítica e explicativa dos fenômenos econômicos e seu impacto sobre a dinâmica de acumulação.

4.3. Estado e Classes Sociais: Autonomia Absoluta x Autonomia Restrita.

Evidenciamos a importância do Estado em Keynes enquanto instituição capaz de transformar e resolver as disfunções do capitalismo. Seguindo a tradição burkeana, o Estado se tornaria o meio para alcançar os fins almejados²⁰⁴. A política, por sua vez, seria a doutrina dos meios, que instrumentalizaria tal instituição para o alcance dos bens que tivessem valores intrínsecos, tais como o conforto material, segurança e liberdade (Dostaller, G., 2007, p 88).

O uso da sabedoria, da razão e do conhecimento técnico seria a premissa fundamental para o Estado conduzir a sociedade a tais objetivos. Keynes acreditava na possibilidade da comunhão de diversos interesses a partir destas premissas, pautadas por critérios morais de interesse geral, que perpassariam os objetivos corporativos de cada classe social²⁰⁵. Skidelsky, R. (1999) apontou que foi a crença nesta razão que fez Keynes atribuir aos governantes a capacidade e o discernimento no uso das ferramentas públicas para corrigir as falhas sociais e econômicas. Adicionalmente, o uso do poder discricionário na esfera pública dependeria das capacidades intelectuais e morais dos cidadãos, o que excluiria as massas nos processos decisórios. O povo em geral era visto como totalmente despreparado para ato de governar (p. 56-58)²⁰⁶.

²⁰⁴ Para O'Donnell (1992) os meios para a felicidade, paz, bem-estar material e ideia de liberdade que Burke preconizava eram os mesmos de Keynes (p. 280-86).

²⁰⁵ Para O'Donnell (1992), Keynes mostrava-se confiante no poder da razão, persuasão e encorajamento (p. 293).

²⁰⁶ “Em sua filosofia, Keynes juntou dois elementos chave do conservadorismo de Burke – o bem-estar como objetivo e evitou o risco como método de governo – a dois elementos chave do liberalismo reformista – o comprometimento com a verdade e a crença na possibilidade do juízo racional dos indivíduos. Ele rejeita tanto conservadorismo não pensante, quanto o socialismo radical” (Skidelsky, R., 1999, p. 58).

Apesar de aceitar as forças de mercado como elementos civilizatórios importantes e necessários, o autor não acreditava que tais forças seriam suficientes para o alcance do bem estar geral. As correções, por meio do Estado racionalmente organizado, buscariam amenizar socialmente a disputa entre capitais e suprimir as crises, coordenar a concorrência capitalista e, portanto, subordinar a dinâmica deste sistema a desígnios mais sociais e mis coletivos.

Keynes, assim, buscava o caminho do meio. Seu objetivo era salvar o capitalismo, eliminando, em última instância, as possibilidades de ascensão política do comunismo e do nazismo, apesar do seu entusiasmo, do ponto de vista econômico, frente a este último²⁰⁷. A possibilidade de superar os problemas do capitalismo poderia ser feito por meio do diálogo e persuasão, sem rupturas traumáticas, sem a necessidade de grandes alterações. Seguindo Moore e Burke, Keynes, frente à incerteza quanto a futuro, tornou-se adepto das mudanças lentas e graduais, do reformismo “esclarecido”. Não por outros motivos, o autor superestimava as potencialidades do Estado em resolver tais contradições, colocando-o a frente e acima dos interesses de classe.

“Keynes era um organicista. Aceitava o entendimento conservador – antiliberal e anti-iluminista – que concebia a sociedade e o indivíduo como produto da tradição e da história. Cultivava os valores de uma moral comunitária, antivitoriana e sobretudo antiutilitarista. Não é casual, portanto, que ele tenha começado a sua vida intelectual criticando a racionalidade instrumental, operativa. Isso não quer dizer que recusasse o programa da modernidade, empenhado na progressiva liberdade e autonomia do indivíduo. Mas não acreditava que essa promessa pudesse ser cumprida numa sociedade individualista e que os possuidores da riqueza orientam o seu comportamento dentro da regras estabelecidas pelo ganho monetário. O ‘amor ao dinheiro’, sentimento que move o indivíduo na economia mercantil capitalista é um obstáculo ao processo de emancipação do sujeito, a menos que seus efeitos negativos sejam neutralizados pela atuação jurídica e política do Estado racional” (Belluzzo, L. G., 2000, p. 15).

Desta forma, Keynes se opôs tanto às forças radicais, guiadas pela emoção e irracionalidades, e contrárias á liberdade individual, quanto às as forças conservadores, pautadas por um *laissez faire* oriundo de um contexto antigo, do século XIX. A resolução dos problemas econômicos dentro do capitalismo passava pela superação do problema

²⁰⁷ “No entanto a teoria da produção como um todo, que é o que o livro se propõe a expor, seria muito mais facilmente adaptada às condições de um Estado totalitário do que a teoria da produção e distribuição de um volume dado em condições de livre concorrência e uma ampla dose de *laissez-faire*” (Skidelsky, R., 1999, p. 58).

moral, patologia social, doença mórbida: o amor ao dinheiro. Este é o problema central, em sua opinião, causador da ordem liberal, e de toda a instabilidade crônica e crise social. Suas propostas de intervenção pública na economia teriam como fim último contornar a consequências da existência do dinheiro enquanto reserva de valor, associado ao “amor ao dinheiro”. Conforme destacado por O`Donnell (1992), a solução para esta patologia deveria ocorrer por meio de uma mudança no pensamento e nos sentimentos das pessoas frente ao dinheiro (p. 289).

A figura social portadora desta doença em escala mais avançada era, efetivamente, a classe rentista, ou seja, os inversionistas, prestamistas e especuladores, a classe prestamista e coordenadora das finanças em geral. Estes, adeptos do *laissez faire*, com sua gana incessante pelo lucro e valorização líquida e especulativa da riqueza, estariam pautados pelos desejos individuais de acumulação privada, não estabelecendo conexão direta entre suas atividades e os problemas materiais da população²⁰⁸.

Assim, a oposição ao amor ao dinheiro em Keynes é, politicamente, a oposição – racional e persuasiva – ao *rentier*. Sua proposta de eutanásia do *rentier* é antes um convite do que uma ordem. Politicamente, a crítica a tal classe fez com que o mesmo se associasse, mesmo com profundas críticas e divergências, ao partido que representava a classe trabalhadora o partido trabalhista. A superação dos problemas do capitalismo, portanto, dependeria de uma aliança de classe entre os empreendedores – proprietários do capital real – com os trabalhadores, na tentativa de supressão – de forma pacífica e persuasiva – dos financistas, especuladores e rentistas. Esta harmonização se daria através de uma elite intelectual capaz de comandar os desígnios da sociedade através do Estado

“Embora Keynes não formule propostas concretas para a solução de longo prazo do problema econômico (...), sua filosofia social indicava a natureza geral de sua solução. Sua meta é uma alternativa ao socialismo, no sentido marxista de propriedade estatal dos meios de produção. Suas críticas se dirigiam aos aspectos financeiros, rendeiros e especulativos do capitalismo. Num período amplo, a resposta ao dilema capitalista é mister descobri-la na eliminação destes defeitos, e não na eliminação da propriedade privada dos meios de produção” (Dillard, D., 1993, p. 300).

²⁰⁸ “Endowed with considerable energy, they lack the moral and intellectual capacities to rise above their vulgar impulses and seek money rather than love, beauty and truth” (Dostaller, G., 2007, p. 165).

Segundo Minsky (2008), Keynes almejava um tipo de capitalismo que associasse três elementos: (i) eficiência econômica, por meio da economia de mercado que produzisse, com o auxílio do estado os bens essenciais à vida das pessoas, empregando-as no processo produtivo; (ii) justiça social, via programa que assegurassem volume adequado de emprego e renda, sendo uma fonte de demanda; (iii) liberdade individual, ampliando o exercício da escolha privada para a diversidade da vida (p. 146).

No fundo, Keynes buscava eliminar as mazelas do capitalismo, direcionando-o para a produção e satisfação das necessidades humanas. Neste sentido ele acreditava que a ação racional dos indivíduos e do Estado, guiados pelos intelectualmente mais aptos através de princípios abstratos de justiça e liberdade, poderia alterar a prioridade última deste sistema, fazendo com que a lógica de alocação financeira dos ativos se subordinasse à produção da riqueza, garantindo o pleno emprego e uma distribuição de renda menos desigual. O Estado, passível de se autonomizar frente aos interesses antagônicos de classe, deveria ser o condutor desta transformação.

Podemos, assim, explicitar quatro diferenças interpretativas entre Keynes e o teóricos desta Tradição Marxista, a partir dos seguintes aspectos: i) a existência da luta de classes ii) a relação Estado, sociedade civil e classes sociais; iii) a análise dos problemas políticos vividos pelo capitalismo em seu tempo; iv) as posições defendidas para solucionar estes problemas.

Partindo do primeiro aspecto, demonstramos no capítulo dedicado aos marxistas a possibilidade, conforme descrito por Marx (1848[2002]) no *Manifesto do Partido Comunista*, de encarar a história da sociedade como a história da luta de classes, na medida em que ela é elemento decisivo nas grandes transformações políticas e econômicas vividas pela humanidade (p. 23). Essa luta de classes, por sua vez, surge das próprias condições materiais de produção, determinantes da divisão social do trabalho, que repartirá a sociedade em grupos, classes sociais, a partir de certas funções específicas exercidas por cada grupo no que tange à reprodução social da vida material.

Essa divisão é a base para o surgimento dos antagonismos de classe que ascendem a partir do controle, por parte de certo grupo, das principais condições materiais de produção e reprodução da vida, implicando na disputa entre as classes sociais não apenas pela repartição da riqueza social gerada, mas também pelo modo como esta produz.

O antagonismo de classe é, para os marxistas, uma pedra angular, relacionado à própria existência das relações de propriedade, da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, da separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução. E este antagonismo vai se tornando cada vez mais crescente, na medida em que, para uma certa formação social, as forças produtivas vão entrando em descompasso com as próprias relações de produção subjacentes²⁰⁹.

Não há possibilidade, nesta interpretação, de estabelecer qualquer tentativa de harmonização permanente, tal como preconizado por Keynes, dos conflitos e colisões entre classes, visto que surgem do próprio monopólio, pela classe social dominante, das condições materiais de reprodução da sociedade, e não da irracionalidade de interesses corporativos, movidos pela paixão.

“Não existe progresso sem antagonismo. Essa é a lei seguida pela civilização até os dias de hoje. Até o presente, as forças produtivas se desenvolvem graças a esse regime de antagonismo das classes” (Marx, K., 1847[2007], p. 91).

E assim chegamos ao segundo aspecto da divergência. O Estado aqui é visto como instituição criada em função deste antagonismo de classes. Em última instância, ele ascende como força repressora na medida em que, para impedir que este antagonismo coloque em xeque a reprodução da vida material da sociedade calcada em certa relação social de produção, subordinará a classe oprimida, material e ideologicamente, aos interesses da classe opressora, controladora direta e/ou indireta do poder político materializado militar e juridicamente nesta instituição²¹⁰. É o próprio padrão de luta de classe que definirá a forma específica do Estado: democracia, ditadura, etc.

Por sua vez, Keynes compartilhou, consciente ou inconscientemente, uma concepção de Estado muito próxima da concepção de Hegel, na medida em que tal instituição teria a capacidade de expressar uma vontade universal, se tornando consciente e racional, reintegrando, harmonicamente, os diferentes interesses da sociedade civil

²⁰⁹ “Todas as colisões da história têm, pois, segundo a nossa concepção, a sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercambio [relações de produção]” (Engels F. & Marx, K., 1845[2009], p. 90).

²¹⁰ “*Se forma el Estado, se crea fuerza especial, destacamentos especiales de hombres armados, y cada revolución, al destruir el aparato estatal, nos muestra la descubierta lucha de clases, nos muestra muy a las claras como la clase dominante se esfuerza por restaurar los destacamentos especiales de hombres armados a su servicio, como la clase oprimida se esfuerza por crear este tipo que sea capaz de servir no a los explotadores, sino a los explotados*” (Lênin, V. I., 1918[1976], p. 10).

(Frederico, C., 2010, p.17-18). Há, portanto, uma diferença fundamental quanto ao sentido de determinação nos dois sistemas de pensamento: enquanto em Keynes, assim como em Hegel, a direção causal inicial é do Estado para a sociedade civil, nos marxistas, esta direção causal é da sociedade civil para o Estado. Se em Keynes o Estado é o agente corretor dos desajustes que surgem das divergências de interesses, das patologias morais, nos marxistas, o antagonismo irreconciliável de classes impele o Estado, em última instância, a ter uma posição classista, ora escamoteando este antagonismo, ora o aprofundando, mas nunca o superando.

“A crítica ferina de Marx vai se concentrar na passagem da sociedade civil para o Estado. Hegel vê o Estado como um momento racional em que os diferentes interesses da sociedade civil integram-se harmoniosamente. Para Marx, Hegel havia intuído que havia uma separação absoluta entre sociedade civil e Estado e, através de um artifício lógico, procurou disfarçar a oposição entre eles” (Frederico, C., 2010, p. 17).

Partindo para o terceiro aspecto, evidenciamos que esta Tradição Marxista não poderia prescindir do estudo concreto das condições materiais de produção – interação entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas – para entendimento do padrão de luta de classes subjacentes e, portanto, do programa político necessário a ser cumprido. A constituição do capital financeiro e sua aglutinação ao Estado Nacional sob diversas formas, conforme apresentado no tópico III.4., representou, em última instância, uma maior coesão entre os interesses da oligarquia financeira e as diretrizes traçadas pelos Estados Nacionais (Bukhárin, N.I., 1917[1984], p. 66-65). Se, por um lado, a concentração e centralização material, técnica e financeira do capital, e a sua maior mobilidade espacial, temporal e morfológica vão diminuindo a capacidade de se colocar rédeas nos critérios e finalidades da acumulação capitalista, por outro, estas mesmas características colocará os Estados Nacionais de joelhos frente à tremenda força do capital financeiro, tornando-se o agente de suas políticas. Na fase monopolista do capitalismo, constitui-se um capitalismo monopolista de Estado nos países centrais (Lênin, V. I., 1918[1976], p. 31).

“(...) la reorganización de las relaciones de producción del capital financiero ha marchado en dirección a la organización universal capitalista de Estad, con abrogación del mercado con la transformación del dinero en una unidad de calculo, con la producción organizada en escala del Estado, con la

subordinación de todo el mecanismo de la 'economía nacional' a los objetivos de la concurrencia mundial, es decir, ante todo a los de la guerra” (Bukhárin, N. I., 1920[1974], p. 23).

Como vimos nos tópicos 3.5 e 3.6, esta aglutinação entre o capital financeiro e os Estados Nacionais, na busca pela expansão e acumulação desenfreada, não eliminará, mas pelo contrário, acelerará sobre bases nacionais e internacionais todas as contradições engendradas dentro do modo de produção capitalista. Adicionalmente, a oligarquia financeira unificará os interesses das classes dominantes, burguesias agrárias, pequena e médias burguesias, a seus interesses, tornando-se um bloco político mais coeso em oposição aos interesses da classe trabalhadora, cooptando-a em diversos aspectos. Restringe-se consideravelmente a autonomia estatal.

Portanto, os problemas vividos pelo capitalismo jamais poderiam ser entendidos a partir de critérios morais e patologias psicológicas relacionadas ao amor ao dinheiro ou ao individualismo desenfreado, cuja manifestação econômica estaria associada à ascensão do *rentier*, do especulador, tal como preconizado por Keynes. Antes, o problema estaria na forma intrinsecamente antagônica em que esta sociedade organizaria, representando na fase monopolista/Imperialista do capitalismo, a tensão existente entre a socialização da riqueza em escala global, representado pelo ultra-desenvolvimento das forças produtivas, e o controle e apropriação privada da mesma pela oligarquia financeira. O *rentier*, portanto, seria o controlador de todas as condições de reprodução do capital, seja em sua forma mais monetária – capital portador de juros – seja em sua forma mais produtiva – capita industrial²¹¹.

E aqui chegamos ao último aspecto da diferenciação. O clímax das contradições, e das tensões econômicas, políticas e sociais a que se chega a sociedade na fase monopolista/imperialista do capitalismo eliminaria qualquer possibilidade de se reformar permanentemente o sistema através do Estado, e levaria a um padrão de luta de classes que oporia a classe proletária à toda a burguesia, sob a hegemonia da oligarquia financeira²¹². A impossibilidade da conciliação e harmonização de classes somadas à

²¹¹ “Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de Estados-*rentiers*, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do corte de cupons” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 1126).

²¹² “A classe capitalista usurpa a organização estatal de modo direto, descarado e palpável e a converte em instrumento de seus interesses de exploração de modo inclusive perceptível até para o último proletário, que deve reconhecer, pois, que a conquista do poder político pelo proletário é seu próximo interesse pessoal. A evidente tomada

intransigência da classe dominante em garantir seus privilégios nos interstícios estatais, a iminência de guerras imperialistas e convulsões sociais fariam com que a solução dos profundos problemas criados por este modo de produção seguisse uma direção de ruptura violenta de tomada do poder pela classe trabalhadora, revolucionária, tal como preconizado por Marx e Engels (1845[2009], 61-62). As revoluções não são idealizações catastróficas, mas, antes, rupturas traumáticas historicamente necessárias, mudanças relativamente rápidas e violentas orientadas pela *práxis*, que abrem caminho para o novo, para uma readequação política e econômica frente às novas condições materiais e ideológicas criadas da constante mudança sofrida pelo homem e sua vida social e em seu permanente contato transformador para com a natureza.

“A *práxis* é, portanto, a revolução, ou crítica radical que, corresponde a necessidades radicais, humanas, passa do plano teórico ao prático. (...). O proletariado está destinado historicamente a libertar-se por meio de uma revolução radical que implique na negação e supressão de si mesmo como classe particular e na afirmação do universal humano” (Vazquez, A. S., 1968, p. 128-129).

Pois bem, esta leitura, quanto às soluções propostas para a resolução dos problemas vividos em sua época, divergem completamente das levantadas por Keynes. Este acreditava no caminho do meio, buscando aproximações com as lideranças das classes trabalhadoras, e tentando persuadir os apaixonados pelo dinheiro – o *rentier* – da necessidade de se estabelecer critérios morais e racionais na condução da economia. Um Estado técnico/científico, guiado pelas elites intelectuais – a la Platão – que pairasse acima dos interesses, representaria esta harmonização de classes balizada pelo autor. Ele representaria, assim, um hibridismo sob a forma de um “neoplatonismo pagão” na medida em que, apesar de ser progressista no que tange às liberdades e direitos individuais – tais como as relacionadas à sexualidade –, naturalizava as diferenças sociais e superestimava a

pelo poder pela classe capitalista impõe necessariamente a todo proletário a aspiração a conquista do poder estatal como o único meio para acabar com sua exploração” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 344). “Os interesses momentâneos, as vantagens passageiras que ele [o operário] encontrava na pilhagem imperialista e nos laços que o prendiam ao Estado imperialista recuam para um plano secundário, em face dos interesses permanentes e gerais do conjunto de sua classe, em face da ideia da revolução social do proletariado internacional que, de armas nas mãos, põe abaixo a ditadura do capital financeiro, quebra seu aparelho governamental e organiza um novo poder: o poder dos operários contra a burguesia. A ideia de defesa ou de extensão das fronteiras do Estado burguês, que paralisa o desenvolvimento das forças produtivas da economia mundial, é substituída pela palavra de ordem da supressão das fronteiras nacionais e da fusão dos povos em uma única família socialista. Assim, após experiências dolorosas, o proletariado adquire a consciência de seus próprios interesses que conduzem ao socialismo por meio da revolução” (Bukharin, N. I., 1917[1984], p. 158).

potencialidade das elites letradas na condução das transformações lentas e graduais mediante o poder público.

Economicamente, ele não conseguiu superar a racionalidade burguesa, na medida em que não percebeu que os antagonismos e contradições intrínsecos a este modo produção – positivos e negativos – formavam uma unidade, tornando-se impossível, utópico e idealista querer manter os elementos benéficos, suplantando os maléficos. Neste sentido, ele representou uma espécie de socialismo burguês, não indo muito mais além do que Proudhon.

“O lado bom e o lado mau, de vantagem e inconveniente, tomados em conjunto, e no entender de Proudhon, formam a contradição em cada categoria econômica. Problema a resolver: conservar o lado bom, eliminando-se o mau” (Marx, K., 1847[2007], p. 137).

“Uma segunda forma, menos sistemática e mais prática, desse socialismo [burguês], procurou inspirar à classe operária o desdém por todo o movimento revolucionário, demonstrando-lhe que aquilo que lhe pode ser útil não é esta ou aquela mudança política, mas apenas uma mudança das condições materiais de vida, das condições econômicas. Mas, por mudança das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de forma alguma, a supressão das relações de produção –, mas reformas administrativas que realizassem com base nessas relações de produção, portanto que nada alteram na relação entre o capital e trabalho assalariado, mas, no melhor dos casos, reduzem para a burguesia o ônus de sua dominação. (...). O socialismo burguês consiste precisamente na afirmação que os burgueses são burgueses no interesse da classe trabalhadora” (Marx, K., 1848[2002], p. 75).

Keynes, portanto, não superou a visão romântica e idealista de Estado, pautando-se por abstrações genéricas e metafísicas quanto aos fins últimos pelos quais a intervenção estatal, guiado por uma elite persuasiva, deveria se pautar, tendo compartilhando uma visão eurocêntrica que, ao focar-se nas finalidades abstratas e de longo prazo do Estado, deu pouca ênfase às reais necessidades da população em geral. Em última instância, seriam as ideias que mudariam o mundo em Keynes, ou seja, o ponto de partida para a transformação dos problemas da sociedade estaria no pensamento.

Para os marxistas, é o mundo que muda as ideias, ou seja, a solução dos problemas concretos vividos pela humanidade está nos próprios problemas, cabendo ao pensamento captar as tendências, o ritmo, a direção e o sentido das transformações econômicas e da luta de classes, mediante a *práxis*.

4.4. Ordem Internacional: Paz como Possibilidade x Imperialismo como Necessidade.

Ao avançar na análise teórica quanto aos motivos que levavam a economia capitalista a uma profunda instabilidade, Keynes demonstrou que a sua solução não dependeria apenas de políticas de corte nacional. Pelo contrário, o autor compartilhava a crença de que tais problemas só seriam completamente superados caso houvesse uma institucionalidade internacional estável, pacífica e coordenadora.

Sua preocupação era a de que as políticas fiscais e monetárias de corte nacional poderiam sucumbir frente aos ciclos de liquidez internacional, às vicissitudes dos fluxos desestabilizadores de capital e às políticas hegemônicas ou competitivas que visavam eliminar o desemprego exportando-o, via saldos externos positivos e permanentes para outros países. Adicionalmente, segundo Davidson (2007), Keynes era ciente de que a competição cambial excessiva poderia alterar de modo instável os termos de troca entre os países, reduzindo o padrão de preços doméstico, criando um espiral competitivo perigoso (p. 120-121).

O autor via os conflitos e assimetrias internacionais, tais como as guerras, crises e desigualdades nas taxas de acumulação, como patologia e irracionalidade social e humana, calcados no conflito existente entre o arcabouço internacional baseado no padrão ouro e no *laissez-faire*, por um lado, e as políticas de corte nacional que buscavam alcançar o pleno emprego autonomamente, por outro. Tal aspecto levava os países a exercerem políticas deletérias e assimétricas, com efeitos díspares. A consequência seria a escassez da moeda reserva internacional, forte entesouramento pelos países superavitários, ajustes recessivos pelos países deficitários, e diversas arbitrariedades financeiras e cambiais.

Keynes tentou, nos últimos anos de sua vida, criar uma ordem internacional, por meio de instituições supranacionais, que buscassem a cooperação entre as nações. Sua meta era construir um aparato econômico internacional com força e persuasão necessária para estabelecer um arcabouço institucional que desse maior elasticidade às políticas macroeconômicas nacionais de pleno emprego. Para tanto o autor formulou um conjunto de propostas, tais como a criação de taxas cambiais fixas, coordenadas e ajustáveis, a criação de mecanismos de ajustes dos balanços de pagamentos mais igualitários e menos

deflacionários, o de controles dos fluxos instáveis de capitais, e formas de estímulos ao comércio internacional.

Ele acreditava que se os países pudessem alcançar por suas próprias forças o pleno emprego dentro de um ambiente internacionalmente estável, não haveria necessidade de guerras e disputas entre nações. O objetivo último era eliminar no plano internacional a moeda enquanto padrão universal de valor, administrando-a e impedindo que a mesma fosse acumulada indefinidamente por um país.

“Keynes’ General Theory recommends that every nation should actively undertake a program for public domestic investment to generate domestic full employment without having to worry about international repercussions” (Davidson, P., 2007, p. 121).

Por sua vez, evidenciamos que estas posições estão fortemente relacionadas à condição políticas e econômicas vividas pelo seu país no momento. Enquanto homem pragmático, Keynes atuava em função dos interesses da Inglaterra. Num momento de ascensão de outras grandes potências, suas posições no âmbito internacional foram pautadas pelo objetivo de manter um certo poder nas mãos da Grã-Bretanha, e ao mesmo tempo limitar a ascensão dos Estados Unidos. A visão da Inglaterra como potência imperial é um dos motivos pelos quais Keynes não contesta a existência de colônias em seu país, apesar do seu pacifismo antimilitarista (Dostaller, G., 2007, p.128).

Também no plano internacional o autor acreditava na razão e na persuasão, na busca pela preservação dos elementos comuns entre as nações como forma de superar as crises sociais e políticas. Enquanto antimilitarista e pacifista, Keynes via a própria paz como uma possibilidade histórica que dependeria da vontade e da sabedoria dos homens de Estado.

Se em Keynes a paz era uma possibilidade e as guerras e tensões internacionais eram configurações históricas, para esta Tradição Marxista o Imperialismo e as guerras seriam uma necessidade histórica²¹³, fruto da estreita relação existente entre a constituição do capital financeiro, sua necessidade desenfreada e incontrolável de expansão e

²¹³ “Compreender um acontecimento histórico é concebê-lo como efeito de uma ou mais causas históricas, é compreendê-lo não como valor ‘acidental’, que nada condiciona, mas como um valor que decorre necessariamente de um conjunto de condições determinadas. O elemento de causalidade é igualmente elemento de necessidade (‘necessidade causal’). O marxismo ensina que o processo histórico, e, por conseguinte, cada elo da cadeia histórica dos acontecimentos é um valor ‘necessário’”. (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 126).

acumulação, o acirramento e radicalização da concorrência entre blocos monopolistas de capitais, o crescimento das rivalidades entre potências, e a constituição de relações de dominação e dependência baseada na força e violência para com os países periféricos (Gruppi, L., 1979, p. 133)²¹⁴.

“(...) se a noção do imperialismo abarca todos os fenômenos do capitalismo do capitalismo contemporâneo – cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial –, então o problema da necessidade do imperialismo, para o capitalismo, transforma-se na tautologia mais trivial, pois neste caso, naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo (...)” (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 91, grifos nossos).

O Imperialismo é parte constitutiva necessária da política do capital financeiro na medida em que o capital financeiro: i) aglutina seus interesses às diretrizes dos Estados Nacionais desenvolvidos; ii) subordina-os mediante sua concentração e centralização técnica, financeira e material e sua mobilidade temporal, espacial e morfológica; iii) torna-se uma força incontrolável e insaciável na busca pela reprodução e acumulação de capital para além das fronteiras nacionais; iv) e choca-se com outros blocos de capitais oriundos de outras nacionalidades, levando a formas mais agressivas de concorrência e a rivalidades entre países. A relação de dominação e subordinação entre países e povos, exercida pela força e violência, sob a direção da oligarquia financeira, torna-se uma consequência necessária deste movimento causal²¹⁵.

“É necessário compreender essa política não apenas no sentido de que o imperialismo é um produto do capitalismo financeiro, mas também sob o prisma de que o capitalismo financeiro só pode realizar a política imperialista (...)” (Bukharin, N. I., 1917[1984], p. 133).

Assim, a partilha do mundo entre as grandes potências sob variadas modalidades – direta ou indireta –, as diversas políticas protecionistas e as variadas formas

²¹⁴ “A exportação de capital financeiro intervém sobre o mercado mundial, já em grande parte construído interiormente pela exportação de mercadorias; intervém sobre países que, na fase anterior, já haviam sido atraídos para o âmbito do sistema capitalista. Opera-se assim uma repartição do mercado mundial por parte dos trustes. Constituem-se holdings e trustes de caráter internacional, os quais entram em acordo com o objetivo de dividirem entre si o mercado mundial; mas, ao mesmo tempo entrem também em choque” (Gruppi, L., 1979, p. 133).

²¹⁵ “No entanto, e o capital não pode desenvolver outra política que a imperialista, então o proletariado não pode contrapor à imperialista uma política que foi do tempo da hegemonia do capital industrial; não é próprio do proletariado opor à política capitalista mais avançada à política ultrapassada da era do livre comércio e da hostilidade estatal. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro – o imperialismo – não pode ser o livre comércio; só pode ser o socialismo” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 343).

de exportações de capitais – seja sob a forma monetária, seja sob a forma produtiva –, e a tendência crônica à militarização e corrida armamentista seriam elos da mesma cadeia de determinações, em que todo o globo terrestre se torna o palco da disputa insaciável entre os incontroláveis capitais financeiros frente às condições de reprodução e acumulação no centro e na periferia. Constitui-se uma forma de desenvolvimento desigual e combinado em que às modalidades técnicas, materiais e financeiras mais avançadas de capital se associam formas mais atrasadas de exploração do trabalho e expropriação da riqueza na periferia.

A consequência imediata deste processo será a própria concentração de riqueza e de poder político e econômico em poucos países, levando a constituição de poucos Estados parasitários, conquistadores e militaristas, por um lado, e muitos Estados dependentes, colonizados ou semi-colonizados, subdesenvolvidos e expropriados, sem capacidade de autodeterminação. Por sua vez, as redes de interesse e associações frágeis entre os capitais financeiros em escala mundial, na partilha por áreas de influência, impedem que a constituição de instâncias supranacionais dê conta de suplantar a instabilidade econômica intrínseca, cuja origem se encontra na plena mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital. Pelo contrário, as guerras imperialistas se tornariam cada vez mais iminentes e as convulsões sociais mais recorrentes.

“O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações a autodeterminação) (Lênin, V I., 1916[2008], p. 122).

O Imperialismo, portanto, aprofunda todas as contradições do modo de produção capitalista em escala internacional, ao invés de solucioná-las, pois está ligado à própria necessidade desenfreada de expansão e acumulação do capital financeiro. Às assimetrias e desigualdades políticas e econômicas entre países, somar-se-ão instabilidades crônicas, guerras e convulsões sociais, de dominação e libertação nacional. Trata-se da dominação plena exercida pela oligarquia financeira, por meio dos Estados Nacionais imperialistas, sobre as condições de produção e reprodução da vida material em todo o globo terrestre.

Neste sentido, o pacifismo possível e a autonomia econômica nacional preconizada por Keynes, mediante uma ordem internacional regulada, são utópicos, metafísicos e irrealizáveis, representando um mito quanto às possibilidades de coordenação internacional de um modo de produção intrinsecamente instável e expansivamente antagônico e contraditório, cujas facetas catastróficas se manifestam mais intensivamente em escala internacional, e cuja síntese destas contradições se apresenta mediante as guerras imperialistas.

4.5. Tendência Última: Abundância x Barbárie

Para Keynes, o processo de socialização da produção, baseado num sistema altamente eficiente, de elevada produtividade, com acumulação a taxas geométricas, levaria a sociedade a um período de abundância, no qual o ativo de capital deixaria de ser escasso e a propriedade privada não mais seria um privilégio. A abundância do capital reduziria seu rendimento e eliminaria as grandes disparidades de renda.

Dostaller (2007) via as perspectivas futuras desenhadas por Keynes como um novo liberalismo, um programa de transição direto para um futuro “radical” mais distante, onde as necessidades básicas estariam supridas e a população se concentraria em problemas não econômicos (p. 98).

“The resolution of economic problem would make possible the extension of freedom, the disappearance of social constraints and hierarchies of explanation and oppression, of the consolidation of what we ourselves produce into an objective power, above us, growing out of our control, warning out our expectations, bringing to naught our calculations” (Dostaller, G., 2007, p. 99).

Para O’Donnell, R. (1992), a estrada para o futuro de longo prazo de Keynes convergia com sua meta de constituição de uma sociedade eticamente racional, caracterizada pela “bondade” maior e crescente, um mundo em que todos teriam um nível decente de consumo e cujas energias seriam gastas em questões não econômicas (p. 288). Nesta sociedade não haveria o domínio do dinheiro e as maiores virtudes estaria no gozo dos ‘bens intrínsecos’, nos estados de consciência predominantemente associados a

afeições pessoais, amor e liberdade, apreciação estética e diversas formas de beleza. A arte floresceria e todas as manifestações artísticas poderiam ser apreciadas (p. 291).

Apesar de já estar acontecendo, a evolução do capitalismo para esta sociedade ideal seria lenta e gradual, não catastrófica, sendo estimulado pelo Estado a partir de quatro metas: (i) controle populacional; (ii) evitar guerras e conflitos como as que ocorreram na Europa em sua época; (iii) uso da ciência e da racionalidade para solucionar os problemas econômicos; (iv) manutenção de uma relativa taxa de acumulação (O` Donnell, R. 1992, p. 293).

O otimismo quanto às potencialidades e futuro do capitalismo é mais que perceptível em Keynes, e está baseado nas potencialidades técnicas e na capacidade deste sistema em gerar riqueza em escala cada vez crescente. O autor advoga que o futuro da humanidade estaria garantido, e que apesar dos problemas momentâneos, o capitalismo levaria a sociedade a um novo patamar, ao reino da abundância.

Keynes completa, portanto, seu movimento de autonomização das partes dentro da sua “totalidade”. Ou seja, da autonomia do Estado frente às classes sociais, evidenciada no tópico anterior, se chega à autonomia do econômico frente a estrutura social. Em outras palavras, o Estado, expressão da vontade universal e racional da sociedade, estando acima e afrente dos interesses de classe, pautado por critérios morais e harmônicos, guiados por uma elite intelectual, poderia conduzir a economia numa direção ascendente, que por meio de elevadas taxas de acumulação, eliminaria os problemas e instabilidades sociais, tornando-se irrelevante a própria existência da propriedade privada. Observamos, assim, de forma mais vigorosa possível, a separação entre Estado – superestrutura –, luta de classes, desenvolvimento das forças produtivas, e relações sociais de produção.

Esta perspectiva se opõe frontalmente à concepção marxista, desde o ponto de vista mais básico, relacionado ao método de interpretação da realidade, qual seja, o materialismo histórico. Procuramos demonstrar no tópico 3.1 que esta perspectiva buscou compreender a realidade social a partir da história, vista como uma totalidade orgânica, uma unidade composta por elementos contraditórios e interdependentes, composto pela base material – forças produtivas e relações de produção – a superestrutura – institucionalidade política, ideológica e cultural – e a luta de classes. Num certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, estas partes entrariam em contradição,

representando um período de ascensão das lutas e antagonismos de classes. Seriam fases revolucionárias, necessária para constituição de novas relações sociais de produção, uma nova superestrutura, adequadas ao novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas²¹⁶.

Em outras palavras, esta interpretação tentou demonstrar que, historicamente, as grandes mudanças de ordem econômica não se deram sem rupturas políticas e sociais traumáticas, sem transformações na ordem social, nas estruturas e nos interesses de classes vigentes. Se em cada formação social específica há uma relação de correspondência entre seus aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, a constituição de uma nova formação social implica na transformação mesma destes aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, em sua totalidade. Mas a transição entre formações sociais não se dá nem de forma instantânea, nem de forma lenta e gradual. Não se trata de uma sucessão categorial lógica tal como preconizado por Proudhon, mas de rupturas, traumas, crises, convulsões, antagonismos entre as partes que compõem o todo, em resumo revoluções políticas e sociais.

“As relações de produção em qualquer sociedade constituem um todo. O sr. Proudhon considera as relações econômicas como fases sociais, engendrando-se umas das outras como a antítese da tese, e realizando em sua sucessão lógica a razão impessoal da humanidade” (Marx, K., 1947[2007], p. 136).

Portanto a leitura que Keynes faz, quanto ao futuro do capitalismo e a sua chegada em direção a uma comunidade utópica, é “economicista” na medida a acumulação de capital por si mesmo resolveria os problemas e as assimetrias emergentes da sociedade de classes e da existência da propriedade privada, sem a necessidade de superá-las. A igualdade a que se chegaria nesta sociedade utópica da abundância é que permite Keynes associar a permanência desta estrutura de classes e de propriedade à sua futura irrelevância. Eterniza-se, assim, as categorias, as relações burguesas, não mais assimétricas, não mais desiguais, não mais relevantes, a partir do momento em que se elimina a escassez.

Realmente ele faz como fazem os bons burgueses. (...). Todos eles querem a concorrência sem as funestas consequências da concorrência. Todos eles querem o impossível, isto é, as condições de vida burguesa sem as consequências

²¹⁶ Ver o tópico 3.1 deste trabalho.

necessárias dessas condições. Todos eles não compreendem que a forma burguesa de produção é uma forma histórica e transitória, assim como era a forma feudal. Esse erro vem de que, para eles, o homem burguês é a única base possível de qualquer sociedade, de que eles não imaginam um estado de sociedade no qual o homem tivesse deixado de ser burguês” (Marx, K., 1846, p. 56).

Se Keynes percebeu o processo de socialização da produção – ainda que mediante as sociedades anônimas - em seu tempo, ele não notou as contradições engendradas neste movimento. Pois se é fato que a taxa de acumulação faz expandir o estoque de capital e a possibilidade de se produzir riqueza e progresso material, a concentração e centralização da propriedade impedem que a maioria da humanidade usufrua. São produzidas e reproduzidas, concomitante, a abundância para poucos, e a escassez para a maioria.

“Para um marxista consequente, ao contrário, o desenvolvimento capitalista, em seu conjunto, é apenas um processo de reprodução continua e crescente das contradições do capitalismo. A futura economia mundial, em sua fórmula capitalista, não libertará essa economia dos elementos imanentes que a impedem de adaptar-se: ela os reproduzirá de forma constante e em bases mais amplas. Essas contradições encontrarão sua solução verdadeira em outra estrutura da sociedade (...)” (Bukhárin, N. I., 1917[1984], p. 135).

Por sua vez, evidenciamos que esta Tradição Marxista apresentou como contradição fundamental desta fase monopolista/Imperialista do capitalismo a tensão existente entre a crescente socialização da produção – baseada na concentração e centralização financeira, material e técnica do capital – e a apropriação privada da mesma – baseada na concentração de poder político e econômico nas mãos de uma oligarquia financeira, através da constituição do capital financeiro. E neste sentido, eles não fizeram outra coisa senão atualizar as tendências contraditórias existentes na própria constituição do modo de produção capitalista, tal como preconizado por Marx. A fase monopolista/imperialista do capitalismo é, portanto, a fase em que a lei do valor e as relações de dominação exercidas necessariamente pela força bruta se impõem internacionalmente, em sua totalidade. Sintetizam-se em escala global os diversos movimentos tendenciais do capital: concentração e centralização do capital, sua elevada composição orgânica, sua reduzida base de valorização e a busca pela maior taxa de lucro possível, mediante formas intensivas e extensivas de exploração e espoliação. O surgimento de uma superpopulação relativa, o desemprego, as condições precárias de vida e de trabalho

tonam-se fenômenos mundiais. Por estes motivos a fase superior do capitalismo pode ser interpretada como a radicalização e internacionalização da própria “lei geral da acumulação capitalista”, ou em outras palavras, como o clímax de todas as contradições engendradas dentro deste modo de produção antagônico, sintetizados mediante a guerra imperialista e seus impactos catastróficos para a humanidade.

Trata-se de uma fase crítica de transição para esta Tradição Marxista, na medida em que ela cria condições objetivas para a constituição de uma sociedade que prescindia do trabalho, e cuja produção se torne centralizada, planejada e socializada; mas ao não romper com as relações de produção, leva o capital financeiro a formas deletérias de exploração, espoliação e expropriação, e acentua as rivalidades e as relações de dominação e dependência entre nações, implicando em guerras e convulsões sociais ao redor do mundo (Sampaio, Jr., P., 2010, p.38-39)²¹⁷.

A perpetuação desta fase representa, por fim, a própria decomposição do capitalismo, na medida em que ele vai perdendo suas capacidades civilizatórias, e as forças produtivas se voltam contra a própria sociedade, colocando em cheque a possibilidade de sobrevivência da humanidade, tornando-se, portanto, destrutivas (Lênin, V. I., 1916[2008], p. 126 e p.128). Sem a necessária ruptura das relações de produção, sem a supressão da propriedade privada e das relações de subordinação entre o capital e o trabalho, a tendência prevaiente para o futuro do capitalismo seria a barbárie. Daí a necessidade da revolução de caráter socialista para esta Tradição Marxista²¹⁸.

²¹⁷ “A definição do imperialismo como regime de transição que prepara as bases objetivas do socialismo está determinada pela sua substituição do capitalismo baseado na livre concorrência pelo capitalismo fundado no monopólio. (...) A progressiva monopolização da produção aguça a contradição entre a crescente socialização das forças produtivas e a continuidade de um regime social baseado na apropriação privada dos meios de produção. O contraste entre o crescimento exponencial da produção social e o aumento da desigualdade na distribuição do excedente social exacerba os antagonismos sociais. O controle centralizado dos meios de produção pela oligarquia financeira, que cria as bases gerenciais para uma economia baseada no planejamento central, leva ao limite a irracionalidade na utilização de recursos produtivos da sociedade. Tal irracionalidade é ainda reforçada pelo esvaziamento da capacidade do poder público de impor limites à atuação do capital financeiro. Por fim, a integração dos países atrasados na rede de dependência e dominação do capital financeiro acelera a penetração de relações de produção tipicamente capitalistas e estimula a expansão de suas forças produtivas, transformando em antagonismo insuperável a contradição entre a lógica de conquista do imperialismo e a aspiração de autodeterminação dos povos que fazem parte do elo fraco do sistema capitalista mundial. O imperialismo amadurece, assim, as condições que determinam a necessidade e a possibilidade do socialismo (Sampaio Jr, P., 2010, p. 38-39).

²¹⁸ “O capital financeiro, na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas. Simultaneamente, a ditadura dos donos nacionais do capital de um país torna-se cada vez mais incompatível com os interesses dos capitalistas de outro, e a dominação dentro do país é cada vez mais inconciliável com os interesses dos explorados pelo capital financeiro – mas também com as massas populares chamadas para a luta. No choque violento dos interesses opostos, a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado” (Hilferding, R., 1910[1985], p. 346).

“De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualifica-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante” (Lênin, V. I., 1916[2008], p.128).

Portanto estes autores estabelecem um nexo necessário entre o capital financeiro, o imperialismo, as guerras as catástrofes, barbáries sociais e a urgência da revolução de caráter socialista.

5. Conclusão: As Utopias do Keynesianismo na Fase Superior do Capitalismo.

O objetivo deste trabalho foi comparar as duas vertentes teóricas críticas mais importantes no que tange à análise do “novo capitalismo” que surge a partir do final do século XIX: a vertente inaugurada por Keynes e Tradição Marxista que equaciona a relação existente entre capital financeiro e Imperialismo (Lênin, Bukárin e Hilferding). Buscamos entender de que forma estes autores enxergaram o capitalismo em geral, quais características que eles viram no capitalismo de sua época, quais as tendências previstas para este sistema socioeconômico, como eles enxergaram a ordem internacional do momento, quais as visões de Estado e suas implicações políticas no que se refere às relações entre classes sociais.

Procuramos demonstrar que existe uma profunda diferença entre a totalidade do pensamento de Keynes e esta Tradição Marxista: enquanto o primeiro define capital enquanto uma "coisa" que se valoriza em função da escassez o segundo o define enquanto uma relação social de produção e dominação específica, antagônica e contraditória. Enquanto o Keynes vê no dinheiro a categoria central no capitalismo, a categoria capital – enquanto expressão destas relações sociais de produção – é fundamental para os marxistas. Se Keynes via a "hipertrofia" da órbita financeira como aspecto decisivo nesta nova fase do capitalismo, os marxistas buscaram compreender a especificidade deste "novo capitalismo" a partir da categoria capital financeiro, representando a fusão das formas parciais de capitais - principalmente entre o capital bancário e o industrial – no estágio monopolista do capital.

Keynes via os problemas do capitalismo enquanto patologias de ordem moral e individual, relacionados ao "amor ao dinheiro" e ao individualismo, propulsor do *laissez-faire*, e acreditava que as transformações passariam pela intervenção estatal, órgão passível de se autonomizar e harmonizar os conflitos e interesses individuais e corporativos, se guiado por critérios racionais e técnicos mediante elites educadas, na busca de um bem estar geral. Estes marxistas viam tais problemas a partir do conflito de classes que se aprofundava em função da própria estrutura social e da forma antagônica sobre a qual se erguia este modo de produção, implicando na intensificação da concentração de poder

econômico e político – nas mãos da oligarquia financeira - na fase monopolista/Imperialista do capitalismo, ao mesmo tempo em que a produção da riqueza ia se socializando em escala internacional. Se Keynes acreditava que a paz internacional era uma possibilidade histórica alcançável na medida em que os países conseguissem alcançar o pleno emprego através de políticas autônomas e autodeterminadas mediante uma estrutura institucional supranacional que diminuísse as instabilidades e corrigisse as assimetrias políticas e econômicas entre países, esta Tradição Marxista via no Imperialismo uma necessidade histórica, fruto da concentração e centralização material, técnica, e financeira do capital em alguns países, da profunda mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital, da aglutinação subordinada dos Estados aos desígnios insaciáveis do capital financeiro, à sua necessidade incontável de expansão e acumulação, à associação entre as formas mais avançadas e as mais arcaicas de acumulação e exploração do trabalho, ao acirramento da concorrência entre capitais financeiros e aprofundamento das rivalidades entre países, o que levaria o mundo a relações de subordinação e dependência, ao aprofundamento das instabilidades econômicas e políticas, à concentração regional de riqueza e poder, à militarização e guerras. Por fim, enquanto Keynes previa um futuro maravilhoso para o capitalismo, visto que a acumulação de capital poderia levar a sociedade ao reino da abundância, em que os privilégios e desigualdades seriam superados, em que a humanidade pudesse gozar dos bons "estados de consciência", estes marxistas previram um capitalismo em decomposição, em que todas as contradições do capitalismo alcançariam seu clímax, em que a barbárie, as desigualdades, misérias, injustiças sociais, desemprego em massa, guerras e convulsões sociais se sobreporiam ao progresso material, e as forças produtivas se voltariam contra a própria humanidade e suas condições de existência. Tratar-se-ia de uma fase de transição na medida em que esta fase superior do capitalismo criaria as condições objetivas - socialização da produção em escala internacional – e subjetivas – concentração do poder e da riqueza, intensificação da barbárie e aprofundamento da luta de classes – para a sua superação.

A partir das comparações e diferenciações estabelecidas entre estas duas matrizes teóricas, levantamos as seguintes críticas a Keynes:

1. Keynes enfatiza em demasia a esfera da circulação do capital (realização e

distribuição), dando pouca ênfase na esfera da produção (exploração do trabalho, geração de valor e subsunção formal e real do trabalho). Assim, Keynes não viu os antagonismos de classe (entre capital e trabalho) que ascendem deste modo de produção (que não se resumem à disputa entre salários e lucros), e pouco enfatizou a instabilidade intrínseca e necessária que emerge da concorrência entre capitais, que revoluciona permanentemente a base material da sociedade, tornando-se mais agressiva a partir da constituição dos monopólios.

2. Keynes aproximou os empresários e trabalhadores no que tange à criação de valor, confundindo a relação de propriedade privada, com a separação entre o trabalho manual e intelectual, de execução e de concepção.

3. O autor reificou as categorias econômicas, não percebendo que, por detrás delas, existiam relações sociais de produção e dominação. Daí a ênfase no dinheiro a partir de suas características peculiares e na definição de capital enquanto qualquer "coisa", cujo preço de demanda excedia o seu preço de oferta, ou seja, cujo valor era determinado segundo a escassez.

4. Apesar de uma análise acurada do desenvolvimento do sistema financeiro, dos bancos e das bolsas de valores, Keynes estabeleceu uma separação entre os empreendedores – prestatários, possuidores de ações ordinárias – os rentistas – inversionistas, especuladores e prestamistas, possuidores de ações preferenciais, títulos e hipotecas. Nesta leitura, o problema da dinâmica do capitalismo estaria na oposição, no que se refere à apropriação do valor, entre a forma juros (capital portador de juros) e a forma lucro (capital industrial). Como vimos, na fase monopolista/Imperialista do capitalismo, o capital financeiro representa a própria unificação das formas de remuneração do capital (formas lucro e forma juros), em função da própria fusão das formas parciais de capital, principalmente o capital bancário e o industrial. A oposição entre o "capital produtivo" e o "capital rentista", entre o empresário e o especulador, não faz mais sentido, e os problemas da dinâmica do capitalismo devem ser atribuídos a outros motivos: sobreacumulação de capital, base estreita de valorização, saturação dos mercados, concorrência desenfreada frente às condições de acumulação e realização entre gigantescos blocos de capitais, concentração do estoque de riqueza e das decisões de investimento nas mãos de uma ínfima parcela da população, os magnatas das finanças.

5. Sua concepção de Estado é abstrata, uma vez que esta instituição expressaria um vontade universal, sendo capaz de pautar-se racionalmente, autonomizar-se frente às classes sociais, harmonizá-las, e conduzi-las em direção ao reino da abundância, sendo portanto, uma "meio", que prepara as bases se para alcançar os "fins". O sentido inicial de determinação é ala Hegel, ou seja, do Estado para a sociedade civil, e não o inverso, tal como preconizado por Marx. Nesta concepção o Estado é fruto da luta de classes, que ascende da própria divisão social do trabalho, tendo, portanto, autonomia restrita, não podendo solucionar permanentemente os antagonismos sociais, dado o seu caráter classista.

6. Keynes também estabeleceu profunda autonomia entre as partes que compõem a totalidade de uma dada formação social: economia, política, Estado, classes sociais. Adicionalmente, ele foi economicista na medida em que acreditava que a acumulação de capital e crescimento econômico por si só resolveriam as mazelas sociais e os conflitos de classes, transformando a sociedade sem tocar nas relações de produção e de propriedade. Portanto ele sobrepôs o econômico à estrutura social, sobrepôs o desenvolvimento das forças produtivas às relações sociais de produção e à luta de classes. O autor não percebeu a unidade contraditória existente entre as partes que compõem esta totalidade. Há uma relação orgânica e interdependente entre a economia, política, Estado e classes sociais, em que estas partes hora se afirmam, hora se negam, e cuja síntese é o próprio movimento de afirmação e negação, levando a formação do novo ventre do velho. Ou seja, Keynes deveria dar mais ênfase no que se refere à interdependência entre as esferas econômicas, políticas, sociais e institucionais para preconizar a possibilidade da sociedade alcançar um estágio histórico combinasse harmonia e bem estar social e abundância material.

7. O nexos causal inicial das transformações sociais, para Keynes, é do pensamento para o mundo, ou seja, são as ideias que mudam a realidade e não a realidade que muda as ideias. Neste sentido o autor cai na concepção metafísica da realidade, não percebendo que são as transformações materiais subordinadas à lógica específica da luta de classes que transformam nossa concepção de mundo, nosso pensamento. Em última instância sua ênfase na razão, no amor e nos critérios abstratos de justiça e liberdade justificou o conteúdo ideológico necessário para encobrir as relações de dominação e exploração que permeiam o modo de produção capitalista.

Acreditamos que a Tradição Marxista que estabeleceu a relação entre o capital financeiro e o Imperialismo conseguiu trabalhar melhor a relação de correspondência existente entre as partes que compõem a totalidade de uma formação social. Neste estudo sobre as características desta "nova fase do capitalismo", observamos a tentativa dos autores (Lênin, Bukhárin e Hilferding) em relacionar os aspectos econômicos aos aspectos sociais, políticos, ideológicos e institucionais. Eles buscaram, portanto, enfatizar os elementos gerais deste novo momento histórico que permitisse entender de forma coesa e unitária as principais tendências, o sentido e o significado da fase monopolista/Imperialista do capitalismo em todas as suas dimensões. Em nosso entendimento, a herança do materialismo histórico é evidente nestes autores – ainda que absorvida de forma diferenciada em cada um – a medida que o estudo concreto das condições materiais de vida e a análise das relações sociais de produção, em comparação com estágio de desenvolvimento das forças produtivas, se tornam a base para a compreensão do estágio histórico de uma dada formação social, do padrão de luta de classe estabelecido, das possibilidades objetivas e subjetivas para construção de uma sociedade humanamente mais justa e igualitária, e, portanto, do programa (táticas e estratégias políticas) necessário para superação das contradições existentes na própria realidade social.

Este trabalho demonstrou que, para esta Tradição Marxista, a fase superior do capitalismo representaria, em última instância, a barbárie, ou seja, a impossibilidade de ser reformar permanentemente este modo de produção, expressando a crise civilizatória deste modo de produção. Portanto, as propostas de reforma e as previsões anunciadas por Keynes quanto ao futuro do capitalismo não deixariam de ser utópicas e irrealizáveis neste momento histórico e nos marcos propostos pelo autor. Abaixo expomos as principais utopias keynesianas e as suas dificuldades de realização:

1. A utopia do controle da instabilidade capitalista e da manutenção do nível de pleno emprego: na etapa superior do capitalismo, as crises alcançam maiores proporções devido ao aumento das escalas de produção e da própria intensificação da concorrência. A expansão e o tamanho do capital chegam a um ponto que ultrapassa as fronteiras nacionais, tornando-se mais difícil controlá-lo em função da sua profunda mobilidade especial, temporal e morfológica. Ademais, a apropriação do Estado pela oligarquia financeira faz com que o mesmo seja o principal agente de expansão do capital

financeiro, intensificando, portanto, as próprias contradições deste processo.

2. **A utopia do Reino da Abundância:** o capital, ao reproduzir-se, produz e reproduz a relação antagônica entre o capital e o trabalho, entre os capitais, e entre os Estados Nacionais. Logo, no plano econômico, ele gera permanentemente escassez, ao mesmo tempo em que, permanentemente, cria riqueza em escala ampliada. Para esta Tradição Marxista, isto está representado pelo antagonismo crescente, na fase do capital financeiro, entre a socialização da produção e a apropriação privada desta riqueza gerada.

3. **A utopia da paz e da cooperação internacional:** neste momento histórico, a implicação política do desenvolvimento do capital financeiro é a aceleração do processo de expansão do capital por todas as vias e formas possíveis, intensificada pela concorrência entre gigantescos blocos de capitais e pelas rivalidades nacionais. O resultado deste movimento está no processo de militarização, colonização, dependência, dominação, guerras, crises econômicas e convulsões sociais. O desenvolvimento torna-se desigual e combinado, associando às formas mais avançadas de valorização, acumulação e exploração do trabalho, formas mais arcaicas e violentas.

4. **A utopia do capitalismo nacionalmente autodeterminado:** a expansão do capital financeiro em escala internacional, sua concentração e centralização material, técnica e financeira, sua maior mobilidade especial, temporal e morfológica, implica na redução da capacidade dos Estados Nacionais de exercerem políticas autônomas, impossibilitando a autodeterminação do capital em esfera nacional, limitando as potencialidades das políticas macroeconômicas enquanto determinante em última instância do nível de emprego e renda.

5. **A utopia da eutanásia do *rentier*:** na interpretação marxista, o *rentier* é constituído pela oligarquia financeira, classe parasitária e principal controladora de todas as formas de capitais (bancário, industrial comercial), e portanto de todas as condições de valorização e acumulação do capital. Neste sentido, a fonte de rendimento do *rentier* passa a ser todas as formas possíveis e imagináveis de valorização, tornando-se um verdadeiro parasita social.

E aqui chegamos à nossa conclusão final: ou se é marxista ou se é keynesiano. Procuramos demonstrar neste trabalho que Keynes e a Tradição Marxista que equaciona a relação entre o capital financeiro e o Imperialismo (Lênin, Bukhárin e Hilferding) têm

matrizes teóricas diferentes, com bases de pensamento, influências, interpretações e conclusões sobre o capitalismo e a sociedade distintas, e que, portanto, a aparente aproximação entre certos elementos específicos de suas teorias esconde um distanciamento abismal entre a totalidade de suas interpretações teóricas e práticas. Ainda que seja possível ser marxista absorvendo alguns elementos, aspectos e especificidades da teoria keynesiana, ou ser keynesiano absorvendo igualmente alguns elementos, aspectos e especificidades da teoria marxista, é impossível aproximar, associar e igualar estas duas matrizes teóricas, estas duas totalidades interpretativas. A consequência prática desta atitude é superestimar as possibilidades teóricas do keynesinismo em explicar o movimento e as contradições do capitalismo, ou vulgarizar o marxismo, tornando Marx um keynesiano menor.

6. Bibliografia

- Alves, S. E. S. “*Conexões entre o estranhamento e o Capitalismo*”. Mimeo. Disponível online: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>
- Amadeo, E. “*Ensaio Sobre Economia Política de J. M. Keynes*”. Textos Para Discussão: PUC-RJ; nº 142; 1986.
- Anautti Neto, F. “*O Papel do Economista: Nota sobre a Visão de Keynes*”. In: V Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, SP, 2000.
- Arrighi, G. “*O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do nosso Tempo*”. Tradução Vera Ribeiro; 5ª reimpressão; Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora Unesp; 1996.
- Bottomore, T. “*Introdução à Edição Inglesa*”. In: Hilferding, “*O Capital Financeiro*” – São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- Belluzzo, L. G. M. “*O Dinheiro e a Transfiguração da Riqueza*”. In: Belluzzo, L.G.M. “*Os Antecedentes da Tormenta: Origens da Crise Global*” – Campinas, Unesp, Facamp; 2009a.
- _____. “*Prefácio*”: In: Braga, I. C. S. “*Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*” – Campinas, Instituto de Economia IE/UNICAMP, 2000.
- _____. “*Valor e Capitalismo: um Ensaio sobre a Economia Política*”. – São Paulo, Bional, 1987.
- Belluzzo, L. G. & Tavares, M. C. “*O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional*”. In: Belluzzo, L.G.M. “*Os Antecedentes da Tormenta: Origens da Crise Global*” – Campinas, Unesp, Facamp; 2009b.
- Belluzzo, L.G. & Almeida, J.G. “*Depois da Queda: a Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real*” – São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.
- Braga, J. C. S. “*Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*” – Campinas, Instituto de Economia IE/UNICAMP, 2000.
- Braudel, F. “*História e Ciências Sociais. A Longa Duração*”; In: Braudel: “*Escritos sobre a História*”; tradução: J. Guinburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. – São Paulo, Perspectiva, 2005.
- Bukharin, N. I. “*A Economia Mundial e o Imperialismo*”; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).
- _____. “*Teoria Económica del Periodo de Transición*”; *Cadernos de Pasado y Presente*, nº 29, Siglo XXI; 1974, Argentina, Buenos Aires.
- _____. “*Estratégia da Revolução Mundial*”, In: Bukharin “*Economia*”. Ed. Ática, org. Jacob Gorender; São Paulo, 1990.
- _____. “*Imperialismo e Acumulação de Capital*”. In: Tarbuk, K. (org). “*Imperialismo e Acumulação de Capital*” – Lisboa: Edições 70, 1972.
- _____. “*O ABC do Comunismo*” Ed. Assunção Ltda – São Paulo (SP); Coleção Cultura Social, 1920[1945].
- Burke, E. “*Reflexões sobre a Revolução em França*”; Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1982.
- _____. “*Mr Burke’s Speech, on the 1st December 1783*”, In: Burke, E. “*Selected Work of Edmund Burke*”, vol 4, *Miscellaneous Writings 1729-1797*; 1793.

- (<http://www.econlib.org/library/LFBooks/Burke/brkSWv4c5.html>)
- Cardim de Carvalho, F. “Do Bretton Woods aos anos 60”, *Novos Estudos*, nº 70, novembro de 2004.
- _____. “Mr Keynes and the Post Keynesians: Principle of Macroeconomics for a Monetary Production Economy” – Aldershot, Edward Elgar, 1992.
- Chandler Jr, A. D. “Scale and Scope: the Dynamics of Industrial Capitalism”. The Belknap Press of Harvard University; Cambridge, Massachusetts, London, England, 1990.
- Chauí, M. “Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles”. Companhia das Letras, vol. I, 2ª edição – São Paulo (SP), 2002.
- Coelho Neto, J. T. “O que é utopia?”. Coleção primeiros passos (47) – São Paulo; Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- Davidson, P. “John Mynard Keynes” – London, Palgrave Macmillan, 2007.
- Dillard, D. “A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: Teoria de Uma Economia Monetária”. Livraria Pioneira, 7ª Edição; 1993, São Paulo-SP.
- _____. “The Theory of Monetary Economy”; In: Kurihara K (org) “Post Keynesian Economics”; Rutgers University; Press New Brunswick, New Jersey; 1954.
- _____. “Keynes and Marx: A Centennial Appraisal” *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. 6, No. 3; Spring, 1984, pp. 421-432
- Dobb, M. “Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith”, E. Presença LDA – Lisboa, Portugal, 1973.
- Dostaller, G. “Keynes and his Battles”. Edward Elgar Ltda, UK & EUA, 2007.
- _____. “The Formation of Keynes’s Vision”. *Journal of Economic History Review* 15, summer, p. 14-31, 1996.
- Dostaller, G. & Marris, B. “Dr Freud and Keynes on Money and Capitalism”. In: Smithin, J. (org): “What is Money and Capitalism”; London, Taylor and Francis Library, 2002.
- Engels, F. “Prefácio”. In: Marx, K.; “Os 18 de Brumário de Luiz Bonaparte”. Editora Centauro, 3ª Edição; 1852[2003].
- Engels, F. & Marx, K. “A Ideologia Alemã”. Expressão Popular, São Paulo – SP, 1845[2009].
- _____, K. “Manifesto do Partido Comunista”. L&PM, Porto Alegre – RS, 1848[2002].
- Ferrari Filho, F. “A Moeda Internacional na Economia de Keynes”; *Ensaio FEE*, Porto Alegre (15); 98-110, 1994.
- Frederico, C. “Nas Trilhas da Emancipação”. In: Marx, K. “Contribuição à Crítica do Direito de Hegel: Introdução”; Expressão popular, 1ª Edição, São Paulo – SP, 2010.
- Freud, S. “Character and Anal Erotism”. *Psychiatrisch – Neurologische Wochenschrift*, 52, 1908 (www.erospry.com).
- Germer, C. “ ‘Economia Monetária’ ou ‘Economia Capitalista’?”, *Est. Econ.*, São Paulo, 26 (especial): 51-81, 1996.
- _____. “O Capital Bancário e a Relação Indústria-Bancos na Teoria de Marx”, *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 129-158, mar. 2010.
- Gorender, J. “Teoria Econômica e Política Revolucionária no Marxismo Russo”. In: Bukharin – “Bukharin: Economia”; org: Jacob Gorender; coordenador: Florestan Fernandes; Ática – São Paulo, 1990.

- Gruppi, L. “*O Pensamento de Lênin*”. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Hicks, J. “*Mr. Keynes and the ‘Classics’; A Suggested Interpretation*”. *Econometrica*, Vol 5, Issue 2, (p. 147-159); 1937.
- Hilferding, R. “*O Capital Financeiro*”. Introdução de Tom Bottmore; tradução de Reinaldo Mestrinel; tradução de introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. – São Paulo: Nova Cultura, 1910[1985]. (Os Economistas).
- _____. “*The Materialist Conception of History*”. In: Bottomore, T. (org). “*Interpretations of Marx*”. – Oxford, UK: Basil Blackwell, 1988.
- _____, R. “*La Critica de Bohm-Bawerk a Marx*”. In: Sweezy (org). “*Economia Burguesa y Economia Socialista*” – Cordoba, Arg.: Cuadernos de Pasado y Presente/49; 1974.
- Hobsbawm, E. “*Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914 – 1989)*”; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Marica Cecília Paoli: - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Kalecki, M. “*Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego*”. In: Kalecki, M.: “*Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*”; org e introdução: Jorge Miglioli; São Paulo, Hucitec, 1997.
- Kautsky, K. “*Ultra-Imperialism*”; (<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>), 1914.
- Keynes, J. M. (1913) “*Indian Currency and Finance*”. The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. I. London: Royal Economic Society, 1971.
- _____. (1919) “*As Consequências Econômicas da Paz*”. Imprensa Oficial do Estado; Ed. Universidade de Brasília; Brasília, 2002.
- _____. (1919b); “*A Europa Antes da Guerra*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1919c); “*A Europa Depois do Tratado*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1921) “*Treatise on Probability*”. The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. VII. London: Royal Economic Society, 1973.
- _____. (1924) “*Breve Tratado sobre la Refoma Monetaria*”; Fondo de Cultura Economica, Mexico, DF, 1992
- _____. (1925a); “*Am I a Liberal?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1925b); “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1926a); “*A Short View of Russia*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1926b); “*O Fim do Laissez-Faire*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1926c); “*Liberalism and Labour*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1927a); “*Clissold*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1927b) “*Wiston Churchill*”; In: CW, vol X, Macmillan Cambridge University Press (1972)

- _____. (1929); “*Can Lloyd George do It?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____.; (1930a) “*Tratado del Dinero: Teoría Pura y Aplicada Del Dinero*”; Ediciones Aosta, libro I; Biblioteca de Grandes Economistas Del Siglo XXI; 1996.
- _____.; (1930a) “*Treatise on Money The Pure and Applied Theory of Money*”; “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; book II, Vol V; Cambridge University Press, 1971.
- _____. (1930b); “*The Great Slump of 1930*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1930c); “*As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1931); “*The End of Gold Standard*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1932); “*The Dilemma of Modern Socialism*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XXI; Cambridge University Press, 1971.
- _____. (1933a); “*A Monetary Theory of Production*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIII; Cambridge University Press, 1972.
- _____. (1933b); “*The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XXIX; Cambridge University Press.
- _____. (1933c). “*Alfred Marshall*”. In: CW, vol X, Macmillan Cambridge University Press (1972).
- _____. (1933d); “*The Means to Prosperity*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1933e) “*Robert Thomas Malthus*”; In: CW, vol X, Macmillan Cambridge University Press (1972).
- _____. (1934); “*Poverty in Plenty: is the Economic System Self-Adjusting ?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIII; Cambridge University Press, 1972.
- _____.; (1936) “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”; 2ª Edição, Nova Cultural, São Paulo-SP, 1985.
- _____. (1937a); “*A Teoria Geral do Emprego*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1937b); “*Alternative Theories of the Rate of Interest*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIV; Cambridge University Press.
- _____. (1937c); “*Mr Keynes and Finance*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIV; Cambridge University Press.
- _____. (1938) “*My Early Beliefs*”; In: CW, vol X, Macmillan Cambridge University Press (1972).
- _____. (1939); “*The Process of Capital Formation*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIV; Cambridge University Press.
- _____. (1940); “*Como Pagar a Guerra*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.

- _____. (1943); “*A União Internacional de Compensação*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1944); “*O Fundo Monetário Internacional*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. “*A teoria ex ante da taxa de juro*”; In: Vários, *Clássicos da literature economica*, Rio de Janeiro, IPEA, 1992.
- _____.; “*As Consequências Econômicas da Paz*”; 2ª Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- Lenin, V. I. “*O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*”. Tradução Leila Prado; São Paulo, Centauro, 5ª edição, 1916[2008].
- _____. “*Prefácio*”. In Bukharin: “*A Economia Mundial e o Imperialismo*”; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo, Abril Cultural, 1915[1984]. (Os Economistas).
- _____. “*Desenvolvimento Capitalista na Rússia: O Processo de Constituição do Mercado Interno para a Grande Indústria*”. – São Paulo: Abril Cultural, 1894[1982].
- _____. “*Carlos Marx*”. In: Lenin, V. I. “*Obras Escogidas em 3 tomos*”. Moscou: Editorial Progresso, [1914]1961.
- _____. “*Las Tres Fuentes e as Tres Partes Constitutivas del Marxismo*” In: Lenin, V. I. “*Obras Escogidas em 3 tomos*”. Moscou: Editorial Progresso 1913[1961].
- _____. “*Quien son los Amigos del Pueblo y como Luchan Contra los Socialdemócratas*” In: Lenin, V. I. “*Obras Escogidas em 12 tomos*”. Moscou: Editorial Progreso, 1894[1975].
- _____. “*Sobre el Derecho de las Naciones a la Autodeterminación*” In: Lenin, V. I. “*Obras Escogidas em 3 tomos*”; vol I. Moscou: Editorial Progresso, 1914[1961].
- _____. “*El Estado y la Revolución*” Ed. Anagrama; Barcelona, 1918[1976].
- _____. “*Sobre a Tendência Nascente do Economismo Imperialista*” In: Lenin, V. I. “*Obras Escolhidas em 3 tomos*”. Moscou: Editorial Progresso, 1916[1977].
- _____. “*La Consigna de los Estados Unidos de Europa*” In: Lenin, V. I. “*Obras Escogidas em 3 tomos*”. Moscou: Editorial Progresso, 1915[1961].
- Luxemburg, R. “*Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*”. Vol I e II – São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Marx, K.; “*El Capital: Crítica de la Economía Política*”. V. 1; Fondo de Cultura Económica – Mexico, 1867[1978].
- _____.; “*El Capital: Crítica de la Economía Política*”. V. 2; Fondo de Cultura Económica – Mexico, 1885[1978].
- _____.; “*El Capital: Crítica de la Economía Política*”. V. 3; Fondo de Cultura Económica – Mexico, 1894[1978].
- _____. “*Crítica ao Programa de Gotha: Comentários à Margem do Programa do Partido Operário Alemão*”; In: Engels F & Marx, K. “*O Manifesto do Partido Comunista*”; L&PM, Porto Alegre – RS, 1875[2002].
- _____. “*Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” (Introdução). Expressão Popular; São Paulo, 1843[2010].
- _____. “*Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*”. Martin Claret, 2007, São Paulo – SP, 1847[2007].

- _____. “*Contribuição à Crítica da Economia Política*”. Expressão Popular, 2ª edição, São Paulo – SP, 1859[2008].
- _____. “*A Luta de Classes na França*”. In: Marx, K. “*A Revolução Antes da Revolução*”. Expressão Popular, São Paulo – SP, 1850[2008].
- _____. “*Os 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*”. Editora Centauro, 3ª Edição; 1852[2003].
- _____. “*Los Fundamentos de la Critica de la Economia Politica*”. Albert Corzan Editor, Madrid, 1857[1969].
- _____. *Carta de Marx à Ludwig Kugelmann* (London, 11 July 1868), disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_07_11.htm Mazzucchelli, F. “*A Contradição em Processo: O Capitalismo e Suas Crises*” – Campinas; Instituto de Economia / Unicamp; Segunda Edição, 2004.
- Lucács, L. “*O Pensamento de Lênin*”. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.
- Mattick P. “*Marx y Keynes: Los Limites de la Economia Mixta*”; Ediciones Era; 1975; México-DF.
- Mattick P. “*Marx y Keynes*”; fonte: Western Socialist, Boston, USA, November-December 1955; transcribed: by Adam Buick. On-line em: www.marxists.org.
- Miglioli, J. “*Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*”. São Paulo, T.A., Queiroz Editor, 1981.
- Minsky, H. “*John Maynard Keynes*”; Columbia University; New York, 1975.
- Moura da Silva, A. “*Apresentação*”. In: Keynes J. M. “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro, e da Moeda*”. 2ª Edição, Nova Cultural, São Paulo-SP, 1985.
- Moore, G. E. “*Principia Ethica*”. Fundação Calouste Gulbenkan, Lisboa, 1999.
- Netto, J. P. “*Introdução*”; In: Lênin, “*Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*” – São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- Oliveira, C. A. B. “*Processo de Industrialização do Capitalismo Originário ao Atrasado*” – São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- O'Donnell, R. M. “*Keynes Philosophy, Economics and Politics: The Philosophical Foundations of Keynes's Thought and their Influence on his Economics and Politics*” – London, Macmillan, 1989.
- Pereira, L.R. & Almeida, R. B. (2010). “*A Utopia Keynesiana: Os Princípios e Econômicos de John Maynard Keynes*”. Encontro Nacional da Anpec, 2010.
- Pinto, N.P. “*A Nova Etapa do Capitalismo*”. In: Carneiro, R. (org). “*Os Clássicos da Economia*”, vol 2; Série Fundamentos (130), Ática, 1997.
- Polany, K. “*A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época*”. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- Rothbard, M. N. “*Keynes, The Man*”. In: “*Dissent on Keynes: A Critical Appraisal of Keynesian Economics*”; Ed by Mark Skousen, New York, The Ludying Von Mises Institue, 1992.
- Sampaio Jr, P. A. “*Porque voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução*” (mimeo), 2010.
- Salles, A. O. T.; Arthman, R. & Brady, M. E. “*Dos Clássicos aos Hereges: Keynes e a Economia do seu Tempo*”; Encontro Nacional da Anpec, 2010.
- Santos, I. P. & Santos, M. M. R. “*Introdução*”. In: Moore, G. E. “*Principia Ethica*”. Fundação Calouste Gulbenkan, Lisboa, 1999.

- Shackle, G. L. S. “*Epistemica y Economia: Crítica de las Doctrinas Economicas*”. Fondo de Cultura Económica; Mexico, DF, 1976.
- Sunkel, O. & Paz, P. “*A Teoria do Desenvolvimento Econômico*”. Ed. Difel – São Paulo / Rio de Janeiro, 1976.
- Skidelsky, R. “*Keynes*”. Ed Jorger Zahar, 1999, Rio de Janeiro-RJ.
- Szmrecsány, T. “*Introdução*”. In: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsány; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- Vazquez, A.S. “*Filosofia da Práxis*”. São Paulo: Expressão Popular/Clasco, 2007.
- Winslow, E. G. “*Keynes and Freud: Psychoanalysis and Keynes’s Account of the ‘Animal Spirits’ of Capitalism*”. In: Social Research, vol 53, nº 4, 1986.